

U. PORTO

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS

**O Contributo das ACD's para o Desenvolvimento Local
O caso de Santo Antão**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ESTUDOS AFRICANOS

Élia Lopes Monteiro

Outubro de 2009

O Contributo das ACD's para o Desenvolvimento Local

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS

O Contributo das ACD's para o Desenvolvimento Local

O caso de Santo Antão

Dissertação de Mestrado em Estudos Africanos
Orientador: Professor Doutor **Carlos José Gomes Pimenta**

Élia Lopes Monteiro

Outubro de 2009

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor Carlos Pimenta, pela orientação, por todo o seu acompanhamento, disponibilidade e apoio, pelo sentido profundamente crítico, com que orientou o trabalho.

Aos meus colegas de curso e a todos quantos contribuíram com as suas ideias e opiniões. Ao ISE pelo acolhimento. E ao Centro de Estudos Africanos por tudo durante essa caminhada.

Agradeço a todas às instituições que me facilitaram a consulta de livros e documentos e pelo apoio bibliográfico, em especial a CRP, a OADISA, a FADEP, a Delegação do MADRRM, aos seus funcionários que foram sempre muito simpáticos.

As ACD's e aos meus entrevistados, pela disponibilidade e simpatia demonstrada nas entrevistas, que ajudaram a dar respostas as minhas inquietações e dúvidas.

Um agradecimento também muito especial aos meus colegas do CEFEP-SA, aos meus amigos pela força, amizade e confiança que sempre me transmitiram. Muito obrigado a todos.

Finalmente o meu reconhecimento aos meus pais, aos meus irmãos, as minhas sobrinhas e toda a minha família por tudo aquilo que fizeram por mim, agradeço-lhes pelo apoio, pela força, pelo carinho, principalmente nos momentos mais difíceis, durante todos esses anos.

ÍNDICE

ÍNDICE	4
GLOSSÁRIO DE SIGLAS	5
ÍNDICE DE QUADROS.....	7
ÍNDICE DE GRÁFICOS	7
ÍNDICE DE FIGURAS.....	8
INTRODUÇÃO	9
CAPITULO 1: A PROBLEMÁTICA DO DESENVOLVIMENTO.....	14
1.1 - O Conceito de Desenvolvimento	14
1.1.1 – Desenvolvimento local e luta contra a pobreza.....	20
1.2 – Associativismo e Desenvolvimento	23
1.2.1 - Associações como agente de desenvolvimento	23
1.2.2 - Relação associativismo e desenvolvimento local	27
CAPÍTULO 2 – CARACTERIZAÇÃO DO OBJECTO DE ESTUDO	30
2.1 - Cabo Verde – breve caracterização.....	30
2. 2 - Caracterização socioeconómica de Santo Antão	38
CAPÍTULO 3 – ACD’S: UM CONCEITO PARA ESTE TRABALHO	63
3.1 - Organizações da Sociedade Civil: as ACD’s.....	63
3.2 - As ACD’s em Santo Antão	66
CAPÍTULO 4 - ANÁLISE DAS ASSOCIAÇÕES	76
4.1 – Caracterização das ACD’s	76
4.2 - O que levou a criação das ACD’s	87
4.3 - ACD’s e desenvolvimento local	93
4.3.1 - Principais áreas de intervenção.....	100
4.4 - As ACD’s e Luta Contra A Pobreza.....	114
4.5. – Sustentabilidade das ACD’s.....	121
4.5.1 - Sustentabilidade Financeira	122
4.5.2. - Sustentabilidade Técnica	146
4.5.3 - Sustentabilidade Política.....	148
CONSIDERAÇÕES FINAIS	150
BIBLIOGRAFIA.....	158
ANEXOS.....	165

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

ACD – Associação Comunitária de Desenvolvimento
ACEP – Associação de Cooperação Entre os Povos
ADL - Associações de Desenvolvimento Local
AGR – Actividades Geradoras de Rendimento
AMI-PAUL – Liga dos Amigos do Paul
AMSA – Associação dos Municípios de Santo Antão
AMUSA – Associação de Mutualismo de Santo Antão
APD – Ajuda Publica ao Desenvolvimento
BAD - Banco Africano de Desenvolvimento
BCA – Banco Comercial do Atlântico
BCV – Banco de Cabo Verde
BM – Banco Mundial
CECV – Caixa Económica de Cabo Verde
CIAJ – Centro de Informação e Apoio Juvenil
CRP – Comissão Regional de Parceiros
CV – Cabo Verde
DGASP – Direcção Geral de Agricultura Silvicultura e Pecuária
EU – União Europeia
FADEP – Federação das Associações de Desenvolvimento de Porto Novo
FAIMO – Frente de Alta Intensidade de Mão-de-obra
FCS – Fundação Cabo-verdiana de Solidariedade
FIDA - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
GOP – Grandes Opções do Plano
GTI – Gabinete Técnico Intermunicipal
ICASE – Instituto Cabo-verdiano de Apoio Social Escolar
IDA - Associação Internacional para o Desenvolvimento
IEPALA - Instituto de Estudos Políticos para América Latina e África
INDP – Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas
INE – Instituto Nacional de Estatísticas
IPAD – Instituto de Apoio ao Desenvolvimento
LEADER – Ligação Entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural
MAA – Ministério de Ambiente e Agricultura

MADRRM – Ministério de Ambiente Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos
MIT – Ministério de Infra-estruturas e Transporte
Morabi - Associação de Apoio à Auto-promoção da Mulher no Desenvolvimento
OADISA – Organização das Associações de Desenvolvimento Integrado de Santo Antão
OMCV – Organização das Mulheres de Cabo Verde
ONG – Organizações Não Governamentais
OP – Operação Esperança
OSC – Organização da Sociedade Civil
PAL - Plano de Acção de Lagos
PDSA – Plano de Desenvolvimento de Santo Antão
PDSS - Projecto de Desenvolvimento do Sector Social
PLPR – Programa de Luta contra a Pobreza no Maio Rural
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PNLP – Programa Nacional de Luta contra a Pobreza
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PSGD – Projecto de Promoção Socio-económica de Grupos Desfavorecidos.
RGA – Recenseamento Geral da Agricultura
SA – Santo Antão
UCP – Unidade de Coordenação do Programa
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância
USAID - United States Agency for International Development (Agencia Internacional dos Estados Unidos da América para o Desenvolvimento)

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Indicadores de mortalidade infantil.....	33
Quadro 2 – Produto Interno Bruto, a preços constantes de 1980 (1999-2004).....	34
Quadro 3 – Estrutura populacional.....	40
Quadro 4 – Exploração agrícola segundo as actividades agrícolas (só explorações familiares).....	45
Quadro 5 – Tipo de exploração agrícola.....	46
Quadro 6 – Área cultivável de sequeiro segundo as formas de exploração da terra.....	47
Quadro 7 – Área cultivável de regadio segundo as formas de exploração da terra.....	47
Quadro 8 – Efectivo pecuário por espécie.....	49
Quadro 9 – Dados de pesca artesanal 1999.....	51
Quadro 10 – Evolução comparativa dos desembarques (em toneladas) da pesca artesanal (1997-2003).....	51
Quadro 11 – Disponibilidade de camas por estabelecimento.....	56
Quadro 12 – Disponibilidade de Quartos por estabelecimento.....	57
Quadro 13 – Indicadores de pobreza.....	61
Quadro 14 – Montantes financiados as associações de 2006 à 2008.....	130

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – População Urbana e Rural de Santo Antão.....	41
Gráfico 2 – Taxa de analfabetismo da população da ilha por concelho.....	42
Gráfico 3 – ACD's de Santo Antão.....	77
Gráfico 4 – Comparação da Importância relativa da População e das ACD's por concelho, em %.....	78
Gráfico 5 – Distribuição dos sócios por sexo.....	78
Gráfico 6 – Idade das Associações	87
Gráfico 7 – Valor financiado por concelho	130

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de Cabo Verde.....	30
Figura 2 – Mapa da ilha de Santo Antão.....	38
Figura 3 – Divisão da ilha de Santo Antão por concelhos.....	59

INTRODUÇÃO

O nosso maior resultado é uma parte invisível que é mudança de mentalidade, educação das pessoas, fazer as pessoas entenderem que juntos podemos fazer muita coisa enquanto um só pode ser mais difícil.(ent.6)

As Organizações da Sociedade Civil – OCS, estão cada vez mais a ocupar uma posição central no discurso contemporâneo das ciências sociais e de desenvolvimento, sobretudo quando se aborda a questão do desenvolvimento local. Muitos são os académicos e actores político-sociais que olham essas organizações como um potencial incontornável para resolver os problemas existentes tanto nas democracias estabilizadas, como nas emergentes, bem como para o cumprimento dos objectivos de desenvolvimento justo e duradouro.

Para aqueles que lhes atribuem essa importância, defendem que não existe solução para os problemas sociais, económicos e políticos no século XXI que não passe pelo envolvimento da Sociedade Civil. O associativismo como forma de organizar essa mesma sociedade civil, vem ganhando relevância nesse campo de estudo.

Cabo Verde, apesar de ser um país jovem, com apenas 34 anos de Independência, a sua sociedade civil tem tido desde dessa altura uma postura autónoma, dinâmica, crítica e actuante. Essa sociedade civil, tem sido promotora da democracia, do desenvolvimento e do amadurecimento do país, e o Estado considera que é premente discutir e reflectir sobre o seu papel. Para tal, tem promovido a revisão da legislação em matéria de apoios e incentivos às organizações. Igualmente tem promovido a criação das melhores condições possíveis para a efectiva participação das OSC nas grandes decisões de carácter político, económico, social e cultural, incentivando e apoiando a constituição das OSC, espaço de reflexão, de coordenação e de concertação que, de entre outros objectivos, é subsidiar as instituições do Estado em tudo o que respeite à definição de políticas públicas e sociais, nas áreas de intervenção das mesmas, e na clarificação de formas de relacionamento entre as organizações e o Estado. E ainda, regista-se um abrir mão de alguns dos seus poderes para a sociedade civil.

Com base nesse dinamismo da sociedade civil, verificou-se principalmente depois dos anos noventa, um enorme crescimento do associativismo. Contudo o associativismo ligado a problemática do desenvolvimento local proliferou, no país, depois do ano 2000.

Considerando que não seria possível, no espaço desse trabalho do mestrado, que o âmbito dessa pesquisa abarcasse todo o universo de iniciativas associativas espalhadas pelas diferentes ilhas, a opção foi de restringir o objecto empírico as Associações Comunitárias de Desenvolvimento – ACD's, da ilha de Santo Antão. Relevante, para essa escolha, foi o facto de, na ilha existir hoje um total de 88 associação comunitárias legalmente constituídas, onde a sustentabilidade das mesmas, constitui uma situação que exige um estudo sistemático.

Elegemos como objecto da nossa observação, as ACD's que definam como associações de âmbito comunitário e local, que visam promover o desenvolvimento das comunidades, assim sendo, com essas características identificamos 61 associações na ilha.

Neste sentido, este trabalho brota da vontade de observar e conhecer qual tem sido o contributo dessas associações no processo de desenvolvimento da ilha, que segundo as estatísticas é a mais pobre do país. Também pretende-se produzir um estudo académico capaz de colmatar alguma lacuna que existe nessa matéria.

O desígnio desta investigação é perceber o papel das associações comunitárias enquanto agentes de desenvolvimento da ilha e verificar se os trabalhos das mesmas têm ou não contribuído para a melhoria do nível de vida das populações, por via de desenvolvimento local.

Em termos metodológicos, esta investigação é um estudo de caso, porque pormenoriza a questão: as ACD's enquanto agentes de desenvolvimento local. Procurou-se apresentar traços gerais do associativismo na ilha, a dinâmica actual do associativismo e a sua relação com o desenvolvimento local. É naturalmente impossível dar conta aqui da visão de todos os envolvidos no processo de desenvolvimento local bem como de todos os envolvidos no associativismo comunitário, sequer nos é possível tratar a multiplicidade de interrogações que esta questão sugere. Limitar-nos-emos a analisar o associativismo segundo a visão dos líderes, os documentos produzidos pelo associativismos,

nomeadamente, relatórios de contas, relatórios de actividades, relatórios de auditoria, planos de actividades, documentos estratégicos, regulamentos internos e estatutos, entre outros.

Partiu-se do questionamento inicial: Estarão as ACD's a contribuir para o desenvolvimento da ilha, melhorando desse modo as condições de vida das populações?

A partir daí, formulamos as seguintes hipóteses de trabalho:

- As ACD's têm actuado como reais agentes de desenvolvimento local, melhorado assim o nível de vida das populações das comunidades pobres.
- Apesar de estarem a conseguindo os seus propósitos, as ACD's estão totalmente dependentes dos financiamentos dos governos e de outras instituições, nacionais e internacionais.

Foi delimitado o campo de observação, aplicadas técnicas de análise documental¹ e não documental tendo-se, para o efeito, preparado e aplicado os instrumentos de observação, nomeadamente, questionários que serviram de suporte a entrevistas² semi-estruturadas realizadas a informantes privilegiados, seguido, em alguns casos, de observação directa.

Para recolha de material sobre o nosso objecto de estudo, procedemos à pesquisa documental junto de instituições que diariamente trabalham com as ACD's na ilha, nomeadamente a CRP, a OADISA, a FADEP, a Delegação do MADRRM, bem como recolha de periódicos com artigos relevantes para essa matéria.

O recurso à Internet revelou-se extremamente útil, sobretudo para obter bibliografia, uma vez que o país ainda carece de grandes bibliotecas. Também para obter dados estatísticos e outras

¹ A análise documental como técnica de recolha de informação esteve presente em todas as fases do trabalho. Numa primeira fase, a procura foi mais geral, procurava bibliografia que tratasse o tema em estudo. Num momento posterior, incidiu na análise de documentos relativos aos projectos e programas que trabalham junto das ACD's, em fontes documentais e publicações periódicas que permitam a caracterização do ambiente e da população em estudo e tomar conhecimento das varias actividades desenvolvidas pelas associações.

² A escolha da entrevista como técnica de recolha de dado ficou a dever-se ao facto de permitir recolher informação mais vasta e geral sobre o tema em estudo, sendo as entrevistas utilizadas fundamentadas em questões abertas que dava a possibilidade de recolher informações paralelas que enriquecessem os objectivos subjacentes à realização dessa dissertação. A estruturação das entrevistas variou consoante os actores que foram entrevistados e portanto, não houve um guião de entrevista rígido e fechado mas antes passível de reformulação/adaptação mediante o decorrer da mesma.

informações disponíveis em sites, periódicos e artigos actualizados. Finalmente fez-se a análise das informações e a formulação de considerações finais.

O resultado desse trabalho que se pretende aqui expor, obedecerá a uma estrutura de quatro capítulos. O primeiro capítulo, *A Problemática do Desenvolvimento*, trata do enquadramento teórico da problemática do desenvolvimento e sua relação com o associativismo. Procurou apresentar fundamentos teóricos que ajudam a compreender o desenvolvimento local, caso específico de Cabo Verde e Santo Antão. Passou-se, a seguir, a analisar a relação entre o desenvolvimento local e a luta contra a pobreza, abordando esses conceitos. Outro aspecto central desse capítulo é o conceito de associativismo. Não se deixou, contudo, de abordar a relação entre o associativismo e desenvolvimento local.

O capítulo dois, sob o título, *Caracterização do Objecto de Estudo*, propõe-se dar a conhecer o campo de actuação das ACD's. Faz primeiramente uma breve caracterização de Cabo Verde enquanto um pequeno estado insular, para seguidamente fazer uma caracterização, mais pormenorizada, da situação sócio-económica de Santo Antão. Aportou-se questões que permite ao leitor conhecer a ilha em termos políticos económicos e sociais, a partir de dados oficiais, análise de documento estatísticos.

No terceiro capítulo, com o título, *ACD's: um conceito para este trabalho*, inicia-se o real estudo de caso. Efectuou-se a descrição das organizações de sociedade civil da ilha, centralizando nas ACD's.

O último capítulo, *Análise das Associações*, dá conta de toda a actividade das ACD's, a partir da análise documental e do tratamento de dados obtidos através da nossa pesquisa empírica, realizada em toda a ilha de Santo Antão. Fez-se, primeiro, a caracterização geral das ACD's presentes na ilha, para saber que tipo de associativismo está-se a tratar, e os intentos dessa forma de organização da sociedade civil. Observou-se em pormenor a relação entre ACD's e Desenvolvimento Local, através da análise das principais áreas de intervenção das mesmas, como é que elas fazem ou pretendem continuar a trabalhar para esse desenvolvimento. Inclui-se, neste capítulo, um ponto para nós considerado importante, a actuação das ACD's com vista a luta contra a pobreza. A sustentabilidade das ACD's é o ponto que conclui esse capítulo, centra nas questões de financiamento, técnica e política. Aborda aspectos como a dependência financeira perante os financiadores e condições para auto sustentabilidade.

O trabalho finda com as considerações finais, em que apresentamos os resultados da nossa investigação, procurando dar resposta a questão inicial do trabalho e as hipóteses que orientaram-no.

CAPÍTULO 1: A PROBLEMÁTICA DO DESENVOLVIMENTO

“Com efeito, não há desenvolvimento, especialmente desenvolvimento local, sem agentes que o protagonizem nem sem voluntarismo que o encaminhe.”

(José Reis, 1996: 35)

1.1 - O Conceito de Desenvolvimento

Um conceito que viu as atenções viradas sobre ele depois da Segunda Guerra Mundial numa altura em que se verificava mudanças no crescimento dos países, altura que surge a diferenciação entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento e uma forte mudança na conjuntura internacional, e período de independência de grande parte das ex-colónias africanas.

Vários são os estudos, de diversos autores sobre a problemática do desenvolvimento, por ser um conceito bastante alargado, não existe, até agora uma única definição aceita por todos os estudiosos da matéria.

Não sendo um conceito que reúne consensos, Milando (2005:149) diz que todos os conceitos prestam-se a variadíssimas interpretações, consoante o papel, o estatuto, a posição social ou a organização da filiação e o sistema de valores de cada entidade singular ou colectiva na sua utilização ou interpretação. O que o autor quer dizer, é que a sociedade onde encontramos inserido determina as interpretações que damos ao conceito de desenvolvimento.

O conceito de desenvolvimento é uma matéria controversa, mas o que vamos adoptar no presente trabalho é:

Desenvolvimento, é um processo que oferece as pessoas oportunidades de escolha de um óptimo ambiente de vida, onde não enfrentam restrições à satisfação de necessidades básicas como cuidados de saúde, acesso à educação e condições para uma forma de vida digna.

Pensamos ser um conceito que de forma geral dê atenção as pessoas, isto é, desenvolvimento deve ser pensado e centrado nas pessoas, assente numa lógica de distribuição de rendimentos com vista a um bem-estar generalizado, com ênfase em aspectos como redução da pobreza, baixa mortalidade infantil, aumento da esperança de vida, ingresso a educação, habitação condigna, acesso ao emprego e ao rendimento, liberdade e luta contra as desigualdades.

A escolha dessa posição resulta do facto de não entendermos o desenvolvimento resultante exclusivamente do processo de crescimento económico. Posição essa que veio alterando, graças a leitura e contribuição de vários autores, que desde a segunda guerra mundial vem debruçando sobre esse assunto.

O conceito de desenvolvimento tem ganhado vários sentidos e sofrendo alterações, sobretudo porque intensificou a tomada de consciência da problemática dos países subdesenvolvidos, sem descuidar do papel que a evolução dos países africanos tivera nesse processo.

Em jeito de uma breve análise história, podemos dizer que, a década de 50 à 60, ficaram conhecidos a “idade de ouro”³ das teorias desenvolvimentistas, assentes no pensamento económico clássico e apoiadas na segurança de que o crescimento económico era ilimitado, onde a acumulação do capital era vista como o motor de crescimento e, naturalmente do desenvolvimento económico.

É de realçar aqui a importância que esse pensamento dá ao papel do Estado como actor dinâmico do desenvolvimento.

Olhando a acumulação de capitais como motor do desenvolvimento, surge as Instituições de Bretton Woods, muito identificadas com as teorias que ligam o crescimento económico ao investimento em capital, a defenderem uma injeção transitória de recursos⁴, provenientes do exterior, com vista a acelerar o processo de crescimento.

Estas instituições, bem como os defensores dessa teoria, associam-se o desenvolvimento ao crescimento económico, pelo facto de usarem constantemente indicadores de crescimento económico para avaliar e qualificar o nível de desenvolvimento dos países. Nesse período pós guerra, esses dois conceitos estiveram sistematicamente associados a um outro, a

³ Cabral (2005:21)

⁴ Fernandes e Afonso (2005:25)

industrialização, pois os países considerados desenvolvidos eram os que conseguiram com sucesso o processo de industrialização, e essa seria o caminho que os países do Terceiro Mundo teriam de percorrer para atingirem o desenvolvimento.

Os anos subsequentes, a década de 70⁵ ficou marcado por uma a desaceleração do ritmo de crescimento e a recessão económica. O idealizado nas décadas anteriores, sobretudo para a África, não vinha realizando, começou-se a notar dívida externa praticamente não reembolsável, queda do investimento directo estrangeiro, falência técnica dos Estados, má governação, guerras civis, falta de integração dos mercados regionais e até nacionais, ausência de democracia interna, etc.⁶

Perante esse cenário da incapacidade política proteccionista dos Estados, surge os defensores das teorias de desenvolvimento associado ao crescimento económico como forma de resolver o problema do subdesenvolvimento⁷ e o fosso entre os países. Floresceram os pensamentos dos que viam o desenvolvimento como algo unilinear, confiando no investimento de capital como o motor do crescimento económico.

Essa visão do desenvolvimento, assento no crescimento económico entrou em crise nos anos 80. Período que alguns críticos viriam a chamar de década perdida do desenvolvimento,⁸ caracterizado por: recessões económicas e mesmo crescimento negativo na América Latina, fome e miséria humana em África.

E neste contexto, que surgem, as políticas de estabilização⁹, e ajustamento estrutural¹⁰ advogadas pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial. Políticas

⁵ Período marcado pela independência de muitos países, sobretudo africanos, onde muitos começaram por privilegiar política de infra-estruturação como forma de iniciar os seus processos de desenvolvimento.

⁶ Reis (2000: 17)

⁷ Não é nossa pretensão nesse estudo debruçar sobre o conceito de 'subdesenvolvimento'. Segundo Figueiredo e Costa, (1982:20/21), esse conceito ganhou ênfase a partir do discurso inaugural do Presidente dos EUA, Truman, em 1949. Os autores acrescentam ainda que foi a partir de então que o subdesenvolvimento ganhou o estatuto de problema autónomo. Para uma possível aprofundamento da questão, remetemos para Pimenta (2004) e (2007) obras onde o autor aborda a globalização, e as suas relações com o subdesenvolvimento e desenvolvimento.

⁸ Fernandes e Afonso (2005:27)

⁹ Cabral (2005: 23), Milando (2005:112)

¹⁰ O ajustamento estrutural tinha como principal objectivo a redução do papel do Estado na produção e regulação da actividade económica.

desenvolvidas essencialmente para os países menos avançados com vista a criarem condições para ultrapassar a crise económica.¹¹

Os programas de ajustamento estrutural, sobretudo a forma como foi imposta aos países, concretamente a África, não atingiu os resultados preconizados, chegando mesmo a ter resultados negativos. Gostaríamos de deixar aqui a opinião de Pimenta, a cerca disso.

Diz esse autor o seguinte:

“Além disso África foi provavelmente o continente mais fustigado pelas imposições do FMI e do Banco Mundial, mais obrigada a adoptar programas de ajustamento estruturas. Quando é manifesto em África que se precisa de mais e melhor Estado, a ajuda ao desenvolvimento, as políticas preconizadas pelos organismos internacionais geram menos Estado e Estados mais submissos, menos capazes de imporem uma política própria, menos disponíveis para definirem uma estratégia inovadora, democrática e popular a escala do continente.” (Pimenta 2007/01:19)

Não nos impõe aqui discutir o interesse dessa ajuda¹², utilizamo-la para mostrar que a injeção de capital por si só, sem ter em conta as realidades sócio-culturais de cada país, não conduz ao desenvolvimento sonhado.

O aumento do fosso que separa os dois grupos de países, o aumento das desigualdades sociais¹³ e essa visão do conceito em crise, muitos autores e organismos internacionais, passaram a repensar o conceito de desenvolvimento, onde se dá ênfase a várias dimensões, isto é, não concentrando exclusivamente no económico.

Essa pequena resenha mostra que o desenvolvimento assente no crescimento económico é um paradigma a abandonar. O que se verificou ao longo desse período é que desenvolvimento centrado no capital económico só beneficiara poucas pessoas ou poucos países. Sem tirar importância aos factores económicos, é patente que muitos outros factores são indispensáveis para haver desenvolvimento, daí a escolha do conceito acima referido.

¹¹ Sobre a experiência do Ajustamento estrutural, seus efeitos em África ver Pimenta (2007:22)

¹² Apesar de não ter, na maioria dos casos, atingido os seus objectivos, não nos cabe negar a importância do ajustamento, equaciona sim os modos da sua aplicação.

¹³ Pimenta (2007/01: 16) O autor afirma que, que as estatísticas a partir de 1983, comprovam que há um agravamento das desigualdades entre os diversos países do mundo.

As críticas que poderão surgir é de não desenvolver as teorias que dão base as APD's e Ajustamento Estrutural, ou de não debruçar mais sobre esses dois assuntos, mas não era esse o nosso objectivo, nessa resenha histórica queríamos mostrar que o conceito de desenvolvimento sofreu as alteração.

Na década de 90 a abordagem desse tema ganha novos contornos e outras dimensões. De destacar aqui, os trabalhos do PNUD, onde surge o conceito de **Desenvolvimento Humano**, conceito que apareceu com o Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH), publicado, pela primeira vez, em 1990, sob tutela de dois economista, Mahbub Ul Haq e Amartya Sem, que ficaram incumbidos de definir os indicadores de medida do conceito de desenvolvimento.

Desenvolvimento humano é, na óptica do PNUD¹⁴, o processo pelo qual se cria um ambiente favorável ao aumento das capacidades e oportunidades das pessoas tanto das gerações presentes como futuras. É definido como:

"o processo de aumento das escolhas das pessoas, que lhes permitam levar uma vida longa e saudável, adquirir conhecimento, ter acesso aos recursos necessários para um nível de vida digno, enquanto os preservam para as gerações futuras, proteger a segurança pessoal e alcançar a igualdade para todas as mulheres e homens. "

O conceito alberga no seu seio, questões que tem a ver com condições básicas para o desenvolvimento, como por exemplo, a existência de condições saúde que generalizem o acesso à vida biológica longa, a escolaridade como condição de acesso ao conhecimento, e o rendimento, enquanto condição para um padrão de vida digno. É um conceito que norteia todo o nosso trabalho.

Essa nova visão que se passou a ter da problemática do desenvolvimento, deu origem a novos conceitos, com esse relacionado. Roque Amaro, (2006: 24) afirma que na tentativa de renovação do conceito de desenvolvimento, surgiram inúmeras designações, às quais ele destaca seis:

¹⁴ PNUD, 1990 citado por Amaro (2006: 25)

Os seis novos conceitos são (com alguma ordem cronológica):

- Desenvolvimento Sustentável
- Desenvolvimento Local
- Desenvolvimento Participativo
- Desenvolvimento Humano
- Desenvolvimento Social
- Desenvolvimento Integrado

Todos esses conceitos são de alguma forma importante para o nosso estudo, pois o conceito de desenvolvimento é a referência do nosso trabalho, porem concentraremos a nossa atenção no conceito de desenvolvimento local, um conceito operacional, para nós.

Ao tratar a questão de desenvolvimento local, partilhamos da opinião do referido autor, que afirma que o desenvolvimento deve acontecer "lá onde as pessoas vivem e estão".

Sendo assim, nos vemos o desenvolvimento local, como um processo que acontece na comunidade local, onde os agentes desse desenvolvimento é a própria comunidade, são eles os responsáveis pela satisfação das suas necessidades e de melhoria das condições de vida.

O interesse face ao conceito de desenvolvimento local, deve-se ao facto de ser a mais utilizada pelas ACD's, nosso objecto de estudo. Esse conceito está estritamente ligado a metodologia participativa, aspecto destacado pelas ACD's, como modelo utilizado as suas actividades.

O desenvolvimento local tal como hoje se pratica tem por base a ideia de se potenciar a mobilização dos recursos endógenos ou recursos localmente disponíveis. Este é um processo que investe na consciencialização das populações, contribui sobretudo para a consolidação da identidade local, do envolvimento colectivo e da afirmação da pertença a um determinado território.

Esse envolvimento colectivo, é um fenómeno, que pressupõe a participação e cooperação das várias partes que compõem as comunidades locais, ou seja, os agentes locais assim como as instituições locais transformam-se nos protagonistas do seu próprio desenvolvimento, isto é, articulação e envolvimento de todos os segmentos ou actores sociais na formulação e

implementação de um projecto colectivo de desenvolvimento. Resulta de um esforço conjunto de procura de respostas aos problemas locais e/ou comunitários.

Além de mais, o desenvolvimento local apresenta uma abordagem integral e integradora das dimensões económicas, sociais, políticas e técnicas.

1.1.1 – Desenvolvimento local e luta contra a pobreza

O desenvolvimento local é um conceito que surge associado à questão da luta contra a pobreza, o que torna-o também um conceito operacional para esse trabalho. Quanto mais não é, os programas de luta contra a pobreza são considerados projectos de desenvolvimento local, uma vez que têm como objectivo resolver e prevenir necessidades das populações.

Dada a estreita relação entre o desenvolvimento local e o combate a pobreza, coloca-se então, a questão de se saber qual o conceito de pobreza que melhor se ajusta ao objecto dessa pesquisa, a ao conceito de desenvolvimento local por nós adoptado.

Lutar contra a pobreza, é lutar contra uma situação de privação marcada sobretudo pela falta de recursos económicos, muitas vezes caracterizada por más condições de vida; emprego precário; menor consumo de serviços médicos; baixos níveis de instrução. Como fenómeno social a pobreza manifesta-se de diferentes formas, também pode verificar em vários domínios, sendo os principais, habitação, educação, saúde e emprego.

O facto de considerarmos a pobreza, como uma carência de matérias, não quer dizer que o encontramos apenas aos países pobres. A ideia de que a pobreza era só dos países pobres e que os países ricos estavam livres desse problema devido aos seus progressos de desenvolvimento e crescimento económico é um mito que foi ultrapassado nas últimas décadas. Nos países ditos ricos, vem-se notado uma grande discrepância nos níveis de desigualdade social e de rendimento. Os problemas de pobreza e exclusão social tem-se agravado, como também surgem com novas manifestações e modalidades, como por exemplo, desempregados de longa duração, situação precária dos reformados e pensionistas, das famílias monoparentais, dos indivíduos com baixos níveis de escolaridade e das minorias étnicas, o aumento dos sem-abrigo.

O que se tem verificado, em muitos países, é que a luta contra a pobreza, é feita normalmente a base de programas, cujo objectivo é a eliminação da pobreza, elas tem sempre um período de actuação e esperam delas a melhoria das condições de vida dos beneficiários. O que se espera é que elas sejam capazes de capacitar os pobres para saírem da situação em que se encontram.

Em África, durante muito tempo, e em muitos casos, ainda hoje, muitos desses programas foram pensados de fora para dentro, o que faz com que muito dos seus preceitos não sejam atingidos, transformando-os em tipos de programas indefinidamente necessário, e a eficácia de um projecto de luta contra a pobreza mede-se pela medida em que, ao fim de um certo tempo, o mesmo deixa de ser necessário.

No caso concreto de Cabo Verde, existe o grande Programa Nacional De Luta Contra a Pobreza¹⁵, é gerido por uma Comité Nacional de Luta contra a Pobreza (CNLP), tutelada pelo Ministério de Trabalho, Formação Profissional e Solidariedade Social.

Importa-nos referir que a pobreza varia de sociedade para sociedade. E como tal, a luta contra a pobreza implicam, de certa forma, um reforço de diálogo social, civil e político e o enquadramento no local onde se aplica o programa, isto é, este deve adequar ao desenvolvimento local. Não basta porém elaborar estratégias de luta contra a pobreza, se as mesmas não forem adequadas a realidade que se vai actuar, se não forem pensadas conjuntamente com os pobres.

Nessa linha de pensamento, um aspecto importante que deve marcar sempre os programas de luta contra a pobreza é a integração da sociedade civil, em geral, e dos pobres, em particular, nessa luta. Deste modo a parceria e o princípio de participação devem ser essenciais, pois o princípio da participação procura incentivar a participação das populações, com a utilização de formas de auscultação directa das populações para a expressão das suas necessidades e aspirações.

¹⁵ Sobre esse programa ver capítulo 3.

Para nós, a relação que existe entre esses dois conceitos, desenvolvimento local e luta contra a pobreza, é que ambos acontecem na comunidade, onde é a própria comunidade, a responsável pela satisfação das suas necessidades e de melhoria das condições de vida.

Sair ou não da situação de pobreza depende muito da capacidade de desenvolvimento local, não basta elaborar planos de combate a pobreza e a exclusão social, se as mesmas não forem associadas a um processo de desenvolvimento local, tal como a vimos, isto é, sem integrar os mais interessados. Não é possível combater a pobreza sem o pobre, é necessário que ele se sinta sujeito da sua própria história.

O desenvolvimento local enquanto estratégia de luta contra a pobreza reforça a coesão social e as relações na comunidade, aspectos que devem ter como fruto a melhoria de nível de vida dos seus habitantes. Voltando a realidade cabo-verdiana, pode-se dizer, que têm-se verificado um esforço de coesão social, com vista ao desenvolvimento através do crescente movimento associativo, com o surgimento de várias Associações Comunitárias de Desenvolvimento.

Resultados até agora conseguidos com muitos programas, mostram que, a luta contra a pobreza, pensada e implementada sem participação da comunidade, ou seja, dos beneficiários não tem grandes resultados. Da mesma forma, uma abordagem individual aos problemas comunitários é insuficiente, uma vez que traz uma visão parcelar da realidade. Surge então, a necessidade de uma acção em parceria. Para que sejam colocadas em prática medidas de combate em vários domínios é necessário que o modo de intervenção seja alargado para um nível colectivo, local, regional, nacional e mesmo internacional.

A noção de parceria é um elemento essencial do desenvolvimento de políticas sociais e económicas. Tem sido um ponto fulcral nos programas de luta contra a pobreza. Em alguns documentos dos projectos nacionais, de luta contra a pobreza, a parceria é referido como “metodologia central” dos projectos. Uma acção em parceria pressupõe que as pessoas e as organizações conjuguem esforços para atingirem determinados objectivos comuns. Assim sendo, parceria local¹⁶ é uma rede de relações e de solidariedade local entre instituições, grupos e/ou indivíduos de naturezas diferentes ou com vocações sectoriais distintas.

¹⁶ PNLP (1997).

A abordagem em parceria proporciona uma conjugação de esforços, de experiências, de conhecimentos e de recursos. Este conjunto de relações leva a que a comunicação e o diálogo sejam alargados devido ao fortalecimento dos contactos formais e informais. A procura constante de parceiros para as suas actividades, tem sido uma lógica das ACD's.

1.2 – Associativismo e Desenvolvimento

1.2.1 - Associações como agente de desenvolvimento

O associativismo civil encontra-se na pauta dos estudos e debates nas ciências humanas e sociais. As pesquisas no tema mostra que a difusão do associativismo é uma manifestação da sociedade moderna, e as suas causas principais estão no processo de industrialização, urbanização e instauração do regime democrático.

As Associações Locais, enquanto instituições autónomas criadas para responder as necessidades sociais, muitas vezes em domínios onde a intervenção do Estado se revelou insuficiente ou ineficaz, constituem no seio da democracia representativa um instrumento precioso para o exercício da cidadania democrática.

As associações de caris sociais surgem e reestruturam com a democracia. Isso porque a democracia estimula nos indivíduos a cultura participativa, e com ela o indivíduo exerce uma participação consciente e autónoma no processo de decisão política que afecta a sua comunidade.

Tocqueville¹⁷, enquanto grande investigador da democracia faz referência a essa relação, associações com democracia, melhor dizendo, democracia participativa, afirmando que as associações voluntárias constituíam-se no coração da sociedade civil.

Internamente, as associações incutem em seus membros hábitos de tolerância, cooperação, solidariedade, participação e espírito público, bem como o senso de responsabilidade comum nos empreendimentos colectivos, que vemos como base de uma democracia participativa.

¹⁷ Autor referido por Labra e Figueiredo (2002:5)

A relação desse tipo de associativismo e democracia participativa prende com o facto de que o associativismo pressupõe envolvimento de toda a sociedade civil em busca de soluções para problemas comuns, contribuindo assim para inclusão social de boa parte da população.

O que se nota é que em vários países o associativismo ganhou força com a democracia ou com o domínio da democracia, principalmente nos anos de 1970 e 1980. Como o caso de Portugal, em que após o 25 de Abril, assistiu-se a um aumento do espírito associativo, isto é, um aumento da participação social, em virtude do abrandamento da pressão social e política em que o país se encontrava submergido.

Autores como Cristóvão e Miranda¹⁸ defendem que o aumento dessa participação social, foi em parte, sobretudo na última década do século XX, incentivada em grande medida pela integração na União Europeia, aspecto esse que trouxe novas exigências e novas aspirações.

Em Cabo Verde, um pouco a semelhança, do que decorria em Portugal, 1975 foi um ano marcante para o início do associativismo. Depois da independência, tomou forma, a liberdade de reunir, coisa que foi proibido durante muitos anos. Foi notável o número de cooperativas e outras organizações que surgiram na pós-independência. Entretanto, foi só a partir dos anos 90, período que coincide com a abertura do país ao multipartidarismo que o número das organizações começou a crescer de forma mais rápida e as suas actividades começaram a ganhar uma maior dimensão social, política e económica.

Contudo, antes da independência, as populações sempre encontraram alguma forma de se organizarem, mesmo com os poucos incentivos existentes. O associativismo cabo-verdiano encontra as suas raízes nas formas tradicionais de solidariedade social, como por exemplo o “*djunta món*”¹⁹ as organizações funerárias, que perduram até hoje, principalmente no meio rural, são de carácter social e desempenham um papel extremamente importante em ocasiões de morte, nos mais jovens se conheceram experiências de associações de carácter desportivo, cultural e recreativo. Essas formas de solidariedade comunitária ganharam maior expressão com a Independência de Cabo Verde.

¹⁸ Cristóvão e Miranda (2006:4)

¹⁹ “Djunta mon”, expressão muito utilizado em Cabo Verde, sobretudo no pós independência, sobe o lema de juntar as mãos para construir o novo país. “Djunta mon” significa “juntar forças”, que consiste no sistema de troca de força de trabalho, na preparação do terreno para os trabalhos agrícolas e na colheita, na construção de casas, na reparação de caminhos, etc.

Porém a expressão que as associações possuem hoje, pode-se dizer que começaram a aparecer, a partir de 1987, com a publicação da Lei nº 28/III/87 que marcou o início de todo o processo de organização da sociedade civil nos tempos modernos. Esse diploma regulava o exercício da liberdade de associação e estabelece as bases do regime jurídico comum das associações de fins não lucrativas.

As associações de carácter local são, pois, um elemento fundamental de incremento da participação cívica e, como tal, um agente privilegiado de democratização, no sentido da democracia participativa. Destacando assim como um importante agente de formação e de desenvolvimento social dos cidadãos e das comunidades locais.

Além da democracia, a nível mundial, outros factores contribuíram para o reforço do associativismo, nomeadamente a decadência do comunismo e a crise do capitalismo, enquanto sistemas, que se julgava, capazes de resolver os problemas económicos das populações. O autor Guilherme Silva (2005: 55) clarifica isso, afirmando que:

“A segunda metade do século XX assistiu à decadência dos dois sistemas económicos predominantes no mundo; o colapso do comunismo e a conseqüente entrada de quase dois bilhões de pessoas no mercado mundial, e a obsolescência do capitalismo que, se já não cumpria suas promessas de pleno emprego, justiça social, estabilidade financeira, salários reais em ascensão, menos ainda quando os avanços tecnológicos permitem um aumento de produtividade tal que teóricos de várias correntes apontam como uma de suas conseqüências a redução de índices de emprego.”

Perante o cenário, em que a intervenção do Estado, muitas vezes, se revelou exíguo, o que alguns autores chamaram uma crise dos Estados de Providencia²⁰. É chamado então a intervenção da Sociedade Civil em diferentes domínios, como protecção social, luta contra a pobreza, luta contra a exclusão social, etc. Essa sociedade civil, assim organizada é geralmente referida como o “terceiro sector” ou o “sector não lucrativo”, que contém todas as associações, nas quais a participação e as actividades são voluntárias.

²⁰ Sobre o conceito, bom como a sua relação com uma ‘sociedade providencia’, cf. Santos (1987) e Santos (1991)

Outro aspecto impulsionador do associativismo é a globalização. Muitos estudos já mostraram que a globalização gera poucos beneficiários e muitos excluídos e a necessidade das comunidades e populações sentirem-se mais próximos e incluídos, leva a criação de associações. A globalização tem papel essencial no processo em questão, pois fortalece resistências locais, promove a emergência de identidades híbridas e faz ressurgirem particularismos, principalmente étnicos, comunitários, regionais, entre outros.

Na década de 1990, sobretudo nos países em desenvolvimento, começa-se a verificar uma nova dinâmica no movimento associativo, um crescimento do associativismo institucionalizado, proliferação das ONG's, e a abertura para uma participação cooperativa com o Estado e, às vezes, com o mercado, sobretudo sob forma de parcerias, que a nível internacional ganha a denominação de Terceiro Sector.

Aumentaram e diversificaram as esferas de intervenção. Hoje estão preocupadas com questões como protecção ambiental, problemática da saúde, educação e formação profissional, equidade de género, problemática do desemprego, AGR, entre outros.

Segundo Ramiro Azevedo verificou uma explosão de movimentos participativos na maioria dos países em desenvolvimento, por um lado, devido ao facto de as associações terem convencido os governos do valor da participação dos grupos comunitários e, por outro lado, os doadores igualmente desencorajados pelos maus resultados da ajuda pública em geral utilizam cada vez mais a rede das ONG's para distribuir fundos. (Azevedo: 2002: 232)

No caso de Cabo Verde, a partir dessa mesma década, a sociedade civil cabo-verdiana têm demonstrado um grande dinamismo, motivado pela necessidade de, com a participação das populações, promover e construir uma vida melhor para todos. Desde então, as Organizações da Sociedade Civil (OSC) cabo-verdianas, com particular destaque para Associações Comunitárias de Desenvolvimento (ACD's), têm intensificado acções em busca de respostas para a resolução dos seus problemas, com recursos próprios e mobilizados, junto de Instituições Públicas e Privadas, tanto dentro como fora do País.

Importa clarear, que ao referir associação, trata-se de uma organização da sociedade civil não governamental, independente do Estado e dos poderes político partidários. São organizações

sem fins lucrativos, autónomas e independentes de poderes públicos com uma forte componente de voluntariado. São todas as formas de livre união com base na solidariedade.

1.2.2 - Relação associativismo e desenvolvimento local

Mesmo face a um mundo globalizado, uma importância particular é atribuída ao território local, como espaço fisicamente delimitado, com identidade sócio-económica e cultural e uma dinâmica própria, e às lógicas integradas de valorização dos seus recursos e capacidades, bem como ao investimento numa educação que fortaleça a capacidade das pessoas para tomarem em mãos as suas vidas, comunidades e recursos, assim como para participarem nos processos de decisão locais.

Como já foi referido, o conceito de desenvolvimento adquire novos significados, onde se passa a falar mais em desenvolvimento humano, numa lógica de promoção de desenvolvimento centrado nas pessoas, exigindo que os cidadãos e os animadores do desenvolvimento assumam novas responsabilidades e papéis. Aqui é que se entra as associações como agentes de desenvolvimento.

Os movimentos sociais e as organizações não-governamentais, têm como um dos principais objectivo, lutar pela resolução de problemas sociais, ampliação dos direitos políticos e da consciência da cidadania. Estas associações reúnem indivíduos interessados em efectivar a sua condição de cidadãos de uma forma activa, isto é, que pretendem agir e intervir na sociedade procurando, deste modo, transformá-la. Sendo assim, as associações podem revestir-se de uma acção fundamental na mediação das relações entre o indivíduo e o Estado.

E ao longo dos anos, os Estados têm valorizado o papel dessas organizações, vendo nelas parceiras no atendimento de carências que não pode suprir sozinhos, são hoje mais do que nunca vistos como companheiras de trabalho para o desenvolvimento.

O associativismo, tal com, é referida, possibilita uma participação colectiva que também se desemboca numa gestão colectiva. Falamos aqui de uma participação, que não é meramente formal, isto é organizada desde cima, mas sim promovida pelas populações locais, por

iniciativa dos próprios grupos comunitários. Uma participação em que as pessoas estão no cerne dos próprios projectos de desenvolvimento.

Por conseguinte, o associativismo, sobretudo o comunitário, facilita a participação das pessoas excluídas, onde essas procuram ter alguma influência na escolha dos caminhos para o seu desenvolvimento, bem como o acesso aos recursos que as podem ajudar, no sentido de melhorar e sustentar os seus padrões de vida. Daí a interacção, proximidade entre o desenvolvimento local e o associativismo.

As associações enquanto agentes de desenvolvimento local e regional, além das referidas, têm outros factores que incitaram o seu surgimento. Como é o caso das associações que surgiram em alguns países da Europa, mais vocacionadas para o desenvolvimento rural e impulsionadas pelas políticas da União Europeia²¹.

“A história da constituição das diferentes organizações analisadas é enformada por diversas motivações, referentes à panóplia de questões a que hoje responde o desenvolvimento local em áreas rurais. Tais motivações não são alheias às dinâmicas e políticas que a União Europeia e os Estados Português e Espanhol têm vindo a promover, ao longo dos chamados Quadros Comunitários de Apoio, nomeadamente através de medidas de promoção do desenvolvimento local, como as referentes à transformação da agricultura e ordenamento do território, identificação e valorização dos recursos locais e promoção do empreendedorismo e das dinâmicas associativas.”
(Cristóvão e Miranda: 2006:8)

Muitas foram as associações que surgiram, com o objectivo de captação e aproveitamento de recursos disponíveis, técnicos, financeiros e institucionais; o aproveitamento do capital social existente, como relações pessoais, institucionais e políticas que podem traduzir-se em sinergias para a resolução de problemas comuns.

Em Cabo Verde²², assistiu também o surgimento de algumas associações motivadas pelos fundos disponibilizados por diversos programas e projectos. Como é o caso do PNL que

²¹ Os programas LEADER, é um exemplo claro disso. São programas de instigaram a criação de muitas associações de desenvolvimento local em Portugal.

²² O associativismo em Cabo Verde é um ponto que debruçamos no terceiro e quarto capítulo.

recorre as associações e através de assinatura de contratos-programas²³, esses executam as actividades desse programa.

²³ Contratos-programas é o instrumento permite a celebração de contratos, entre o Governo e as Organizações da Sociedade Civil legalmente constituídas para o financiamento de projectos de investimento.

CAPÍTULO 2 – CARACTERIZAÇÃO DO OBJECTO DE ESTUDO



Figura 1 – Mapa de Cabo Verde (Fonte: Adaptado de www.caboverde.com)

Cabo Verde é reconhecidamente um estado vulnerável. A nossa vulnerabilidade é visível tanto ao nível económico, sector no qual ainda não conseguimos desenvolver o bastante ao ponto de nos tornarmos auto-sustentáveis, quanto ao nível da função segurança do Estado, em que não temos conseguido manter o controlo efectivo sobre todo o território nacional, particularmente o marítimo, e em razão disso nota-se um aumento significativo de actividade criminosa em Cabo Verde.

2.1 - Cabo Verde – breve caracterização

Esta breve caracterização da situação socio-económica cabo-verdiana tem como objectivo facilitar a compreensão das especificidades e limites que se impõem as ACD's no que se refere ao seu papel no desenvolvimento local.

As restrições ao desenvolvimento, decorrentes de um conjunto de constrangimentos estruturais evidentes, falta de recursos naturais, reduzida dimensão territorial, insularidade, descontinuidade territorial, secas prolongadas, escassez de recursos hídricos, reduzido potencial de terra cultivável, localização geográfica à margem das correntes principais do comércio internacional, forte ritmo de crescimento demográfico, são bem evidentes em Cabo Verde.

Cabo Verde é um arquipélago com uma área geográfica de 4033 km², constituído por dez ilhas, repartidas por dois grupos geográficos – o Sotavento, que integra as ilhas de Maio, Santiago, Fogo e Brava, e o Barlavento, que integra as ilhas de Santo Antão, S. Vicente, Santa Luzia, S. Nicolau, Sal e Boavista. Representa um ecossistema insular localizado a 450 km da Costa Ocidental Africana (figura 1). Integra o Sahel, apresentando condições climatéricas de tipo tropical seco e semi-árido, com alternância de uma longa estação seca e uma curta estação húmida, caracterizada por um reduzido número de dias de precipitação por ano.²⁴

Residiam no país em 2000, 434 625 pessoas o que eleva a densidade populacional a cerca de 107 habitantes por Km² distribuído nas nove ilhas habitadas. Segundo o censo de 2000 a população é jovem, com cerca de 42% com idade inferior a 14 anos e somente 6,2% com mais de 65 anos. A média de idade dos cabo-verdianos é de 17 anos de idade.²⁵

Um país caracterizado por um forte crescimento da sua população com uma taxa de natalidade, de 23,3 por mil habitantes, em 2000. Uma taxa de fecundidade 127,8 por 1000 mulheres em idade de procriação, sendo quatro o número médio de filhos por mulher.

Essa população, em constante crescimento, tem sido considerada como sendo a principal riqueza do país. Sendo assim, a educação e formação dos recursos humanos do país tem merecido grande atenção dos governantes.

O sistema educativo compreende os subsistemas de educação pré-escolar, da educação escolar que abrange os ensinos básicos, secundários, médio, superior e modalidades especiais de

²⁴ Cabo Verde (2002) *interim* Poverty Reduction Strategy Paper – iPRSP. Relatório (sem paginação)

²⁵ Dados disponíveis no Website: www.ine.cv. Mais informações no ponto seguinte, onde se faz a caracterização de Santo Antão, e se usa dados nacionais para efeito de comparação.

ensino, e da educação extra-escolar que comporta actividades de alfabetização e pós alfabetização, com formação e formação profissional.

Até agora é garantido o ensino básico de seis anos e já com perspectiva de aumentar os anos de gratuidade no sistema de ensino. Ultrapassada essa fase, o jovem tem acesso ao secundário, com duas vertentes de formação: via geral e via técnica. Este ensino é ministrado em estabelecimentos públicos e privados e hoje, todos os concelhos do país disponham de estabelecimentos de ensino secundário público, embora nem todos possuem instalações adequadas, havendo casos de ocupação de espaços do ensino básico, e outras são ainda anexos.

O Ensino Médio é de natureza profissionalizante. Tem geralmente a duração máxima de três anos e é realizado em Institutos públicos e privados, tutelados pelo Ministério da Educação.

O Ensino Superior, começa a ser implementado em Cabo Verde a partir da criação da Escola de formação de Professores do Ensino Secundário, conferindo o grau de bacharéis aos diplomados por esta instituição. Não obstante é, a partir de 1992, que se cria a Comissão Instaladora do Ensino Superior no âmbito da reforma de ensino, com o objectivo de se fazer o enquadramento institucional das competências existentes e futuras e a coordenação de projectos internacionais. Hoje encontra-se no país institutos privados e a Universidade de Cabo Verde. Em 2004 encontrava-se matriculados no ensino superior nacional 3910 estudantes. Apesar das alterações significativas neste sector, a grande parte da formação superior é realizada no exterior, e em muitos casos são bolseiro do Estado, o que representando um encargo significativo para as finanças públicas.

Os sucessivos governos, desde a pós-independência vem apostando cada vez mais na educação, e em 2005, as despesas públicas com educação era de 6,6 % do PIB.

No domínio da saúde, os objectivos gerais consistem no desenvolvimento dos cuidados de saúde, aumento do nível de eficácia da prestação e redução das taxas de mortalidade infantil e materna.

Grandes ganhos, o país tem conseguido ao longo dos anos, ao ponto de realçarmos que em 2004²⁶, Cabo Verde tinha uma cobertura de 49 médicos por 100.000 pessoas um aumento significativo em relação a 1995 que era de 29 por 100.000 pessoas.

Quadro 1: Indicadores de mortalidade infantil

Indicador	1970	1998	2004/5
Taxa de mortalidade infantil (por 1000 nados vivos)	87	64	27
Taxa de mortalidade de menores de cinco anos (por 1000 nados vivos)	123	73	36

Fonte: Relatórios do PNUD 2000 à 2007/8

Da leitura do quadro, nota-se que o sector infantil evidencia esse crescimento. Um sector onde em 2004 registava uma taxa de mortalidade infantil de 27 por mil nados vivos, ao mesmo tempo que a taxa de mortalidade por menores de cinco anos era de 36 por mil nados vivos, superando em larga medida as taxas que em 1998 eram de 54 e 73 respectivamente.

Essas melhorias têm como uma das razões principais o aumento da percentagem de crianças que actualmente no país são vacinadas, com um ano, contra o sarampo (65%) e a tuberculose (78%), as principais doenças, junto com a diarreia, que contribuía para que a mortalidade infantil tivesse uma taxa elevada. Um outro aspecto que vem contribuindo é o facto de que hoje poucos nascimentos de crianças acontecem em casa ou não são assistidos por um profissional de saúde, 89% dos partos são assistidos.

O Sistema Nacional de Saúde continua a ser financiado através do Orçamento Geral do Estado, em 2004, as despesas pública com a saúde era de 3,9 % do PIB, por entidades gestoras da segurança social e por conta própria pela população não coberta por qualquer forma de segurança social.

O aumento dos cuidados de saúde, de assistência médica e medicamentosa repercute no aumento da esperança de vida, que em 1975 era de 57,5 anos atingindo em 2005 os 71 anos.

²⁶ Dados extraídos dos relatórios do PNUD, 2006 – 2007/8

Cabo Verde, apesar de ser um país desprovido de recursos naturais economicamente exploráveis e fortemente fustigado pela seca, a economia cresceu nos últimos anos a uma taxa média anual de 6,4%, sob a impulsão de reformas visando a melhoria do ambiente económico através da liberalização do mercado e o desenvolvimento do sector privado, incluindo a privatização de empresas públicas.²⁷ Melhorias verificadas após a abertura ao multipartidarismo.

Com base nos números dos relatórios do PNUD, podemos confirmar esse crescimento com dados que permite uma certa comparabilidade, o valor nominal de 2001 do PIB *per capita* é de (US\$ 1.317), valor esse ultrapassado em larga medida em 2005, onde se registava (US\$ 1.940).²⁸

As informações mais recentes sugerem uma evolução favorável da actividade económica em 2007. Assim, as estimativas do Banco de Cabo Verde apontavam para um crescimento económico de 6,7% em termos reais.²⁹

Quadro 2 – Produto Interno Bruto, a preços constantes de 1980 (1999-2004)

	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Sector Primário	1575	1679	1691	1607	1644	3508
Agricultura, pecuária, silvicultura	1286	1377	1406	1319	1323	3160
Pesca	152	166	127	123	144	159
Indústrias extractivas	137	136	158	165	177	189
Sector Secundário	3094	3073	3057	3439	3494	3644
Congelação, conservas de peixe	29	27	14	28	23	24
Outras indústrias alimentares	125	114	118	128	134	138
Tabaco	25	18	33	28	19	14
Bebidas Alcoólicas e Refrigerantes	337	345	217	198	181	173
Mecânica e reparação naval	44	14	21	13	11	15
Carpintaria	160	180	183	200	222	204
Outras indústrias transformadoras	289	251	232	217	222	210
Electricidade e água	204	314	347	441	490	663
Construção	1881	1810	1892	2186	2192	2203

²⁷ Dados estraiados de: Cabo Verde, 2002

²⁸ A título de curiosidade, por ocasião da independência, em 1975, o PIB *per capita* era de (US\$190)

²⁹ BCV – Boletim Económico Fevereiro de 2008, pg15

O Contributo das ACD's para o Desenvolvimento Local

SECTOR TERCIÁRIO	12433	13591	14719	15453	16318	17088
Comércio	2981	3388	3774	4278	4451	4684
Hotéis e restaurantes	401	525	678	666	817	921
Transportes rodoviários	556	653	675	857	887	1045
Transportes marítimos	614	646	465	511	182	195
Transportes aéreos	631	603	742	272	743	722
Serviços aos transportes	467	495	596	550	468	465
Comunicações	1218	1483	1696	1802	1933	2027
Bancos e seguros	604	495	583	616	590	595
Habitacões e locais	1117	1171	1238	1325	1414	1588
Serviços governamentais	2272	2319	2333	2431	2613	2784
Outros serviços	277	297	313	309	335	356
Serviços bancários não imputados	-453	-383	-401	-456	-514	-540
Direitos e taxas / importações	1748	1899	2027	2292	2399	2246
TOTAL	17102	18343	19467	20499	21456	24240
Percentagem (%) do PIB						
Sector Primário	9	9	9	8	8	14
Agricultura, pecuária, silvicultura	7	7,5	7,2	6,4	6,1	13
Pesca	0,8	0,9	0,7	0,6	0,6	0,6
Indústrias extractivas	0,8	0,7	0,8	0,8	1	0,7
Sector Secundário	18	16	16	16	15	15
Congelacão, conservas de peixe	0,1	0,1	0,07	0,1	0,01	0,09
Outras indústrias alimentares	0,7	0,6	0,6	0,6	0,6	0,5
Tabaco	0,1	0,09	0,1	0,1	0,08	0,05
Bebidas alcoólicas e refrigerantes	1,9	1,8	1,1	0,9	0,8	0,7
Mecânica e reparacão naval	0,2	0,07	0,1	0,06	0,05	0,06
Carpintaria	0,9	1	1	1	1	0,8
Outras indústrias transformadoras	1,6	1	1,1	1	1	0,8
Electricidade e água	1,1	2	2	2	2	3
Construcão	11	10	10	11	10	9
SECTOR TERCIÁRIO	73	75	75	76	77	71
Comércio	17	18	20	20	20	19
Hotéis e restaurantes	2	3	3	3	3	4
Transportes rodoviários	3	3	3	4	4	4
Transportes marítimos	4	3	2	2	0,8	0,8
Transportes aéreos	4	3	3	1	3	3
Serviços aos transportes	2	3	3	3	2	2
Comunicações	7	8	8	9	9	8

O Contributo das ACD's para o Desenvolvimento Local

Bancos e seguros	3	3	3	3	3	2
Habitacões e locais	6	6	6	6	6	6
Serviços governamentais	13	12	11	11	12	11
Outros serviços	1	1	1	1	1	1
Serviços bancários não imputados	-1	-2	-2	-2	-2	-2
Direitos e taxas / importações	10	10	10	11	11	9
TOTAL	100	100	100	100	100	100

Fonte: INE Cabo Verde – Contas Nacionais

Da análise do quadro, constata-se que o sector com mais peso no produto interno bruto foi o sector terciário, reforçando a ideia de que a economia cabo-verdiana é fortemente centrada nos serviços. Estes contribuíram com 71% para o PIB do país em 2004, destacando o peso do comércio (19%), serviços governamentais (11%) e os direitos e taxas sobre as importações (9%).

De modo geral essa é a leitura que se faz dos resultados, mas em termos comparativos, vemos que o sector terciário, teve um aumento de 1999 para 2003, de 73% a 77 % respectivamente, para em 2004, verificasse uma queda do peso desse sector na formação do PIB, para um total de 71%. E nota-se que tomos as áreas de grande importância nesse sector, também acompanhou essa queda.

O sector secundário corresponde a 15% da formação do PIB, onde só as construções representam mais de metade desse valor (9%). É um sector que tem permanecido estável ao longo desses anos em análise.

Apesar de Cabo Verde ser considerado um país de agricultores e pescadores, a agricultura e a pesca contribuíram apenas com 13% e 0,6%, respectivamente, para o PIB. Apesar de ser um país arquipelágico, ao contrário do que se pensa, a pesca tem um peso insignificante na economia das ilhas, e nota-se uma pequena quebras dos valores ao longo desses anos. Já a agricultura, tem-se mantido quase que constante, com tendência para uma ligeira queda nos anos de 2002, 2003, para em 2004 dar um grande salto, passando de 6,1% (2003) para 13% em 2004, duplicando assim os valores.

Uma economia fortemente dependente da ajuda externa, os governos de Cabo Verde, depois de 1990, tem adoptado estratégias de desenvolvimento orientada para o exterior, permitindo

uma articulação da economia cabo-verdiana com a economia global. Essa articulação é feita sobretudo da cooperação internacional e da emigração. Esse é um outro aspecto que caracteriza a vulnerabilidade do país, a completa dependência de Cabo Verde das remessas e da ajuda pública ao desenvolvimento. Cabo Verde tem uma das ajudas externas mais elevadas *per capita* no mundo, de US\$317 em 2005, o que representa cerca de 16% do seu PIB³⁰.

Não obstante o crescimento económico de Cabo Verde, a economia é frágil, o país tem poucos recursos naturais e possibilidades agrícolas limitadas e a importação de alimentos é crítica. Tendo que importar cerca de 80% dos alimentos de que necessita. Os cabo-verdianos importam quase a totalidade dos produtos que consomem, desta forma as importações de bens e serviços, em 2005 era equivalentes a 66% do PIB.

Em termos de organização política, a descoberta das ilhas do arquipélago remonta, segundo a tese oficial, a 1460. Tudo indica que elas deveriam ser desabitadas. Decorridos cinco séculos de colonização portuguesa, Cabo Verde alcança a independência em Julho de 1975. Desde essa data, dois períodos políticos distintos se sucederam, passando de um regime monopartidário a um regime multipartidário, e importantes transformações económicas e sociais têm vindo a alterar as feições desse pequeno país.

O país goza de uma situação sócio-política estável caracterizada por um sistema legal baseado na lei civil europeia, com grande influência do sistema legal Português. A democracia é o regime político vigente em Cabo Verde, teve grande progresso com as primeiras eleições multipartidário e das primeiras eleições democráticas para os órgãos municipais em 1992, parlamentares e presidências em 1991. Esse período marca uma reforma política. As eleições são efectuadas por sufrágio universal e os mandatos são por um período de cinco anos.

³⁰ Relatório PNUD 2007/08

2. 2 - Caracterização socioeconómica de Santo Antão



Figura 2 – Mapa da ilha de Santo Antão (Fonte: Adaptado de www.caboverde.com)

a) - GEOGRAFIA³¹

Situado ao norte do arquipélago de Cabo Verde, a ilha de Santo Antão tem uma extensão de 779 Km², sendo a segunda em extensão, a mais setentrional e a mais montanhosa do país. Morfologicamente a ilha estrutura-se a partir de uma grande dorsal central que a percorre de este a oeste com altitudes superiores aos 1.000 m, situando-se a maior cota no Topo de Coroa com 1.979m. Desta cordilheira central partem, maioritariamente em sentido Norte-sul, as grandes ribeiras que vão até à costa. Estas ribeiras, impressionantes barrancos de bordos particularmente verticais, com paredes de várias centenas de metros de altura, são o resultado das escavações por uma intensa erosão hídrica ao longo das eras geológicas. Trata-se talvez do elemento mais singular da paisagem da ilha pela sua espectacularidade natural e pela adaptação que deste acidentado território fez do homem para a actividade agrícola e o assentamento de povoações. Aproximadamente 60% da área cultivável é feita pelo homem,

³¹ Caracterização feita com base em múltipla informação, recolhidos em documentos diversos, entre os quais, o Plano de Desenvolvimento de Santo Antão; documentos apresentados na Mesa Redonda de Desenvolvimento de Santo Antão-2008, Revista Iniciativa, n°13.

construindo terraços com paredes de pedras nas encostas inclinadas. A costa é abrupta predominando os alcantilados. As praias são praticamente inexistentes, localizando-se essencialmente na desembocadura das principais ribeiras.

O clima é resultante de uma conjugação de factores que sujeita a ilha à influência saheliana e a um regime de ventos cujo impacto produzido nas altas vertente das montanhas proporciona espaços de microclima que vão desde a aridez até à acentuada amenidade. Devido às condições climáticas existentes, as potencialidades hídricas são naturalmente escassas, embora com relativa abundância nos vales mais importantes do norte e do nordeste. No resto da ilha, mais extensa e mais seco, só muito raramente são notórias algumas ressurgências de fraco caudal, sendo de assinalar, hipóteses de existência de reservas subterrâneas.

De acordo com a pluviometria e a vegetação dominante a Ilha apresenta os seguintes substratos climáticos:

- Sub-húmido/ Húmido

Neste estrato climático encontram-se as zonas de altitude do Nordeste da Ilha acima dos 600 metros de altitude bem assim as partes superiores das bacias que beneficiam de uma certa nebulosidade e precipitações pela influencia dos alísios do nordeste proporcionando uma certa amenidade e consequentemente uma vegetação natural.

- Semi-Árido

A zona semi-árida da Ilha constitui o substrato climático com maior representatividade e inclui as áreas da parte inferior das bacias vertentes do Nordeste, o litoral Norte (150-300 m de altitude), o litoral Nordeste entre 100-800 metros, a parte central da Ilha entre 600-1200 metros e a zona Sudeste com mais de 1500 metros.

- Árido/desértico

Nos anos de seca a diferenciação entre as zonas árida e desértica é praticamente inexistente que ocupam toda a zona Sul e Sudoeste da Ilha. As árvores e arbustos que caracterizam a zona semi-árida desaparecem na zona árida e dão origem à formações herbáceas.

b) - DEMOGRAFIA

Quadro 3 - Estrutura populacional

Indicadores	Cabo Verde	Santo Antão
População Total	434625	47170
População residente nas famílias	431989	47042
População feminina	223995	22683
População masculina	207994	24359
População 0 a 14 anos	181993	19203
População 65 anos e mais	27122	4007
Idade mediana da população (anos)	17	18
População urbana	232147	14222
População rural	199842	32820
Densidade Populacional	107	60
Número de agregados familiares	93975	10193
Número médio de pessoas por agregado familiar	5	5

Fonte: Censo 2000 -INE

Em termos demográficos, Santo Antão é a terceira ilha mais populosa do arquipélago. Segundo o último Censo de 2000³², a população da ilha era de 47170 cerca de 11% da população total de Cabo Verde. Trata-se de uma população extremamente jovem, onde 40,7% tem idade compreendida entre 0-14 anos. Com uma percentagem pequena de população com mais de 65 anos (8,5%). A idade mediana da população é de 18 anos.

Ao contrário da tendência nacional, nessa ilha, a população masculina é superior à feminina. Santo Antão conta com uma população feminina de 48% contra os 52% masculina, enquanto que a nível nacional, a população masculina (48%) é inferior a feminina (52%).

Com uma densidade populacional de aproximadamente 60 habitantes por Km². A população encontra-se desigualmente repartida pelos três concelhos, com percentagem mais alta na Ribeira Grande (46% do total da ilha) onde o tamanho médio dos agregados familiares é de 4,4 pessoas, seguida de Porto Novo e Paul correspondendo respectivamente a 37% e 17% da

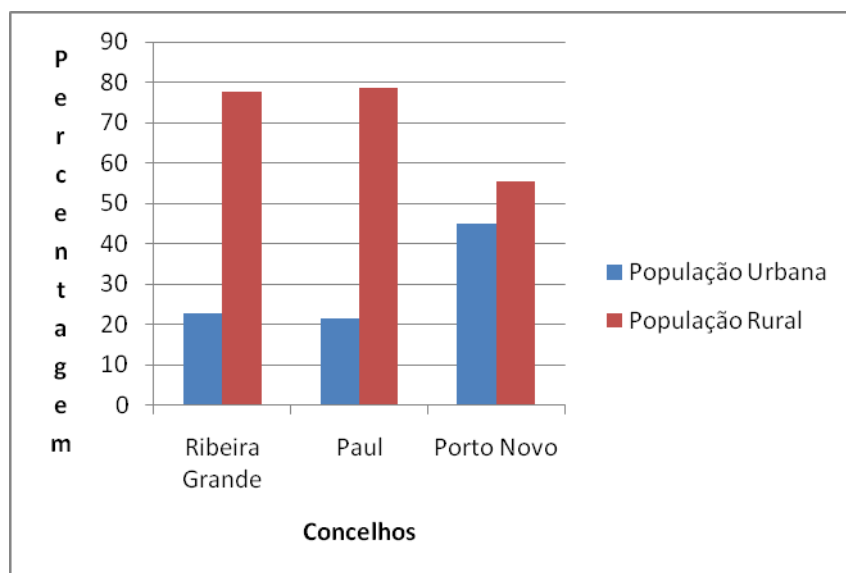
³² Dados publicados pela INE em Junho de 2001

população total da ilha. Nestes concelhos o tamanho médio dos agregados familiares é de 4,6 e 5,1 pessoas respectivamente.

A maior parte da população da ilha está concentrada no norte da ilha, nos concelhos de Ribeira Grande e do Paul, onde existem maiores potencialidades agrícolas, advenientes do clima favorável e maior quantidade de água. Embora o Concelho do Porto Novo representar 2/3 da superfície da ilha tem uma menor densidade populacional.

A proporção da população que vive no meio urbano (30%) é inferior à percentagem nacional (54%). Como se pode constatar, a partir do quadro seguinte, a população de Santo Antão é essencialmente rural (cerca de 70%) o que demonstra a pressão sobre os recursos naturais nomeadamente solo e água para a sobrevivência de uma parte significativa dos residentes. Verifica-se ainda que nos concelhos do Paul e Ribeira Grande a taxa de urbanização é menor do que no concelho do Porto Novo, em virtude de se tratar de concelhos agrícolas, onde as possibilidades no meio rural são maiores. O gráfico 1³³ mostra-nos que esses dois concelhos apresentam taxas de população rural de 79% e 78% respectivamente, enquanto que Porto Novo apresenta uma taxa de 55%.

Gráfico 1 - População rural e urbana de Santo Antão



Fonte: Censo de 2000 – INE

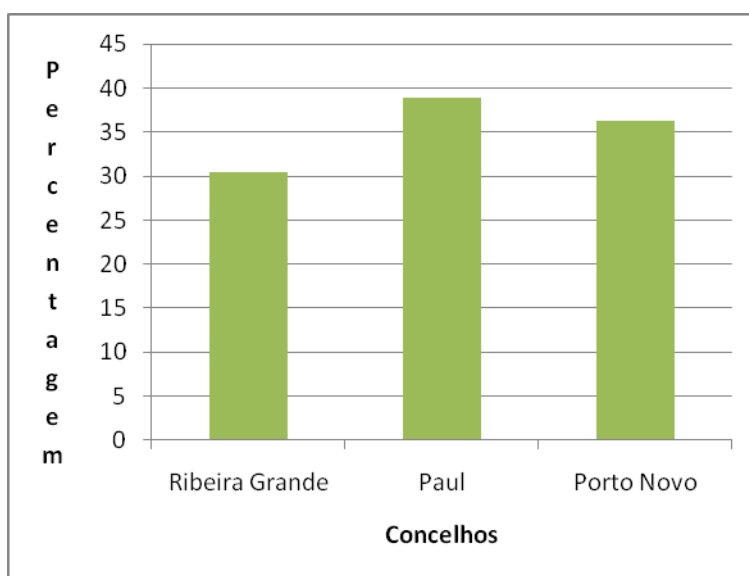
³³ Correspondente ao quadro 1 dos anexos

A alta taxa de urbanização do Porto Novo é uma consequência do grande êxodo rural e da migração, devido as secas permanentes que assolam a ilha e com maiores repercussões neste concelho.

c) – EDUCAÇÃO

O mesmo Censo de 2000, danos conta que, dentre a população com idade igual ou superior a 15 anos, cerca de 34% não sabe ler nem escrever, valor esse, superior á média nacional que ronda os 25%. O analfabetismo é mais elevado no concelho do Paul (38,9%), seguido do concelho do Porto Novo (36,3%) e do de Ribeira Grande (30,4%). Paul é aliás o concelho de Cabo Verde com mais elevada taxa de analfabetismo.

Gráfico 2 – Taxa de analfabetismo da população da ilha por concelho



Fonte: Censo de 2000 – INE

Nesta ilha, as mulheres possuem nível de instrução mais baixo do que os homens. Entre a população que sabe ler e escrever, 52% corresponde ao sexo masculino contra 48% do sexo feminino. Esta tendência mantém-se de forma quase uniforme nos três concelhos, com exceção do Paul onde a proporção dos homens que sabem ler e escrever é de 54%.

Em Santo Antão o nível pré-escolar é de uma cobertura de quase 95%. Nessa ilha a educação pré-escolar é também um fenómeno recente. Dentre a população que sabe ler e escrever quase

dois terços (60%) possui nível de Alfabetização ou Ensino Básico Integrado, dos quais, 56% são homens. Apenas 15% da população de idade igual ou superior a 4 anos possui nível secundário, dos quais 51% são homens.

Em todos os concelhos de Santo Antão, a proporção da população que possui nível de instrução equivalente a Alfabetização ou Ensino Básico Integrado é superior a 50%. Destes, cerca de 58 em cada 100 são homens no concelho de Paul, proporção essa que atinge 56% no concelho de Ribeira Grande e 45% no concelho de Porto Novo.

Em 2004³⁴ encontrava-se inscrito nesse sistema de educação de adultos, nas três fases, 591 pessoas, sendo 117 em Ribeira Grande, 227 no Paul e 173 no Porto Novo.

A proporção da população que possui nível secundário é mais elevada no concelho de Ribeira Grande (24%) do que nos restantes concelhos (cerca de 14%). Apenas 34% dos homens possuem nível secundário na Ribeira Grande. Nos outros concelhos, verifica-se uma repartição quase equitativa entre os dois sexos no que se refere a esse nível de instrução.

No que toca ao ensino pós-secundário, Santo Antão apresenta também níveis mais baixo que a média nacional, população com Curso Médio é de 0,2% sendo que a nacional é de 0,5. e com Curso Superior é de 0,4% e a nacional de 1,1%.

Em termos de infraestruturas, a Ilha neste momento esta dotada de estabelecimento de ensino básico em todas as comunidades e secundário em todos os concelhos, somando o total de cinco escolas secundarias e uma escola técnica. Uma das lacunas ainda no sistema de ensino é a falta de estabelecimento de ensino superior capaz de dar cobertura a grande franga de população jovem.

d) - SAÚDE

Dividido em três Delegacias de Saúde, uma para cada concelho, Santo Antão conta com um Hospital Regional localizado na Ribeira Grande para dar cobertura aos três concelhos.

³⁴ www.ine.cv

Existem dois Centros de Saúde nos concelhos do Paul e Porto Novo que garantem os serviços mínimos de saúde para a população da sua área de saúde.

Para complementar as actividades dos Centros de Saúde, existe na ilha 11³⁵ Postos Sanitários, assim distribuídos: 4 em Porto Novo, 5 em Ribeira Grande e 2 no Paul, em cada um existe um enfermeiro que é o agente de saúde responsável. Executam actividades curativas, preventivas, promocionais e administrativas.

Mais perto das populações, sobretudo das comunidades mais distantes, estão as Unidades Sanitárias de Base, 26 em toda a ilha que prestam cuidados primários de saúde.

Ligadas a estruturas de saúde dos concelhos encontramos as Unidades de Saúde Reprodutiva, que prestam os cuidados de saúde Materno-Infantil e Planeamento Familiar e em Ribeira Grande um Centro de Saúde Reprodutiva.

O nível baixo da educação geral da população condiciona a compreensão da relação saúde /doença e da mensagem da educação para a saúde, que possam contribuir para mudança de comportamento e promoção da saúde. Campanhas de sensibilização e esclarecimento de doenças e prevenção de epidemias são constantemente realizadas pelas estruturas de saúde.

É uma ilha onde prevalece ainda bom número de doenças respiratórias e nutricionais, resultante sobretudo da acentuada pobreza vivida em muitas comunidades. Também ainda é deficitário o saneamento básico em boa parte da ilha, sobretudo no meio rural, o que faz com que prevalece doenças diarreicas, doenças da pele e parasitoses intestinais, sobretudo nas crianças.

e) AGRICULTURA

A ilha com maior área agrícola cultivável, em Cabo Verde, é a de Santiago com 52,7% do total, seguida de Santo Antão com 20,8% e da do Fogo que tem 15,8% do total. As restantes ilhas detêm apenas 10,7% do total de área agrícola cultivável.³⁶

³⁵ GEPC - Ministério de Saúde, 2007, *Relatório estatístico do ano de 2006*, Praia.

³⁶ Os dados utilizados nesse ponto são do *Recenseamento Geral da Agricultura (RGA)* - 2004

Apesar de ser a segunda a nível nacional, de uma superfície total da Ilha estimada em cerca de 77.900 ha, somente 10% é cultivada: no regime de regadio (1%), sequeiro (5%), e floresta (4%). A restante área, pelas suas características edafo-climáticas vem sendo usado no regime de pastoreio extensivo (cerca de 40%) ou constituídas por escarpas/formações rochosas e áreas de características áridas ou desérticas e portanto inadequadas a qualquer uso (50%).

Na ilha de Santo Antão encontra-se um pouco mais de metade da área irrigável do país, 51,3%. Mais de metade das parcelas de sequeiro e regadio encontra-se na ilha de Santo Antão (57,3%), mais precisamente no concelho de Ribeira Grande, com 80% do total da área de sequeiro e regadio desta ilha.

Como mostra o quadro seguinte, na ilha da Santo Antão 38,6% das explorações agrícolas são de agricultura de regadio, atingindo os 45% no concelho de Ribeira Grande e 42% no concelho do Paul, números significativos comparado com a média nacional.

Quadro 4 - Exploração agrícola segundo as actividades agrícolas (só explorações familiares)

Ilha/ Concelho	Total	Actividades Agrícolas							
		Sequeiro		Regadio		Pecuária		Agro-florestal	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Cabo Verde	44.450	33895	76,3	7593	17,1	40887	92	1112	2,5
Santo Antão	6.789	4563	67,2	2622	38,6	6044	89	5	01
Ribeira Grande	3.237	2370	73,2	1457	45	2847	88	3	0,1
Paul	1.129	675	59,8	471	41,7	951	84,2	1	0,1
Porto Novo	2.423	1518	62,6	694	28,6	2246	92,7	1	0

Fonte: Recenseamento Geral da Agricultura, RGA - 2004

A agricultura de regadio é geralmente praticada no leito dos vales embora nas zonas de sequeiro se encontrem, por vezes, manchas de cultura em regime de regadio tradicional nas encostas alimentadas por pequenas nascentes captadas por meio de diques. As áreas actuais potencialmente irrigáveis dependem dos recursos hídricos disponíveis, das necessidades das culturas e da eficiência de rega.

Contudo nas áreas vocacionadas para as culturas de sequeiro, o milho, o feijão, a batata-doce, a mandioca são as culturas dominantes. Muitas vezes a agricultura é consociada com fruteiras, em particular nas zonas de altitude, destacando-se mangueiras, papaieiras, coqueiros, marmeleiro, nespereiras, abacateiro, macieira, citrinos, etc. Santo Antão é também uma ilha vocacionada para produção de frutas. Na ilha encontra-se 38% das plantas fruteiras do país e 59% das que são cultivadas em pomar. Nesta ilha, 83% das árvores de fruta são cultivadas em pomares, esse número é essencialmente bananeira.

Nos perímetros de regados praticam-se as culturas de mandioca, banana, cana sacarina, batata-doce, batata comum, hortaliças e fruteiras. Por vezes a quantidade de água disponível para rega é tão irrisória que mal chega para a sobrevivência das plantas resultando por esta razão as quebras de produção devido aos rendimentos muito baixos.

A água destinada as explorações agrícolas de regadio faz-se a partir de captações, em diques de captação e galerias, poços e furos.

O sistema de rega em Santo Antão é ainda hoje um dos constrangimentos ao desenvolvimento da agricultura. Ela baseia-se sobretudo em métodos tradicionais com fraca eficiência. A rega por alagamento é ainda utilizada em 95%, das explorações agrícolas em Santo Antão, sendo a média nacional de 82%. A rega gota a gota, que é um método mais moderno, e mais eficaz, só é utilizada em 2% sendo a media nacional 10% (Fogo 64%). Rega por alagamento e gota a gota 3%, sendo nacional 6%.

A agricultura em Cabo Verde, e especificamente em Santo Antão tem carácter de subsistência, isso vê pela proporção das explorações do tipo familiar, a quase inexistência de empresa nessa área, bem como do espírito associativo e cooperativo. O quadro a seguir mostra que a exploração do tipo não familiar é uma pequena percentagem.

Quadro 5 – Tipo de exploração agrícola

Ilha/ Concelho	Total	Tipo de exploração agrícola						
		Familiar	Não Familiar					
			Total	Cooperativa	Associações	Entidade Publica	Empresa	Outros
CV	44.506	44.450	56	1	6	23	8	18
SA	6.795	6.789	6	0	1	5	0	0

Fonte: Recenseamento Geral da Agricultura - 2004

A estrutura agrária continua a ser caracterizada pelo minifúndio. Considerando a forma de exploração directa como sendo por conta própria e a forma indirecta a parceria, o arrendamento, o comodato, o usufruto e o aforamento, pode-se concluir que estão exploradas de forma indirecta 37 e 38% das áreas respectivamente no sequeiro e regadio, (ver quadros a seguir).

Quadro 6 - Área cultivável de sequeiro segundo as formas de exploração da terra.

Ilha/ Conce- lho	Total	Conta Própria		Parceria		Renda		Usufruto		Comodato		Aforamento	
	Litros	Litros	%	Litros	%	Litros	%	Litros	%	Litros	%	Litros	%
CV	402948	216652	53,8	93458	23,2	59013	14,6	21405	5,3	10331	2,6	2090	0,5
SA	71027	44821	63,1	20910	29,4	1504	2,1	2444	3,4	125	0,2	1224	1,7
RG	28951	19873	68,6	8029	27,7	334	1,2	658	2,3	53	0,2	5	0
Paul	11242	5959	5,3	5085	45,2	132	1,2	58	0,5	8	0,1	0	0
PN	30834	18989	61,6	7797	25,3	1038	3,4	1728	5,6	64	0,2	1219	4

Fonte: Recenseamento Geral da Agricultura - 2004

Quadro 7 - Área cultivável de regadio segundo as formas de exploração da terra.

Ilha/ Conce- lho	Total	Conta Própria		Parceria		Renda		Usufruto		Comodato		Aforamento	
	Litros	Litros	%	Litros	%	Litros	%	Litros	%	Litros	%	Litros	%
CV	34755	21441	61,7	7388	21,3	3447	9,9	2132	6,1	305	0,9	41	0,1
SA	17829	11010	61,8	5406	30,3	1027	5,8	331	1,9	45	0,3	11	0,1
RG	8592	5515	64,2	2610	30,4	342	4	89	1	30	0,3	6	0,1
Paul	4337	2534	57,9	1475	33,7	291	6,6	63	1,4	15	0,3	0	0
PN	4861	2961	60,9	1322	27,2	394	8,1	179	3,7	0	0	5	0,1

Fonte: Recenseamento Geral da Agricultura – 2004

A parceria, de entre as formas indirectas, é a mais utilizada em Santo Antão com 30,3% das áreas totais de regadio e de 29,4% das de sequeiro. O peso das relações de parceria é mais elevado no concelho do Paul tanto no sequeiro como no regadio. Cerca de 45,2% e 33,7% das áreas totais estão exploradas em parceria no sequeiro e no regadio respectivamente.

Um dos principais constrangimentos à prática da agricultura na Ilha é a grande incidência de pragas e doenças nas culturas, como é o caso dos mil pés³⁷, causa do embargo impostos aos

³⁷ Os mil-pés, de nome científico *Spinotarsus caboverdus*, uma praga que alimenta de plantas, principalmente tubérculos e raízes, e frutas. Estão presentes na ilha de Santo Antão desde 1969. Em 1975 começaram a dar nas

produtos de Santo Antão. Mesmo com essa situação, verifica-se pouca aplicação de pesticidas e adubos orgânicos e químicos. Associados também com dificuldades técnicas e meios para o combate a determinadas pragas.

Os dados mostram que Santo Antão tem níveis baixo em relação a média nacional no que toca ao uso de sementes melhoradas 38%, sendo percentagem nacional de 44; Adubos 31% sendo a nacional 38%; Pesticidas 28% sendo nacional 38%, a situação se inverte no que toca ao uso de adubos de origem animal, na Ilha, 80% dos agricultores utilizam Estrumes sendo a nível nacional de 66%, isso no que toca a agricultura de regadio.

Sendo a agricultura uma actividade essencialmente de subsistema e prática de forma tradicional, a produção é em número reduzida logo, a comercialização é muito baixa. Pode-se dizer que o mercado da ilha não se encontra devidamente desenvolvido e estruturado, pelo que o excedente produzido é canalizado para a ilha de São Vicente.

A comercialização para outras ilhas enfrenta dificuldades no que toca a conservação e transporte dos produtos, uma vez que não existe nenhuma forma de conservação estabelecida, cada produtor ou comerciante transporta-os de forma aleatória, o que faz com que muitas vezes chegam em São Vicente em péssimas condições.

Os dados aqui apresentados mostra que Santo Antão é, sem dúvida, uma ilha com vocação agrícola, porem ainda enfrenta graves problemas: o agravamento da situação do meio ambiente, causada pela persistência da seca e com isso a diminuição potencial de recursos hídricos de caudal médio explorável; falta de inovação e investimento no sector, pelo facto de serem familiares não existe, nessa área o espírito empreendedor, logo verifica-se uma perda de mercado por falta de competitividade; o carácter de subsistência impede o investimento.

Um outro obstáculo é o facto de Santo Antão ser uma ilha onde a geomorfologia menos favorece a mobilidade de pessoas e bens, impõe uma grande dificuldade à implementação de

vistas no vale da Ribeira Grande, zona de agricultura de irrigação. Há mais de 20 anos, tomaram a proporção de uma praga de tal ordem que as autoridades não tiveram outro remédio senão proibir a exportação de produtos agrícolas de Santo Antão, deixando apenas que os mesmos chegassem à vizinha ilha de São Vicente, que, por isso, entrou, também, no regime de quarentena. (Nascimento:2004)

vias de acesso terrestre, o que influencia no escoamento dos produtos das localidades mais distantes e conseqüentemente o preço final do mesmo.

f) PECUÁRIA

A pecuária em Santo Antão é do tipo familiar ligado às explorações agrícolas servindo de apoio à actividade agrícola no tocante ao fornecimento de adubo orgânico, complemento orçamental para as famílias mais carenciadas.

O quadro que a seguir se apresenta, quantifica por espécie o efectivo pecuário da Ilha bem assim a sua posição em relação ao efectivo nacional.

Quadro 8 - Efectivo pecuário por espécie

Ilha/ Concelho	Efectivo pecuário							
	Bovinos	Ovinos	Caprinos	Suínos	Aves	Patos e Perus	Equídeos	Coelhos
	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº
CV	22306	10400	148094	77316	327562	15558	11302	4458
SA	832	165	23791	7786	38721	629	1997	1288
RG	365	60	8246	3292	19328	331	613	595
Paul	206	32	2131	1561	6910	81	177	26
PN	261	73	13414	2933	12483	217	1207	667

Fonte: Recenseamento Geral da Agricultura – 2004

A produção de Santo Antão centra-se sobretudo nas espécies caprinos (23791), aves (38721) e suínos (7786), reflectindo a tendência nacional.

No concelho do Porto Novo, dadas as características da região, as explorações já se aproximam do tipo extensivo em que muitas famílias se dedicam ao pastoreio. Nota-se que é o concelho que mais produz caprinos na ilha, com 13414 efectivos, sendo essa a espécie mais praticada no concelho e que adapta a esse tipo de exploração.

Nas zonas do regadio e em grande parte das áreas onde se pratica a agricultura de sequeiro, a pecuária é essencialmente estabulada, constituindo os subprodutos agrícolas a base principal da nutrição silvopastoril. Os dados do RGA de 2004 mostra que a associação da agricultura e

pecuária é significativa na ilha. Associações das actividades de sequeiro, regadio e pecuária é mais elevada em SA, de 26,2% chegando a atingir em Ribeira Grande 32%, sendo que a percentagem nacional é de 13,2%. O regadio e a pecuária associados são também importantes na ilha de Santo Antão, relativamente ao valor global (2,1%), com valores de 5,8% no concelho da Ribeira Grande, 11,2% no Paul e 5,3% no Porto Novo.

A nível da comercialização de produtos pecuários é de mencionar as condições deficientes existentes, resultantes da falta ou mau funcionamento de matadouro e talhos, prevalecendo abates e vendas ao nível caseiro de animais sem, portanto, as mínimas condições de higiene e sanidade.

Tal como na agricultura, existe um fraco investimento no sector da pecuária no que toca a factores de produção, introdução de raças melhoradas, tratamento e conservação dos produtos, o que faz com que a produção se faça sem grandes cuidados em termos de maneio e nutrição animal, sanidade ou qualquer outro tipo de assistência técnica.

Transformação de produtos agro-pecuários é uma área ainda pouco explorada em Santo Antão, pese embora, apresentar uma das maiores taxas de actividades desse género a nível nacional. A ilha apresenta um dos valores mais elevados 24%, nos concelhos do Paul (34%) e da Ribeira Grande (30%)³⁸.

g) PESCA

O sector das pescas ocupa um lugar preponderante na economia de Santo Antão, não só por constituir uma fonte importante de emprego e de receitas para muitas famílias, como também por contribuir significativamente com proteínas de origem animal para a população da ilha.

A faina é praticada com botes de boca aberta de madeira com dimensões compreendidas entre os 4,5 metros e 6,0 de comprimento, e 1,8 metros de largura, de fabrico local, tripulada normalmente por 4 pescadores. Para a pesca de pequenos pelágicos, utilizam pequenas embarcações de 6 à 8 m com convés fechado, uma rede de cerco de 100 à 180 braços de comprimento e 10 à 18 braços de altura, normalmente tripulados por 10 à 14 pescadores.

³⁸Recenseamento Geral da Agricultura – 2004

Utilizam motores fora de borda de 8 a 15 cavalos para botes de pesca à linha, e 25 a 40 HP para botes de rede de cerco numa taxa de motorização de 85%.³⁹

Predomina a pesca artesanal dirigida a uma variedade muito significativa de espécies junto à costa. Contando um total de 12 desembarcadores e ou arrastadores de pouca expressão pelas condições de desembarque.

Quadro 9 – Dados de pesca artesanal 1999

	Nº de botes com motor	Nº de botes sem motor	Nº de pescadores	Rede de cerco	Rede de praia	Rede de emalhar
Santo Antão	105	27	534	8	11	6
Cabo Verde	929	335	4283	25	53	69

Fonte: Boletim estatístico da INDP, ano 2003

A ilha de Santo Antão possuiu, de acordo dos dados estatísticos de 2003, 534 pescadores, equivalente a 12% do nacional, 132 botes, que equivale a 11% do nacional.

Quadro 10 - Evolução comparativa dos desembarques (em toneladas) da pesca artesanal (1997-2003)

Anos	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Santo Antão	715	747	588	568	776	738	779
Cabo Verde	4920	5241	5968	6977	5649	5383	5206

Fonte: Boletim estatístico da INDP, ano 2003

Comparando os dados de 1997 com os de 2003 verifica-se que houve uma evolução positiva, porém seguido de um grande decréscimo nos anos de 1999 e 2000, para depois começar a crescer de novo, atingindo um máximo em 2003, mas com um ligeiro decréscimo em 2002, em relação a 2001.

Em termos de toneladas desembarcadas Santo Antão é ultrapassada por Santiago e São Vicente, ocupando o 3º lugar a nível nacional, representando um total de 15%.

³⁹ Dados do Plano de Desenvolvimento de Santo Antão 1998-2001

Santo Antão enfrenta grandes dificuldades no que toca a conserva e comercialização do pescado. A ilha carece de instalações com câmaras de frio, máquinas de produção de gelo. Nas comunidades onde existem essas condições, ainda existe uma certa resistência dos pescadores em utilizar o gelo. Muitas vezes recorrem a métodos de secagem e salga ainda muito tradicional.

A comercialização é muito irregular. Ela é feita essencialmente por peixeiras e *rabidantes*⁴⁰ de compram em maior quantidade e em veículos fazem a distribuição por diferentes comunidades, porem muitas zonas no interior não tem acesso a esse bem, devido ao isolamento.

Segundo os dados disponíveis⁴¹, os recursos pesqueiros da Ilha estão ainda longe de serem considerados sobre-explorados, isso devido a diversos factores como:

- Condições naturais adversas que imprimem o sector um carácter vincadamente sazonal;
- Falta de infra-estruturas portuárias que impossibilitam o aproveitamento por parte dos operadores dos incentivos governamentais para a introdução de embarcações melhoradas;
- Escassez de serviços complementares em muitas comunidades;
- Fraca capacidade de investimentos dos operadores;
- Problemas ligados a educação/formação básica (como por exemplo a utilização de dinamite por parte de pequenos operadores de pesca artesanal, que é uma grande ameaça ao ambiente marinho).

h) TRANSPORTE

As características da ilha, isto é, o seu carácter montanhoso, condiciona e muito o processo de infra-estruturação da mesma. O que faz com que a construção civil seja, um sector ainda com grandes problemas.

⁴⁰ Vendedeiras ambulantes, principalmente do comercio informal.

⁴¹ Boletim estatístico da INDP, ano 2002

As características geomorfológicas atrás descritas, pouco favorece a mobilidade de pessoas e bens, tanto no interior como no intercâmbio com o exterior. Têm sido um grande obstáculo a implementação de vias de acesso terrestre. Pelo que, a ilha ainda possuía muitas zonas encravadas, de difíceis acessos. Caracterizada ainda pelo forte predomínio de caminhos carroçáveis, que na sua maioria fica bloqueada ao tráfego por ocasião das cheias, a ilha possui ainda uma rede de estradas pavimentadas. As estradas de penetração em todos os pontos da ilha, são normalmente investimentos de grande capital. E os que já existem enfrentam ainda o problema de manutenção e conservação da rede, uma vez que são na maioria estradas de montanhas sujeitas a intensa acção erosiva.

No que toca aos transportes marítimos, é de referir o Cais acostável de Porto Novo, que actualmente, é a porta de entrada e saída da ilha, quer de passageiros, quer de cargas. O Cais pode receber navegação de longo curso até 5000 tdw.⁴² É uma infra-estrutura que ainda não dispõe de um terminal de passageiro, nem de um parque para contentores. Dada a grande importância na vida da ilha, esse cais já é insuficiente pelo movimento diário. A par disso, encontramos ao longo da costa da ilha, pequenos desembarcadouros, que só dão acesso a lanchas ou botes com dimensões não superior a 10 metros⁴³, ocupados na faina da pesca.

Relativamente a via aérea, actualmente a ilha não tem cobertura de transporte aéreo. Possuía unicamente um aeródromo com uma pista de 650 m de comprimento, onde só podia aterrar aviões de pequeno porte (20 passageiros).⁴⁴ As ligações aéreas iniciaram em 1982 e desde o ano 2000, esse aeródromo não recebe aviões.

i) INDÚSTRIA

No sector da indústria enquadra na maioria micro-empresas. Concentram-se essencialmente na produção de pozolana, rações para animais, transformação agro-alimentar (queijo, doçaria) e alguns produtores de aguardente e licores.

⁴² Plano de Desenvolvimento de Santo Antão 1998/2000 Tomo I, pg. 178

⁴³ Idem, pg. 182

⁴⁴ Idem, pg. 185

Estudos feitos⁴⁵ mostraram que as reservas de pozolana eram estimadas em 10 milhões de toneladas, isso no concelho do Porto Novo. A ilha já possui uma fábrica de cimento que aproveita a pozolana.

Aguardente e derivados, embora em alguns casos já é produzido de modo industrial, muitos produtores recorrem a processos empíricos. Isso faz com que a qualidade seja variada e os preços diferentes de produtor para produtor, agravado pelo concorrente aguardente de açúcar.

Uma das grandes dificuldades na comercialização é a questão de embalagem. O melhor mercado de escoamento do produto é São Vicente, mas não se sabe, ao certo, qual é o destino a partir dessa ilha. Sabe-se que a exportação para o exterior pode ser um mercado de forte potencial mas, para isso, é preciso cumprir requisitos na qualidade da aguardente, sendo essa uma grande lacuna na produção da mesma.

O artesanato é um sector de potencial desenvolvimento. As principais matérias-primas utilizadas são: o barro, madeira, caniço, linho, coco, entre outros. As actividades ligadas a carpintaria/marcenaria, à cestaria e corte e costura são as mais relevantes na ilha.

O ambiente reinante não é muito favorável ao desenvolvimento industrial, uma vez que a capacidade empresarial e o nível de qualificação são francamente diminutos. O extracto seguinte descreve o panorama empresarial da ilha:

“Em Santo Antão a actividade empresarial é ainda muito rudimentar e pouco diversificada como atesta o IIº recenseamento empresarial realizado pelo INE. Em 2002, o tecido empresarial de Santo Antão era construído por 484 empresas, que empregavam 835 pessoas, com a facturação anual de cerca de 1 milhão e setecentos mil contos, e tinha gastos anuais com o pessoal da ordem dos 72 mil contos. Dito de outro modo, Santo Antão detém cerca de 9 em cada 100 empresas nacionais, apenas 3% do pessoal empregado e apenas 2% do volume de negócios. Em Santo Antão, como aliás ocorre no resto de Cabo Verde, o comércio é o sector de concentração da actividade empresarial. Cerca de 71 de cada 100 unidades empresariais da ilha dedicam-se ao comércio, com 56% do emprego, e 60% das despesas com o pessoal e

⁴⁵ Plano de Desenvolvimento de Santo Antão 1998/2000 Tomo I, pg. 185

cerca de 83% do volume de negócios. Os restaurantes, estabelecimentos de bebidas e caninas constituem um outro ramo de actividade com certa visibilidade, pois nela laboram 71 empresas, com 119 empregados e uma facturação de cerca de 32 mil contos ano.”⁴⁶

A pequena industria, sobretudo a transformação agro-alimentar, é um sector que começa a dar os primeiros passos.

j) TURISMO

A beleza natural, a diversidade paisagística, as montanhas, gozo de uma natureza menos poluída a riqueza do património cultural, a genuinidade da gastronomia, da qualidade da sua aguardente, a disponibilidade de áreas com baixa densidade de população, são referenciadas com atractivo fundamental da ilha.⁴⁷

Ilha de Santo Antão apresenta uma identidade especial sobretudo pela sua ruralidade. É conhecida por ilha das montanhas, pois, morfologicamente a ilha estrutura-se a partir de uma grande dorsal central que a percorre de este a oeste com altitudes superiores aos 1.000 m, situando-se a maior cota no Topo de Coroa com 1.979m. o seu maior fascínio encontra-se na imponência das sua montanhas e das suas falésias, que caem sobre o mar. A paisagem íngreme, contrastando áreas verdes com regiões absolutamente secas, tem sido um forte atractivo para os visitantes.

“Na grandiosidade das montanhas, no serpentear das profundas ribeiras, no maravilhoso jogo de cores da própria terra, esteja ela seca e nua, ou coberta de vegetação no pós chuvas, nossos olhos descobrem sempre algo estonteante em cada curva das surpreendentes estradas, em cada miradouro natural, cada paragem para observar o que nos rodeia.”⁴⁸

⁴⁶ Tavares, Francisco, *Santo Antão, entre o presente e o futuro* in Revista Iniciativa nº13, 2006 p54. (Tavares era na altura presidente da INE)

⁴⁷ Plano de Desenvolvimento de Santo Antão – 1998-2001, pg.172.

⁴⁸ Oliveira, José, “ Uma visão sobre o turismo na Ribeira Grande”, Painel apresentado na Mesa Redonda sobre o Desenvolvimento de Santo Antão, Janeiro de 2008, Ribeira Grande (policopiado.)

Junto com essa característica rural, a ilha apresenta uma riqueza enorme em lendas e estórias que marcam profundamente o imaginário do santantonense, que veio passando de geração após geração, nas longas conversas de boca de alambique, nas suadas jornadas de enxada ou nas intermináveis travessias nocturnas a caminho do campo de cultivo no sequeiro. Essa riqueza em conhecimentos orais constitui um património verdadeiramente atractivo.

Oliveira⁴⁹, José defende que a vertente rural é a maior oferta da ilha, mas acrescenta que pode ser acrescentado a vertente sol e mar, isto é complementar com o turismo náutico.

O mesmo acrescenta que a ilha possui capacidade para desenvolver a pesca desportiva e uma prática piscatória que tem por finalidade apenas o desporto e/ou lazer. As excursões náuticas são uma das principais e melhores formas para descobrir a beleza das costas marítimas, para se deleitar com festas a bordo de embarcações, para apreciar tranquilamente a natureza a bordo de um navio a vela ou ainda um sem número de modalidades de passeio turístico concebido para o lazer no alto mar.

O desencravamento de algumas localidades, através de construção de vias de penetração e da melhoria dos caminhos vicinais, tem sido factores importantes no desenvolvimento do turismo. Todavia a dinâmica deste sector esta dependente do desenvolvimento do sector dos transportes, em que a construção do aeroporto é fundamental para a diversificação da actividade económica ao permitir a ligação aérea directa com as outras ilhas.

Em termos de oferta de alojamento turístico e 2004 Santo Antão contava com 310 camas, distribuídas por 215 quartos em 17 estabelecimentos de alojamento turísticos.

Quadro 11 – Disponibilidade de camas por estabelecimento

Camas disponíveis segundo o tipo de estabelecimento por Ilha														
Ilha	Hotéis		Pensões		Pousadas		Hotéis Apartamentos		Aldeamentos Turísticos		Residenciais		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
CV	5.953	100	712	100	153	100	363	100	1.009	100	638	100	8.828	100
SA	78	1	145	20		0		0		0	87	14	310	4

Fonte: INE – 2005

⁴⁹ Empresário da área de Turismo.

Quadro 12 – Disponibilidade de Quartos por estabelecimento

Quartos disponíveis segundo o tipo de estabelecimento por Ilha														
Ilha	Hotéis		Pensões		Pousadas		Hotéis Apartamentos		Aldeamentos Turísticos		Residenciais		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
CV	3.049	100	500	100	89	100	222	100	561	100	415	100	4.836	100
SA	46	2	105	21		0		0		0	64	15	215	4

Fonte: INE - 2005

k) BANCA E SEGUROS

No que toca ao, o sector da **banca e dos seguros**, Santo Antão, tal como todo o Cabo Verde, até 1991⁵⁰ contava apenas com três instituições, o Banco de Cabo Verde, a Caixa Económica de Cabo Verde (CECV) e o Instituto de Seguros e Previdência Social, a partir desta data, a diversificação, especialização e privatização de algumas instituições financeiras foi outro dos passos para a criação de um sistema financeiro regulado pelo banco central – Banco de Cabo Verde (BCV), mas também pelo mercado.

O sistema financeiro cabo-verdiano comporta actualmente as seguintes entidades bancárias: um banco central, o Banco de Cabo Verde, o Banco Comercial do Atlântico (BCA) o Banco Interatlântico, a Caixa Económica de Cabo Verde, o Banco Cabo-verdiano de Negocios e o Banco Africano de Investimentos Cabo Verde. Em 1997, foi criado um banco “off-shore”, com a designação de Banco Insular (IFI), Sarl. Presentes na ilha só o Banco Comercial do Atlântico, com duas agências, uma em Ribeira Grande e outra no Porto Novo; a Caixa Económica de Cabo Verde, com duas agencias em Ribeira Grande e Porto Novo e dois balcões em Coculi e Paul e o Banco Cabo-verdiano de Negócios também com duas agencias, tal como os outros bancos nos dois concelhos e um balcão em Ponta do Sol.

No que toca aos seguros, até 1978⁵¹ actuavam no País pequenas representações de companhias portuguesas. Após essa data, o exercício da actividade seguradora passou a constituir reserva exclusiva do Estado, tendo sido para o feito criado o Instituto de Seguros e Previdência Social. Em 1990, procedeu-se à reforma do quadro institucional da actividade

⁵⁰ Grassi, (2003:140)

⁵¹ Idem

seguradora, criando-se assim condições para a emergência de companhias de seguros privadas. Em Santo Antão as pessoas contam com os serviços do Instituto Nacional de Previdência Social, da seguradora Garantia e da seguradora Impar, que são os que existem no país e são supervisionadas pelo Instituto de Seguros de Cabo Verde.

1) ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E ADMINISTRATIVA DA ILHA

A Ilha, segundo reza a tradição oral – já que os arquivos são inexistentes e as poucas informações disponíveis são por vezes contraditórias – teria sido descoberta a 17 de Janeiro de 1462, por Diogo Afonso.

Os primeiros passos da organização administrativa e judicial da Ilha – confirmação de juízes, nomeação de ouvidores, designação de oficiais de Câmaras – poderão ter-se iniciados no ano de 1593 (17 de Outubro, pela doação da Ilha ao Conde da Orta, D. Francisco de Mascarenhas, com o título de Conde de Santa Cruz, que funda a povoação de Santa Cruz. Hoje denominada Vila da Ribeira Grande, foi a primeira sede do Concelho de Santo Antão e mais tarde do de Ribeira Grande⁵².

No entanto, só em 1731, por decreto de 30 de Agosto, foi criado pela primeira vez o Concelho de Santo Antão, com sede na “Povoação de Santa Cruz”.

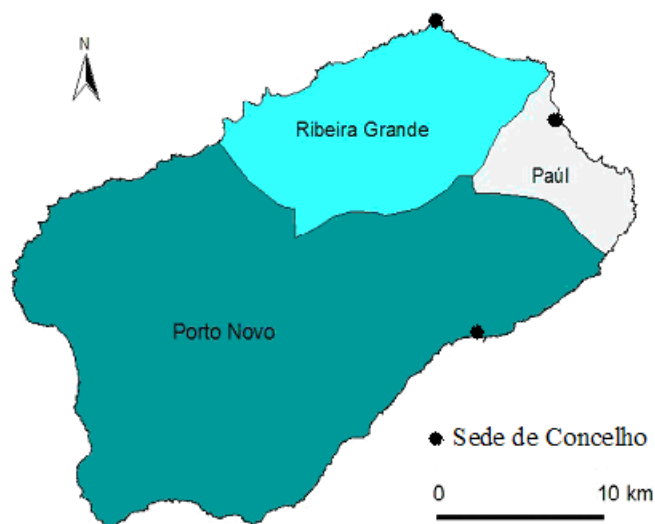
A primeira divisão concelhia da Ilha acontece com o decreto de 3 de Abril de 1867, com a criação de dois concelhos, com sede respectivamente na Vila da Ribeira Grande, que mais tarde foi transferida para Vila Dona Maria Pia, e na Povoação das Pombas do Paúl. A actual divisão da Ilha em três concelhos fica concluída a 2 de Setembro de 1962, com a criação do Concelho do Porto Novo nessa data.

Então Santo Antão passa a contar com três concelhos (figura 3) e sete freguesias, nomeadamente, Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora do Livramento, Santo Crucifixo e São Pedro Apostolo, no Concelho de Ribeira Grande, ocupando 166,7 km² em extensão, equivalente a 21% do território, Santo António das Pombas no Concelho do Paul, com 54,3 km² em extensão, igual a 7 % do território, e São João baptista e Santo André no Concelho do

⁵² Descrição retirada em www.gov.cv/cmrg.

Porto Novo, o maior em termos de extensão, com 558 km², ocupando 72% do território da ilha.

Figura 3 – Divisão da ilha de Santo Antão por concelhos



Hoje os três concelhos contam com Câmaras Municipais e Assembleias Municipais eleitas desde 1991, altura em que, foram realizadas as primeiras eleições autárquicas. A partir dessa data as autarquias passaram a ser instituições autónomas do poder central. E no sentido de maior descentralização das suas funções, as diferentes câmaras foram criando nas diversas localidades Delegações Municipais, onde os munícipes podem usufruir de serviços sem terem de deslocar a sede do concelho.

A ilha conta com as seguintes delegações municipais:

Ribeira Grande⁵³
Vila da Ribeira Grande
Ponta do Sol
Coculi
Chã d'Igreja

⁵³ As Delegações Municipais do Concelho de Ribeira Grande situam nas sedes das freguesias.

Paul
Pontinha de Janela
Janela
Cabo de Ribeira
Pico da Cruz
Porto Novo
Lombo de Figueira
Ribeira das Patas
Alto Mira
Tarrafal de Monte Trigo
Ribeira da Cruz
Chã de Morte

Com o objectivo geral de promoção, defesa, dignificação e representação do Poder Local, foi criada a Associação dos Municípios de Santo Antão (AMSA) em 1994. É composta pelos seguintes membros: Assembleia Intermunicipal, Concelho Directivos e o Presidente da Associação. A AMSA tem sobre a sua tutela o Gabinete Técnico Intermunicipal (GTI) que é uma estrutura técnica de planeamento e desenvolvimento regional onde o grande objectivo é realização de estudos e projectos de incidência económica e social bem como acompanhamento da sua execução.⁵⁴

O governo encontra-se representado na Ilha através dos Serviços Desconcentrados do Estado, constituídos por delegações e repartições nos concelhos que representam os diferentes ministérios e os institutos nacionais.

⁵⁴ II Plano de Desenvolvimento de Santo Antão 1998/2000 Tomo I pag. 193 e I Plano de Desenvolvimento de Santo Antão 1994/1997 Tomo I, pag. 151

m) POBREZA

A pobreza em Cabo Verde é de natureza fundamentalmente estrutural. As razões profundas da pobreza estão enraizadas nos desequilíbrios estruturais que encontram uma explicação primeira na fraqueza da base de recursos exploráveis e aos quais não se pôde dar resposta adequada ao longo da história.

Santo Antão é, até agora, considerada a ilha mais pobre do arquipélago. Sendo uma ilha essencialmente agrícola, a pobreza é também mais rural, onde a dependência da agricultura é maior.

Segundo o IDRF 2001/02⁵⁵, o rendimento das famílias de Santo Antão provém, sobretudo do trabalho (60%), sendo que as remessas dos emigrantes representam 6%, as pensões apenas 5% e as receitas de propriedades ou empresas apenas 4%. A origem dos rendimentos, aliado ao nível de desemprego, ao nível de qualificação e aos baixos níveis de salário, explicam, em boa parte, o nível de pobreza da ilha.

Quadro 13 – Indicadores de pobreza

Ilha/ Concelho	Indicadores da pobreza		
	Pobres	Incidência	Peso %
Cabo Verde	172.727	36,7%	100
Santo Antão	27.414	54,2%	15,9

Fonte: Perfil da Pobreza IDRF 2001/02 – INE

Segundo a cartografia da pobreza, em 2001/02, cerca de 54% da população de Santo Antão era pobre, ou seja vivia com menos de 43.250 escudos por ano. A incidência da pobreza em Santo Antão está cerca de 17 pontos percentuais acima da média nacional que é de 37%.

Santo Antão é a ilha com maior incidência, mas também com maior profundidade, da pobreza de Cabo Verde. Nessa ilha, os pobres têm um nível de consumo cerca de 22% abaixo da linha de pobreza, ou seja, em media, cerca de 9600 escudos abaixo da linha da pobreza, e tem, assim, um nível de consume médio anual de 33576 escudos. Santo Antão é uma das ilhas com

⁵⁵ Cartografia da Pobreza, IDRF 2001/02 - INE

maiores níveis de desigualdade (Índice de Gini = 0,48), porem suplantado por São Vicente e Santiago, que detém o recorde a nível nacional (0,53). A nível nacional é de 0,57%

O alto índice de desemprego configura-se como a causa principal da pobreza. A taxa de desemprego é naturalmente superior para os pobres. Em Cabo Verde, para o conjunto da população, segundo o IDRF, a taxa de desemprego habitual era de 22%, para os pobres, essa taxa era de 33%, o dobro da verificada para os não pobres, 16%. E Santo Antão apresenta como a mais pobre uma vez que a sua taxa de desemprego (20,4%) é superior a media nacional (17,8%)⁵⁶

Santo Antão não foge a regra, segundo o documento quadro da PNLP⁵⁷, situação da ocupação das pessoas é motivo de preocupação, com o desemprego a atingir taxas elevadas (28% para os homens e 36% para as mulheres). Boa parte dos trabalhadores rurais depende das FAIMO para a obtenção de um rendimento mínimo.

No que toca a distribuição de riquezas, o mesmo documento diz que:

“As causas da pobreza não diferem substancialmente das apresentadas para o conjunto nacional. Contudo, algumas causas específicas podem ser observadas em Santo Antão. Se a desigualdade na distribuição dos rendimentos não parece constituir em Cabo Verde um factor explicativo da pobreza, o mesmo já não se pode afirmar em relação à ilha de Santo Antão, que apresenta uma forte concentração da riqueza, com o índice de Gini⁵⁸ a atingir os 0.5. Enfim, a riqueza é distribuída com menor igualdade do que nas outras ilhas. O deficiente acesso à terra e à água é também um factor explicativo da pobreza. O problema do isolamento das comunidades pobres põe-se com acuidade devido à orografia particularmente montanhosa da ilha.”⁵⁹

⁵⁶ Inquérito ao emprego 2008 (IEFP e INE) em www.iefp.cv/ www.inw.cv

⁵⁷ Documento quadro do PNLP

⁵⁸ O índice de Gini de concentração de rendimentos é utilizado para informar sobre a distribuição do rendimento no interior dos grupos sociais. Varia entre 0 (igual distribuição) e 1 (a maior desigualdade possível)

⁵⁹ Documento Quadro do PNLP, pg.9.

CAPÍTULO 3 – ACD'S: UM CONCEITO PARA ESTE TRABALHO

Depois vimos que a população daquela zona estava abandonada, e podemos dizer muito bem, que onde não há associação não há luz, pelo que pegamos nela com mais força. (ent. 1)

3.1 - Organizações da Sociedade Civil: as ACD's

O associativismo constitui uma das mais importantes formas de organização social e um instrumento privilegiado para a satisfação das necessidades do ser humano, nas suas mais diversas manifestações sociais, educativas, políticas, culturais e económicas. Ele acredita que todos devem ter a oportunidade de participar, dando a sua contribuição de acordo com a sua capacidade intelectual e/ou física.

Como já foi referido, em Cabo Verde, o associativismo tem suas raízes nas formas tradicionais de solidariedade social, que apesar de existirem antes, ganham maior expressão com a independência do país. Contudo, tal como estamos a vê-lo hoje, pode-se dizer que começaram a aparecer, a partir de 1987, com a publicação da Lei nº 28/III/87 que marcou o início de todo o processo de organização da sociedade civil nos tempos modernos.

A constituição de associações sem fins lucrativas é regida em Cabo Verde pela lei nº25/VI/2003, de 21 de Junho. A livre vontade de associar é um direito que a Constituição da República garante a todos os cabo-verdianos, através do seu artigo 51º (liberdade de associação)

“1- É livre, não carecendo de qualquer autorização administrativa, a constituição de associações.

2 – As associações prosseguem os seus fins livremente e sem interferências das autoridades.”

A partir dos anos noventa, a sociedade civil cabo-verdiana tem demonstrado um grande

dinamismo, motivado pela necessidade de, com a participação das populações, promover e construir uma vida melhor para todos. Desde então, as Organizações da Sociedade Civil (OSC) cabo-verdianas, com particular destaque para Associações Comunitárias de Desenvolvimento (ACD's), têm intensificado acções em busca de respostas para a resolução dos seus problemas, com recursos próprios e mobilizados, junto de Instituições Públicas e Privadas, tanto dentro como fora do País.

Segundo a Plataforma das ONG's, nos últimos anos, o foco do associativismo passou a ser precisamente as comunidade locais, tendo por objectivo confesso a luta contra a pobreza e pela integração social a todos os níveis e a promoção da cultura, do desporto, da área social, da infra-estruturação, entre outros, substituindo, em muitos casos, o papel do próprio Estado, seja ele Governo ou Câmara Municipal.⁶⁰

Esse dinamismo reflecte numa grande proliferação de organizações de diversas naturezas. De acordo com um outro documento,⁶¹ existe hoje no país mais de duas dezenas de ONG's e cerca de 600 outras categorias de OSC's, sob forma de associações comunitárias, organizações socioprofissionais, ligas, fundações, redes cooperativas, mutualidades e grupos, entre outros.

Segundo Ramiro Azevedo verificou uma explosão de movimentos participativos na maioria dos países em desenvolvimento, por um lado, devido ao facto de as associações terem convencido os governos do valor da participação dos grupos comunitários e, por outro lado, os doadores igualmente desencorajados pelos maus resultados da ajuda pública em geral utilizam cada vez mais a rede das ONG's para distribuir fundos. (Azevedo: 2002: 232)

O guia⁶² produzido em Cabo Verde para orientar as actividades das associações, define associação como: “(...) uma organização de pessoas com interesses comuns a defender e que visa alcançar determinados objectivos sociais, económicos e culturais, com total respeito pela lei vigente n país e pelas normas e regras do seu funcionamento.”

A nosso ver, principalmente as associações comunitárias, *são uniões de pessoas ligadas de*

⁶⁰ Caminhar, Boletim Informativo da Plataforma das ONG's, nº 15, Novembro de 2005, pg.1

⁶¹ Guia das ONG's de Cabo Verde. Pg.9

⁶² Guia de Orientação Operacional para os Membros das Associações Comunitárias, produzido pelo Ministério da Agricultura Silvicultura e Pecuária.

forma duradoura para um fim determinado que prosseguem em comunidade. Normalmente os fins das associações estão bem clarificados nos seus estatutos.⁶³

ACD's São enquadradas dentro do grupo de associações de primeiro grau, ou seja, organizações que tem como membros, cidadãos na base do voluntariado. Entretanto encontram-se organizadas em estruturas associativas de grau superior, como a OADISA.

Por que se cria uma associação?

- Defender os interesses dos seus membros (agricultores, criadores, etc.);
- Fazer ouvir os desejos e anseios dos moradores da zona ou ribeira;
- Promover o desenvolvimento sócio económico da zona ou ribeira, promovendo ideias ou projectos alternativos;
- Promover a integração da mulher em todas as actividades sociais, económicas e culturais;
- Apoiar os mais carenciados;
- Proporcionar a criação de postos de trabalho para os seus membros e não só;
- Criar espaço de diálogo e circulação de informação na comunidade;
- Impulsionar a formação profissional dos jovens (rapazes e raparigas);
- Influenciar o aparecimento de pequenos empresários rurais;
- Incentivar a formação e educação dos seus membros.

Fonte: Guia de Orientação Operacional para os Membros das Associações Comunitárias

- ***O conceito - ACD***

Em primeiro lugar cabe tentar definir, do ponto de vista conceptual, a identidade de uma Associação Comunitária de Desenvolvimento – ACD. Trata-se de uma organização da sociedade civil não governamental, independente do Estado e dos poderes político partidários.

⁶³ Estatuto é o documento que todas as associações possuem, que estabelece um conjunto de princípios e normas de funcionamento de uma associação. A par do estatuto as mesmas possuem o regulamento interno que é o diploma que regulamenta determinadas situações dando maiores pormenores que os estatutos, permitindo um bom relacionamento entre os sócios. (podemos ver isso mais a frente no ponto dedicado a análise das associações).

Por princípio, a sua estrutura organizativa deve ser flexível, dinâmica e pouco hierarquizada. São organizações sem fins lucrativos, autónomas com uma forte componente de voluntariado, viradas para o desenvolvimento de projectos juntos das comunidades em que se inserem.

As ACD's abrangem diversas áreas de actuação, nomeadamente: desenvolvimento sustentável; desenvolvimento comunitário e/ou local; capacitação; micro-crédito; desenvolvimento rural; segurança alimentar; saúde; educação, saneamento básico e melhoria ou reabilitação de habitat; cooperação descentralizada; género; ambiente e desenvolvimento; participação e cidadania; entre outras.

A grande maioria das ACD's tem como principais objectivos: a redução da pobreza e exclusão social, através de implementação de acções de desenvolvimento e de promoção das populações pobres e muito pobres.

“A luta conta a pobreza e a exclusão social constitui um dos maiores desafios das organizações da sociedade civil cabo-verdiana, que estão, mais do que nunca, engajados no reforço da sua acção em todos os cantos do país, com vista a consolidar a sua experiência de décadas em prol do desenvolvimento comunitário e da melhoria das condições de vida dos cabo-verdianos.”⁶⁴

Actualmente as áreas de intervenção são bastante diversificadas e o grande trunfo das ACD é a sua metodologia de intervenção junto das comunidades locais e a sua consciência quanto a necessidade de unir esforços para atingir os objectivos comuns.

3.2 - As ACD's em Santo Antão

Tal como o resto do país, Santo Antão nos últimos anos verificou uma grande dinâmica de associações, mas como já foi referido, as suas raízes estão no período a seguir a independência.

Segundo o plano estratégico da OADISA⁶⁵, em S. Antão, o movimento associativo terá

⁶⁴ Dinâmica, Folha Informativa da Plataforma das ONG's, n° 14. Série II, Julho de 2005. (Editorial)

⁶⁵ OADISA, Plano Estratégico 2007-2011

surgido no segundo quinquénio da década de oitenta logo após a publicação da lei nº 28/III/87, que regula o estatuto geral das associações, em que emergiram algumas Associações de Agricultores com o objectivo específico de travar o alastramento da aguardente de açúcar. Essas Associações não tiveram o devido enquadramento e suporte necessários ao seu desenvolvimento e acabaram por resumir as suas actividades.

A década de noventa surgiu como uma nova era para o associativismo, motivada, essencialmente, pelas oportunidades de financiamentos. Porém outros factores, estiveram na origem desse movimento, como por exemplo a exploração de furos, melhoria na gestão de água de rega, abastecimento das comunidades, enfim uma série de actividades norteadoras do surgimento de associações.

No sentido de unirem-se as suas forças, doze associações da ilha constituíram a Organização das Associações de Desenvolvimento Integrado de Santo Antão – OADISA, em Janeiro de 2000. Hoje a Organização conta com cerca de 50 associações filiadas. A OADISA representa as associações junto de diferentes parceiros como o Governo de Cabo Verde através dos Ministérios do Ambiente e Agricultura, das Infraestruturas, Transporte e Mar e da Fundação Cabo-verdiana de Solidariedade, com a ACIDI – VOCA, Plataforma das ONG'S e CRP de Santo Antão. E a nível internacional, com a ACEP – Associação de cooperação entre os povos, com sede em Lisboa, o IPALA, com sede em Espanha e com o IPAD – Instituto de Apoio ao Desenvolvimento da União Europeia.

A OADISA é uma organização de cobertura da ilha, mas recentemente, em 2007 surgiu uma outra organização da mesma natureza, a FADEP - Federação das Associações de Desenvolvimento de Porto Novo, com a finalidade de representar todas as associações do Concelho de Porto Novo.

A OADISA e a FADEP⁶⁶ são as organizações, que representam as associações da ilha. Essas associações têm desenvolvido as suas actividades com apoio de vários projectos e programas específicos e direccionadas para as suas áreas de intervenção.

⁶⁶ Segundo o Guia (2000: 6), OADISA é uma associação de primeiro grau (uniões e organizações, possuem sócios) e FADEP é uma associação de terceiro grau (federações possuem delegados). As associações de primeiro grau (as ACD's) normalmente criam organizações de segundo grau para prestação de determinados serviços.

O **Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza** (PNLP) é um dos principais programas que trabalha junto das ACD's em Santo Antão. Integra-se no Plano Nacional de Desenvolvimento, bem como nos planos de desenvolvimento regionais e municipais e tem por finalidade permitir uma intervenção focalizada nas camadas mais pobres da população.

O PNLП inscreve-se nos esforços do Governo de Cabo Verde na busca constante da melhoria sustentável das condições de vida das populações mais pobres e vulneráveis do país, cuja caracterização e perfil foram definidos através da informação do Inquérito às Receitas e Despesas das Famílias realizado em 1988/89.

O Programa assenta nos seguintes *princípios orientadores*:

- 1) Reduzir a pobreza de forma durável e sustentável;
- 2) Combater a pobreza no quadro descentralizado; e
- 3) Promover a participação e a coordenação de esforços.

A complexidade do Programa é traduzida pelo número e âmbito de sub-programas que o compõem, nomeadamente:

- Sub-Programa 1: Integração dos grupos pobres na economia;
- Sub-Programa 2: Melhoria do acesso social dos grupos pobres da população;
- Sub-Programa 3: Melhoria social;
- Sub-Programa 4: Reforço da capacidade institucional.

O PNLП tem como objectivo promover a redução sustentada e durável da pobreza no país, fixando-se como objectivos específicos os seguintes:

- a) Promover a integração dos grupos pobres da população no processo de desenvolvimento;
- b) Melhorar os indicadores sociais dos pobres;
- c) Reforçar a capacidade institucional de planificação, coordenação e seguimento de actividades de luta contra a pobreza.

O PNLП pretende focalizar a sua actuação na camada da população que vive abaixo do limiar da pobreza, com prioridade para os seguintes grupos alvos, os quais se interpenetram:

- Mulheres, sobretudo as mulheres chefes de família
- Desempregados e, particularmente os jovens desempregados
- Grupos em situação de vulnerabilidade

- Trabalhadores das FAIMO.

No quadro do Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza participa um importante leque de intervenientes, quer a nível de financiamento do Programa, quer a nível de coordenação, gestão e execução do mesmo.

Para implementar o PNLP, o Governo de Cabo Verde obteve apoio financeiro de várias instituições credoras e doadores, entre as quais, a Associação Internacional para o Desenvolvimento (IDA), o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), o PNUD e a Cooperação Austríaca.

O PNLP agregou três programas/projectos:

Projecto de Desenvolvimento do Sector Social (PDSS). Orçado em 18,1 milhões USD, 90% do montante do projecto era financiado pelo IDA e 10% pelo Governo de Cabo Verde. Esse projecto tinha duração de 4 anos (2000-2004) e era de âmbito nacional.

Programa de Luta Contra a pobreza no Meio Rural (PLPR). O PLPR⁶⁷, por sua vez, foi orçado em 18,335 milhões USD, 50% financiado pelo FIDA; 36% Governo e 14% beneficiários do programa. Pensado para um período de 9 anos (2000-2009) e para cobrir a as ilhas de Santo Antão (Paul, Porto Novo e Ribeira Grande), São Nicolau, Fogo, Brava e Santiago (São Miguel e Tarrafal).

As actividades do Programa Nacional de Luta contra a Pobreza no Meio Rural (PLPR) tiveram o seu início em Santo Antão a partir de 2001, embora todo o Programa foi aprovado e lançado a nível nacional durante o ano 2000.

Projecto de Promoção Socio-económica de Grupos Desfavorecidos (PSGD) No valor de 781 milhões ECV, o projecto tinha como principal financiador o BAD (90%) e 10% Governo de Cabo Verde. Para um período de 5 anos (2000-2005) e destinado as ilhas de Santo Antão, São Vicente e Santiago.

Ao que se pode ver, a ilha de Santo Antão foi abrangido por todos esses programas/projectos,

⁶⁷ O programa PNLP, na sua variante PLPR é um modelo inspirado na metodologia LEADER (da União Europeia), que se adoptou para Cabo Verde depois de algumas adaptações.

isso para fazer face a elevada taxa de pobreza que caracteriza a mesma.

O PNLP tem nas ACD's os seus principais parceiros uma vez que consideram que o combate eficaz à pobreza está, pois, em grande parte ligada à descentralização, enquanto processo estimulador da participação dos cidadãos na vida política, económica, social e cultural, sendo que, é crucial o envolvimento e responsabilização das estruturas municipais e locais, das organizações não governamentais e comunitárias e das próprias populações, através do estabelecimento de relações de parceria.

O PNLP no seu documento quadro, afirma que:

“Uma vez que a pobreza se manifesta a nível das famílias e das comunidades locais, a mobilização social das populações pobres à volta do Programa deve fazer-se no local, em função das especificidades de cada comunidade. Os objectivos procurados consistem em, através do desenvolvimento de metodologias participativas, criar uma capacidade local endógena, por forma a que os grupos pobres participem na identificação e resolução dos seus próprios problemas, enfim, assumam o processo de melhoria das suas condições de vida, em rotura com a mentalidade assistencialista e de dependência em relação ao Estado-Providência. As medidas consideradas no âmbito do PNLP devem: Reforçar, a capacidade da comunidade para que as populações participem em todas as etapas, desde à identificação à execução e gestão das actividades, mas também, que assegurem a sua perenidade. Para além do reforço da qualificação técnica, é preciso investir no reforço da capacidade organizacional. A organização comunitária constitui, neste sentido, a forma mais adequada de influenciação na definição, gestão e implementação das actividades e de criação de uma capacidade de diálogo junto a instituições exógenas à comunidade mas que trabalham com ela e, logo, de conciliação das intervenções com as reais necessidades das populações. A dinamização do associativismo comunitário revela-se, deste modo, importante.”⁶⁸

A nível da ilha o PNLP é executado pelo Conselho Regional de Parceiros de Santo Antão, que é tutelado, a nível nacional pela Unidade de Coordenação do Programa que faz seguimento e

⁶⁸ Documento quadro do PNLP, pg. 85

avaliação da execução das CRP's. As CRP's⁶⁹ são definidas legalmente pela Lei nº 35/VI/2003.

O PNLP chega até as comunidades através da CRP, que assina com as associações contratos-programas⁷⁰ para execução de actividades no âmbito desse programa.

A CRP de Santo Antão conta com 98 membros, sendo 71 ACD's, 19 ONG's e 8 Serviços Desconcentrados do Estado, a quando da fundação em 2006 fazia parte 36 ACD's. E está neste momento a executar somente o PLPR que já se encontra na sua 3ª fase. Essa 3ª fase foi lançada no mês de Outubro de 2008, na Cidade da Praia. Nessa fase o programa está orçamentado em 20 milhões USD, sendo 12 Milhões USD do Governo de Cabo Verde e 8 milhões financiado pelo FIDA.

Tendo em conta a situação socio-económica de Cabo Verde, atrás descrita, nomeadamente, a vulnerabilidade em termos de habitação condigna, mais concretamente o grande número de habitações degradadas, sem o mínimo de condições de habitabilidade que atinge sobretudo os mais desfavorecidos, o Governo a criou o **Programa Operação Esperança**. É um Programa do Governo que foi criado para a recuperação e melhoria de habitação própria de muitas famílias pobres de todo o país, bem como da comunidade emigrada de São Tomé e Príncipe e Moçambique. Foi criado em 2003 (Despacho 011/2003). É outro programa que trabalha junto das ACD's da Ilha.

A Fundação Cabo-verdiana de Solidariedade, com sede na cidade da Praia, é o responsável pela coordenação de todo o Programa. A Fundação possui um Gabinete da Operação Esperança, que intervém directamente no sentido de realizar os objectivos do programa e

⁶⁹ As CRP's são associações de direito privado, sem fins lucrativos, dotados de personalidade jurídica. Elas são constituídas por diferentes parceiros residentes na sua área de constituição, nomeadamente, representantes das ACD's, das ONG's, das Câmaras Municipais, dos Serviços Desconcentrados do Estado e demais parceiros locais.

⁷⁰ Contratos-programas é o instrumento permite a celebração de contratos, entre o Governo e as Organizações da Sociedade Civil legalmente constituídas para o financiamento de projectos de investimento. A propósito dos contrato- programas, Sangreman (2005:27) afirma que os contratos programas baseiam-se na contratação de grupos ou comunidades organizadas para a realização, mediante condições preestabelecidas, de obras que normalmente eram executadas pelos Ministérios da Agricultura, Alimentação e Ambiente ou pelas Câmaras Municipais. O seu interesse para as comunidades tem a ver com as possibilidades que lhes oferece delas próprias identificarem as actividades prioritárias para as suas localidades e as executarem com benefícios financeiros em função da produtividade que conseguem obter. Desta maneira, as associações, particularmente as mais dinâmicas, têm arrecadado alguns recursos para o seu próprio funcionamento. Em certas localidades e em determinadas épocas, as associações chegam a ser o único empregador.

trabalha com as associações comunitárias que executam as obras de construção e reabilitação das habitações.

O papel das associações nesse programa passa por fazer um cuidadoso levantamento das casas e das necessidades das famílias da sua localidade, elaborar um dossier completo de cada caso, onde constará todas as informações socio-económicas, com dados relativos a cada família. Posteriormente envia ao FCS para apreciação e respectiva aprovação. Cabe ainda as associações, com apoio de técnicos, fazer um orçamento de cada caso, contendo o total do custo, indicando à intervenção específica a ser feito na casa.

Depois de aprovado, é assinado um Contrato Programa o Ministério das Finanças e Planeamento, O FCS e as Associações Comunitárias. Após a assinatura do contrato, haverá um desembolso de 50%. Os restantes 50% serão disponibilizados e mediante a apresentação de justificativos das despesas realizadas, acompanhadas dos respectivos relatórios financeiros que será avaliado pelo equipa de acompanhamento.

Alem desses programas já referidos, as ACD's da ilha trabalham directamente com o Governo no quadro dos chamados de contratos-programas que assinam com os Ministérios de Ambiente e Agricultura (MAA) e o Ministério de Infra-estrutura e Transporte (MIT).

Com o MAA, através do Programa de Investimento e do programa de Emergência, as ACD's executam obras no domínio de agricultura, captação e construção de novas infra-estruturas de água para rega conservação de solo e água, floresta. Tendo com objectivo específico o desenvolvimento rural. Já com o MIT, no domínio de construção de pequenos troços de estradas, construção e reparação de caminhos vicinais e muros de protecção.

Esses dois ministérios assinam os contratos com a OADISA e a FADEP que depois disponibiliza para as associações locais desempenharem. De cada projecto executado a OADISA e FADEP retém 3,5% do montante do financiamento para acompanhar e assessorar os sócios na área de contabilidade, elaboração de projectos e fiscalização das obras.

Dos vários investimentos do MAA, muitos deles foram financiados pelo programa PL- 480. O

PL-480⁷¹ (Programa de ajuda alimentar) é um programa cujo objectivo principal é que promove o desenvolvimento agrícola sustentável e a segurança alimentar financiado pela agência americana USAID (United States Agency for International Development)⁷². Durante dezasseis anos (terminou no final de 2007) esse programa foi implantado pela associação norte americana, sem fins lucrativos, ACDI/VOCA⁷³ e as agências de desenvolvimento do Governo de Cabo Verde, trabalharam em conjunto no desenvolvimento do sector agrícola e mundo rural. Com o objectivo de melhorar a produtividade agrícola e a segurança alimentar, a nível local as associações e agricultores e produtores eram os principais parceiros.

A ajuda alimentar, fornecida a Cabo Verde é vendida no país e os fundos daí provenientes foram geridos pela, ACDI/VOCA, que trabalhava em parceria com o Ministério de Ambiente e Agricultura e com as Associações comunitárias.⁷⁴

Os projectos financiados por esse programa, chegavam as Associações através de contratos programas assinados entre ACDI/VOCA, a Direcção Geral de Agricultura Silvicultura e Pecuária (DGASP) e a OADISA em representação das associações. Esses cobriam áreas como organização e construção de obras de conservação de solos e água, implementação de técnicas de agricultura moderna através do sistema gota a gota, organização e sustentabilidade das associações, micro-crédito e pequenas empresas.

Além do Governo, as Câmaras Municipais da Ilha também trabalham com associações, esses recorrem as associações para execução das suas obras, como manutenção das estradas e caminhos vicinais, actividades na área de protecção ambiental, saneamento básico e do meio, bem como habitação social, entre outros.

Um outro país que tem ajudado as ACD's na materialização das suas actividades, é a Dinamarca, através do seu projecto BORNEfonden⁷⁵, projecto esse dedicado essencialmente

⁷¹ Barrett, Christopher B. e Maxwell, Daniel G., (2004) *PL480 Food Aid: We Can Do Better* in <http://www.choicesmagazine.org/index.htm>

⁷² <http://www.usaid.gov/>

⁷³ A ACDI/VOCA, uma ONG que promove o crescimento económico e o desenvolvimento da sociedade civil em democracias emergentes e países em desenvolvimento.

⁷⁴ A Semana online, 27-05-07

⁷⁵ "Created in 1972, BORNEfonden is a privately operated, Danish-directed sponsorship organization headquartered in Copenhagen, Denmark. BORNEfonden is politically and religiously independent and works in five west African countries – Benin, Togo, Mali, Burkina Faso and Cape Verde – with more than 50,000 sponsored children." in <http://www.bornefonden.dk/>

ao apoio das crianças. BORNEfonden é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, e sem filiação política ou religiosa, dedicada aos cuidados e desenvolvimento das crianças mais carenciadas, suas famílias e comunidades, em cinco países da África Ocidental. Os fundos básicos da organização vêm exclusivamente dos padrinhos da criança apadrinhada. (BORNEfonden Cabo Verde, 2003).

Sendo as crianças os principais beneficiados, o projecto também contribui também para o desenvolvimento dos adultos, os trabalhadores, e solicitando a participação das famílias nas actividades seleccionadas de acordo com as possibilidades das comunidades, contribuindo em grande parte, para o desenvolvimento sócio-económico local. “BORNEfonden Todas as crianças apadrinhadas e suas famílias recebem apoio na educação e saúde, e os mais carenciados são assistidos com materiais para melhoramento das suas condições habitacionais sendo o apoio na construção de sanitários familiares o mais notório.” (idem)

Em Santo Antão o projecto tem construído muitas habitações, em alguns casos só casas de banho, em nome das crianças apadrinhadas, o que acaba por beneficiar todo o agregado familiar, e a comunidade de forma mais abrangente. Outra área de intervenção do projecto é a educação, com o fornecimento de matérias escolares às crianças, pagamento de propinas e, subsidiando em muitos casos o transporte escolar e o alojamento em internatos de crianças das comunidades encravadas.

BORNEfonden ainda presta apoios directos e muitas vezes cede empréstimos (sem juros) às famílias para incentivo a actividades geradoras de rendimento, no sentido de melhorarem as suas condições de vida. E hoje, em muitos casos, a forma de chegar as famílias é através das associações. Também o Projecto, quando quer executar obras procura as associações para os fazer. Por exemplo, no caso de transporte escolar, e muitos casos é partilhado entre a Bornefonden, a associação e outros parceiros.

Uma outra área que as ACD's de Santo Antão, já se encontram a intervir é no domínio da Micro-finança. A ilha possui uma única associação mutualista a AMUSA.

O **mutualismo** é também um dos instrumentos de autopromoção de relevante importância na resolução de vários problemas socio-económicos de Cabo Verde. A semelhança da AMUSA,

surgiram no país varias instituições financeiras cooperativas e/ou mutualistas, visando facilitar o acesso ao crédito de unidades que operam a nível da economia social e que se dedicam a autopromoção individual ou colectiva dos seus membros.

Importa realçar, que por ser uma área em franca expansão, o Ministério do Trabalho, Família e Solidariedade, no âmbito das suas actividades de Luta contra Pobreza, Promoção e Inclusão Social, promoveu iniciativas de normalização do sector das Micro-finanças, tendo em conta a proliferação das OSC's e ONG's operando no sector das Micro-finanças, e em diversas áreas do mesmo, tais como o Micro-crédito, poupança e crédito e as mutualidades entre outras tradicionalmente praticadas.⁷⁶

Em termos de micro-crédito na ilha é possível recorrer a outras instituições e ONG's que trabalham com essa vertente, como é o caso da OMCV e a Morabi, organizações vocacionadas para o trabalho com as mulheres, visando a sua promoção.

Hoje as ACD's de Santo Antão contam também com parcerias internacionais que os apoiam na implementação das suas actividades, no campo Desenvolvimento Institucional e Participação Comunitária como é o caso da ACEP e a IEPALA. Esta parceria é entre ACEP, as ONG cabo-verdianas OADISA e AMIPAUL e a espanhola IEPALA⁷⁷, e tem como objectivo contribuir para o desenvolvimento sustentável de Santo Antão, através de sub-projectos de reforço das organizações comunitárias e de iniciativas em diversos domínios da luta contra a pobreza.

Essa parceria prevê um plano de formação, um conjunto de acções no domínio da comunicação para o desenvolvimento e um leque de micro-iniciativas experimentais de produção e transformação, não só para o auto-consumo, mas também que permitirão testar soluções adequadas de valorização de produtos para o mercado e posterior reprodução por outras organizações da ilha.

⁷⁶ Página do Ministério do Trabalho Família e Solidariedade Social escrito em 25 de Julho de 2007, recolhido em Agosto de 2008 – sob o título “Assembleia Nacional aprova Lei de Micro-finanças.”

⁷⁷ Essa parceria passa por actividades com formação, sensibilização, fornecimento de equipamentos para áreas de conservação de pescado, modernização da agricultura com rega localizada, transformação de produtos agro-alimentar.

CAPÍTULO 4 - ANÁLISE DAS ASSOCIAÇÕES

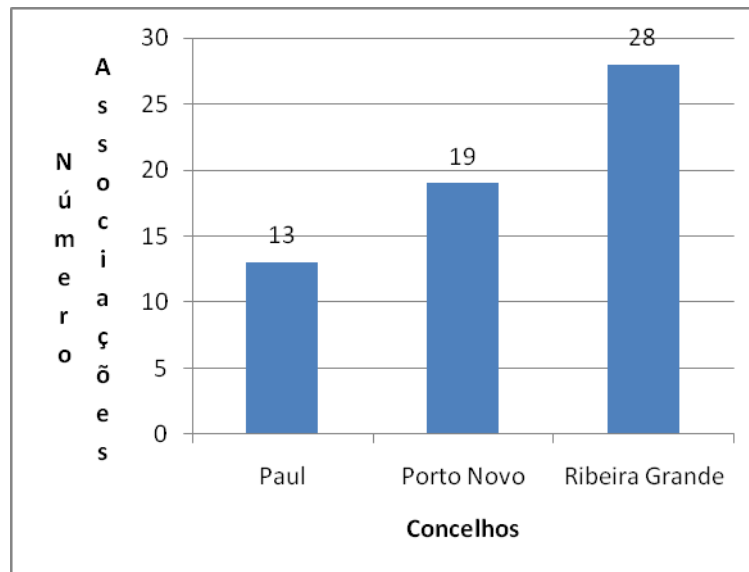
“ (...) a nível de desenvolvimento, com associação podemos atingir um desenvolvimento mais rápido tendo em conta que envolve a população. Envolve a população na tomada de decisões e na execução das obras.” (ent. 24)

4.1 – Caracterização das ACD's

O ponto de partida para fazer a investigação foram os registos da OADISA e da FADEP, enquanto organizações chapéus, e da CRP, as três maiores instituições que trabalham directamente com as ACD's da ilha. Cada uma dessas têm registos das associações nelas inscritas, sendo que FADEP tem só do concelho do Porto Novo e as outras duas possuem de toda a ilha.

Segundo os documentos dessas três organizações, a ilha possui cerca de 80 associações, mas, de acordo com o nosso objecto de estudo, identificamos como Associação Comunitária de Desenvolvimento, de interesse para o nosso trabalho 60 associações, as restantes possuem características muito específicas, como por exemplo, Associações de Agricultores e Produtores de Agro-indústria, Associações de Produtores e Criadores Gado, Associação de Pescadores e Peixeiras. As consideradas para a análise, encontram distribuídas da seguinte forma, por concelho.

Gráfico 3 – ACD's de Santo Antão

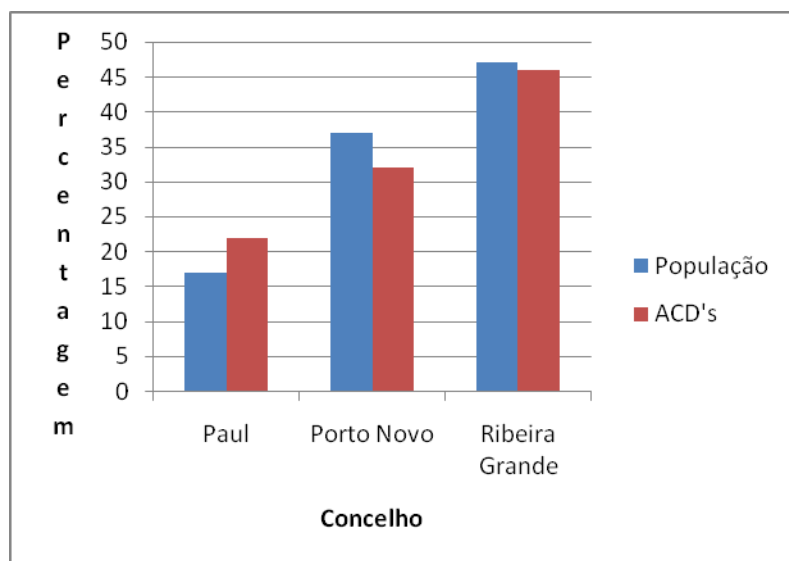


Fonte: Dados da pesquisa de terreno

O concelho de Ribeira Grande é o que apresenta o maior número de associações da ilha, isto é, 28 equivalente a 46%, seguido de Porto Novo com 19, igual a 32% e, por último, o concelho do Paul com 13, correspondente a 22% das associações da ilha.

Fazendo uma relação entre a percentagem de ACD's de cada concelho com a respectiva percentagem de população, em relação ao todo da ilha, o panorama é o seguinte:

Gráfico 4– Comparação da Importância relativa da População e das ACD's por concelho, em%

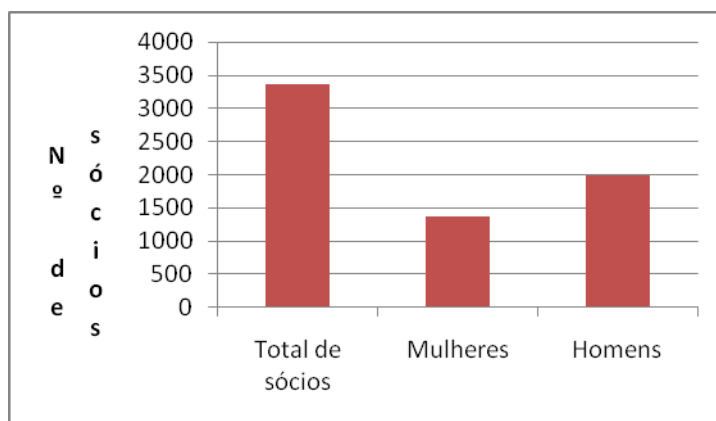


Fonte: Dados da pesquisa de terreno

Pode-se dizer que Paul é o concelho onde a percentagem de ACD's é muito maior que à da população, com 17% do total da população da ilha, o mesmo concelho possui 22% das ACD's, o que nos leva a dizer que há uma maior cobertura de associações em relação a população. Segue-se Ribeira Grande, onde a percentagem das ACD's também é superior a percentagem da população, 47% e 46% respectivamente, porém é uma curta diferença, e Porto Novo, onde as ACD's (32%) é muito inferior a percentagem da população (37%) do total.

O nosso estudo concentra no total de 49 associações, desse conjunto de 60, que apresenta uma população de 3354 sócios.

Gráfico 5 - Distribuição dos sócios por sexo.



Fonte: Dados da pesquisa de terreno

O número de associados aqui apresentados, não espelha na prática a existência de uma comunidade muito participativa. Questionados se consideram as suas comunidades participativas, respondem o seguinte:

“Nós o que temos vindo a fazer, a comunidade participa pouco, naquela zona a comunidade participa pouco.” (ent. 1)

“De forma geral, o pessoal não é muito participativo, embora hoje muito já vêem a necessidade de ter uma organização, já participam nas assembleias.” (ent.31)

Dessa forma, o pouco engajamento da população local em actividades associativas parece ter relação directa com a forma como o associativismo local tem sido vivenciado pelos indivíduos. Ao longo dessa pesquisa, conseguiu-se observar que em algumas comunidades, a população local olha com uma certa desconfiança a actuação de algumas associações locais, pois já vivenciaram casos de desvio por parte de certos dirigentes e casos em que alguns líderes aproveitam destas para se projectar politicamente, em vez de priorizarem a realização de algum trabalho direccionado para a melhoria das condições de vida das comunidades locais.

O pouco engajamento deve-se ainda ao facto de, muitos verem associação como um lugar para resolverem os seus problemas pessoais, ou as vezes como uma simples “agência de emprego”. Se não vejamos:

“(...) apesar que as pessoas já estavam com essa ideia, mas nem tanto, porque há pessoas que por mais que explicamos o que é associação, vêem associação como proveito próprio. Por exemplo ouvimos coisas como «eu pago a minha quota e ainda não obtive nenhum apoio então devolvem o meu dinheiro» não vêem no colectivo.”
(ent. 34)

“Problema é que associações, é complicado, porque maior parte das pessoas o vêem como um lugar para ir arranjar um trabalho, hoje estas a trabalhar na associação, tornas sócio, depois encontras um outro trabalho esqueces, ainda não conseguimos cultivar a noção de associativismo, boa parte deles vêem com lugar de emprego,

então tem surgido casos interessantes. Pessoas vêm pedir algum apoio, ele é sócio, dá esse apoio e quando resolver o seu problema, nunca mais aparece numa reunião e muito menos pagar a quota. A maior parte das associações têm esse problema, a não ser que queiram esconder.” (ent. 17)

Não só as entrevistas nos mostra isso, como se pode constatar em algumas assembleias, que tivemos oportunidades de assistir, muitos sócios vão com o exclusivo propósito de colocar os seus problemas pessoais ou do meio que lhe é muito próximo, e acham que os seus problemas são sempre prioritários.

Dos 3354 sócios, apresentados no gráfico anterior, 1372 são mulheres e 1982 são homens, o que em termos percentuais representa 41% e 59% respectivamente.

Se em termos percentuais, essa diferença de 19 pontos não é chocante, já no que toca a diferença de género nos cargos de liderança dos órgãos essa já é muitíssimo evidente. Num universo de 61 associações da ilha, encontramos seis mulheres presidente de Conselho Directivo, ou seja, líder de uma associação, sendo três no concelho do Porto Novo, uma no Paul e duas em Ribeira Grande. As outras mulheres que fazem parte dos órgãos directivos das associações, ocupam na maioria postos de vogal ou secretária dos órgãos.

Em conversas com essas mulheres lideres, quisemos saber, como é ser mulher a frente de uma associação, e obtivemos as seguintes respostas:

“É uma entrega total, entregas tanto de ti que se não tiveres vontade desistes. A família reclama, as pessoas te procuram na rua, em tua casa, tens de ser uma pessoa sensível, amiga e compreensível acima de tudo, para compreender as pessoas, e saber dar-lhes uma resposta, porque se não fores uma pessoa paciente não consegues. De resto estou cá com prazer, temos três anos de mandato, ainda vamos no primeiro, faltam dois, esperamos conseguir os objectivos.” (ent. 11)

“Eu acho bom. Tem servido para mostrar que mulher tem a sua utilidade. Através de mim consegui chamar outras mulheres. Também para mostrar que nós podemos trabalhar para a nossa comunidade, podemos resolver problemas da nossa comunidade. Também pode ser que não tenho tido esse apoio devido a mentalidade

das pessoas, logo no inicio disseram que eu não tinha competência, que não conseguiria, olham essa mulher como fraca. No meu caso, se tivesse conseguido financiamento dos projectos que enviei aos diversos parceiros, já tinha mostrado o que uma mulher pode fazer.” (ent. 16)

Percebemos que a motivação para o trabalho de carácter social é igual, apesar de serem em número reduzido. Dizem contar bastante com colaboração dos seus pares nos órgãos sociais, contudo, as vezes são atacadas pelas pessoas, quer os que estão dentro das associações como os que estão fora.

“Mulheres sabem mais das necessidades que as pessoas podem passar. Tem vantagem e tem desvantagem. As vezes por ser mulheres as pessoas sentem mais força para te enfrentar, e dizer-te alguma coisa. Mulher também se quiser trabalhar ou se encontrar condições para trabalhar, ela trabalha. Por exemplo, uma vez estávamos em dívida com algumas pessoas, era uma obra do MAA, houve demora nos pagamentos e teve gente que veio me prometer tribunal, eu acho que só fizeram isso porque sou mulher, porque se fosse homem, um outro homem não viria a sua casa dizer-lhe assim. Mas se encontrares condições para trabalhar vai bem, tenho dois colaboradores que me ajuda na elaboração de projectos, e noutros trabalhos, um é presidente da assembleia e outro é tesoureiro. E sempre com eles que conto mais, para qualquer trabalho.” (ent. 12)

Também nessa actividade ela é vista como ‘fraca’, como nos esclareceu uma das nossas entrevistadas, apesar de serem, segundo elas, mais sensíveis aos problemas sociais. Esses dados espelham as características da sociedade santantonense, muito assente numa tradição marcadamente machista.

Em termos organizacionais, são todas elas constituídas por três órgãos sociais: o Conselho Directivo, a Mesa da Assembleia-Geral e o Conselho Fiscal, variando entre 12 à 17 membros para esses três órgãos, podendo existir comissões especializadas dentro dos órgãos. A título de exemplo, a ADICBAST, uma associação do Porto Novo, a quando da eleição dos órgãos, criou algumas comissões de trabalho, nomeadamente Comissão de Apoio à Construção, Comissão Ambiental, Intercambio Cultura e Desporto, Comissão de Educação, Informação e

Comunicação, Comissão de Elaboração de Projectos, Protocolo e Comissão de Solidariedade Social.

No que toca aos aspectos mais oficiais, sabe-se que uma associação pode funcionar de forma informal sem estatutos, contudo, para que seja reconhecida pelos serviços do Estado, pelas ONG's, pelos Organismos Internacionais e demais organismos de cooperação para o desenvolvimento, é preciso que a associação tenha os seus estatutos aprovados pelos seus membros, ter sido feita a escritura pública no Cartório Notarial e ter personalidade jurídica reconhecida pelo Ministério da Justiça. Essa é porém uma exigência que em alguns casos não se verifica, ainda em Santo Antão há associações sem escritura pública, sem registo oficial, mesmo assim trabalham com financiamento de programas, principalmente dos programas do Governo.

No que concerne aos estatutos, documento que sintetiza as normas de funcionamento das associações, podemos começar por ver como é que as associações se apresentam, normalmente nos seus artigos 1º sobre a constituição, denominação, natureza, fins e duração:

“É constituída por tempo indeterminado a Associação Para o Desenvolvimento Comunitário de (...), sem fins lucrativos, composta por um número ilimitado de sócios, com objectivo de contribuir activamente para o desenvolvimento social, económico, cultural e integrado da localidade acima referida, no sentido da melhoria de nível e qualidade de vida das populações, dentro de uma perspectiva de desenvolvimento harmonioso e equilibrado do Conselho da Ribeira Grande e de toda a ilha.”

No que toca aos objectivos, ou fins das associações, os estatutos mostram o seguinte:

Artigo 4º

(Fins)

A Associação tem por objectivo contribuir para desenvolvimento social, económico, cultural de (...), devendo para tanto:

- a) – Congregar no seu seio todos quantos, residentes no país ou na diáspora independentemente da sua naturalidade ou nacionalidade, queira dar a sua

- contribuição de forma desinteressada ao desenvolvimento dessas localidades;
- b) – Criar um espaço de diálogo, concertação e convivência;
 - c) – Interessar os seus membros no estudo aprofundado dessas localidades, nomeadamente nos seus aspectos históricos, sociológico, económico e cultural;
 - d) – Contribuir para a dignificação dos seus membros, apoiando o seu desenvolvimento intelectual, cívico, moral e técnico-profissional;
 - e) – Promover, estabelecer e desenvolver relações de cooperação e intercâmbio com Associações congéneres nacionais e estrangeiras;
 - f) – Promover, estabelecer e desenvolver relações com organizações nacionais e estrangeiras, sejam elas governamentais ou não governamentais;
 - g) – Promover e apoiar projectos de estudo e de execução que visam o conhecimento profundo da realidade dessa localidade nos seus múltiplos aspectos, para o desenvolvimento harmonioso nas diversas áreas, designadamente da educação, da promoção social, da cultura, do desporto, da economia, envolvendo os seus membros e mobilizando os meios humanos e materiais que se julgarem necessários;
 - h) – Estimular o espírito de solidariedade e de interajuda entre a população nos vários grupos sociais mais carenciados, como valor indispensável para o desenvolvimento comunitário;
 - i) – Preparar, elaborar e divulgar documentação de informação sobre as várias actividades da Associação e sobre os estudos ou quaisquer outros trabalhos que se revestem de interesse para as finalidades perseguidas pela Associação;
 - j) – Colaborar com as autoridades municipais, religiosas e outras em tudo quanto diga respeito ao desenvolvimento dessa localidade;
 - l) – Colaborar com as organizações cujas as vocações estão viradas para o apoio às vítimas de calamidades naturais.

Fonte: Estrato de estatuto da associação de Ribeira da Cruz

São esses os fins encontrados na maioria dos estatutos que analisamos. O que se conseguiu apurar é que todos são semelhantes, havendo uma ou outra alteração de um estatuto de uma associação para outro. Isso deve ao facto de que, a maioria delas, durante as suas criações, serem orientadas pela mesma instituição, concretamente o MADRRM pelo serviço de

extensão rural, que no seu plano de actividade dedica um eixo ao associativismo. Assim, segundo um técnico dessa instituição,

“ (...) o serviço de extensão tem sido um dos impulsionadores do processo de criação, mesmo quando é a comunidade que mostra interesse na sua criação. (...) O que tem acontecido, é que na criação das associações, pegamos num estatuto já existente e vamos adaptando de forma a facilitar as associações, porque caso contrário teriam de contactar um jurista para fazer os estatutos e teriam de pagar, então vamos fazendo uma montagem.” (entrevista a um técnico do MADRRM)

Mas, há alguns em que já se note diferenças consideráveis, como mostra a caixa de texto seguinte, mas isso justifica-se por ser uma associação só com dois anos de existência, criada numa época diferente em que já se exige outras actividades e outras dinâmicas as associações, logo esses vão adaptando os estatutos as novas exigências e novas situações, como é o caso de “execução de obras públicas” que inicialmente não era uma das valências das ACD's mas que com o andar do tempo todos enveredaram para essa área⁷⁸.

Artigo 4º

(Fins)

A Associação (...), visa congregar e fomentar a aplicação de meios que promovam o desenvolvimento das zonas referidas no artigo 1º, prosseguindo os seguintes objectivos específicos:

- a) promover a elevação do nível económico, educacional, cultural e técnico/profissional dos seus associados e da comunidade em geral;
- b) promover, desenvolver e realizar contactos junto de Instituições Governamentais e não Governamentais (ONG's), nacionais ou estrangeiras, para a resolução dos problemas da comunidade;
- c) estimular condições para actividades geradoras de rendimentos na comunidade, nomeadamente, agro-pecuárias, etc;
- d) fomentar a prática de poupança e crédito no seio dos associados visando dinamizar os seus esforços de produção;

⁷⁸ Retomaremos a esse assunto mais a frente no 4.3, dedicado as principais áreas de intervenção.

- e) contribuir e participar em acções e programas que visam a preservação do património ambiental;
- f) promover e apoiar projectos que favoreçam o aumento do nível de vida das populações, com plena integração dos objectivos económicos, ecológicos e sociais;
- g) promover e apoiar as iniciativas da mulher no desenvolvimento;
- h) estimular o espírito de solidariedade e inter-ajuda entre a população, como valor indispensável para o desenvolvimento comunitário;
- i) colaborar com as autoridades governamentais, municipais, religiosas e outras, em tudo quanto diga respeito ao desenvolvimento comunitário;
- j) colaborar com as organizações cujas vocações estejam viradas para o apoio as vítimas de calamidades;
- k) promover, estabelecer e desenvolver relações de cooperação e intercâmbio com associações congéneres nacionais e estrangeiras;
- l) execução de obras públicas no domínio rural nomeadamente; diques de correcção, reservatórios e infra-estruturas de conservação de solo e água.

Fonte: Estrato de estatuto da associação Top de M'randá

As associações mais recentes já contam com o apoio de outras instituições, nos seus processos de criação, como a OADISA e FADEP que actualmente são contactados para participarem nas assembleias constitutivas e em outras actividades das associações comunitárias.

Outros documentos que nos serviu de objecto de análise, foram os planos de actividade. Não existe uma única linha de elaboração de plano de actividade, ela varia de associação para associação e mesmo dentro da associação varia de direcção para direcção. Há associações que o fazem anualmente, outros para um biénio e outros ainda para triénio. Quanto a elaboração para biénio ou triénio, está relacionada com a duração dos mandatos dos órgãos sociais.

As associações defendem que, os planos de actividades reflectem as aspirações das populações, porque baseiam na auscultação dos anseios das comunidades na altura da feitura dos mesmos, visando sempre ajudar na melhoria das condições de vida, promover o desenvolvimento sustentado e equilibrado. Os líderes entrevistados são unânimes ao afirmarem que na comunidade não decidem nada sem ouvir antes as pessoas. Deste modo:

“ (...) a nível de desenvolvimento, com associação podemos atingir um desenvolvimento mais rápido tendo em conta que envolve a população. Envolve a população na tomada de decisões e na execução das obras.” (ent. 24)

Da análise dos planos de actividade de algumas associações, nomeadamente os de um ano e de dois anos, grande parte, contempla rubricas como: actividades, objectivos, beneficiários, intervenientes, data de execução, previsão orçamental e financiadores de cada actividade, esses são, os pontos encontrados em quase todos os planos. Outras associações acrescentam ainda: resultados esperados, executor, localidade de cada actividade.

São sempre elaborados, tendo em conta as necessidades da comunidade, mas muitas vezes, de olhos virados para os financiadores, pelo que a maioria nos seus planos de actividade apresentam objectivos como:

- Lutar contra a pobreza,
- Saneamento do meio,
- Protecção ambiental,
- Formação profissional,
- Educação,
- Saúde,
- Habitação,
- Diminuir a carência de água,
- Melhorar condições de criação de gado,
- Agricultura,
- Actividades geradora de rendimento,
- Capacitação e reforço institucional.

Além de existir diferentes tipos de planos de actividades, podemos ver também que há associações que elaboram dois ou mais modelos diferentes, consoante o possível financiador a quem terão de enviar o respectivo plano, isso porque, cada financiador pode fazer uma exigência na apresentação dos planos de actividades e dos programas das associações. Em alguns casos os conteúdos dos dois planos são idênticos, variados só os formatos, mas

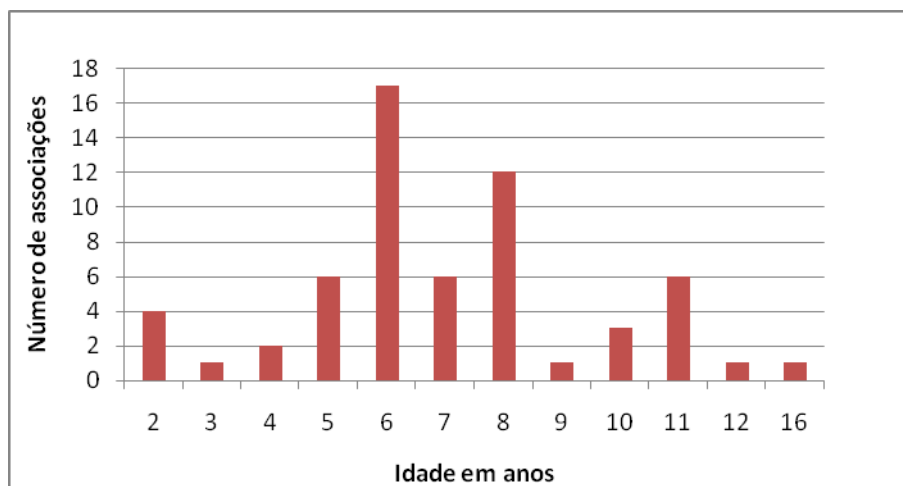
também verificamos casos em que mesmo os conteúdos são diferentes, com menos ou mais informação, de acordo com o exigido pelo financiador.

Segundo a análise dos referidos documento, essas organizações devem estar estruturada, com reuniões regulares, representantes reconhecidos, informações disponíveis para os sócios. Incluem-se as associações que, embora não estejam inscritas nos órgãos públicos de registo de pessoas jurídicas, possuam um grau significativo de estrutura interna.

4.2 - O que levou a criação das ACD's

As associações da ilha são relativamente jovens, tomando 2008 como ano de referência. Num universo de 61 associações analisadas, 17 possuem seis anos de idade, isso quer dizer que 2002 foi o ano em que surgiu mais associações na ilha, mas é um processo que teve inicio em 2000, ano em que surgiu 12 associações, teve uma quebra em 2001 para subir e atingir o máximo em 2002. No gráfico seguinte, pode-se ver que as primeiras ACD's surgiram, praticamente, na segunda metade da década de noventa, com excepção de uma única que surgiu em 1992, hoje com 16 anos.

Gráfico 6 – Idade das Associações



Fonte: Dados da pesquisa de terreno

O que se pode tirar das entrevistas, é que, as razões que levaram ao surgimento das associações são várias, mas basicamente restringe a um grande objectivo, que todos indicam

como o mais importante, ser um parceiro de desenvolvimento da localidade. O seguinte extracto é exemplificativo disso:

“O objectivo fulcral é contribuir para o desenvolvimento pessoal, social, económico dos membros daquela comunidade a todos os níveis, por isso que actuamos, no âmbito do estatuto, na área de saneamento, área de educação, de apoio a iniciativas locais em agricultura, criação de gado, objectivo fundamental é contribuir para o desenvolvimento pessoal, social e económico da comunidade, dando mais atenção para os mais desfavorecidos.” (ent. 14)

Lutar contra a pobreza que existe nas comunidades, é sem dúvida uma outra razão que levou a criação de muitas das associações, conforme nos explica um dos entrevistados.

“A pobreza extrema que tinha na comunidade na altura, em vários domínios, no domínio económico, no domínio da educação. Pobreza foi um dos factores principais.” (ent. 40)

Pode-se dizer que as fundamentos que levaram as pessoas a criarem as associações são várias, mas dividem em dois períodos: antes de 2000 e depois de 2000, o que optamos por chamar uma primeira fase e uma segunda fase do surgimento das associações na ilha, uma vez que nessa segunda fase verificou um *boom* do associativismo em Santo Antão. De 2002 até hoje nasceu na ilha 49 associações de carácter comunitário, cerca de 82 % do total das existentes na ilha.

As com mais de 8 anos, no total de 11 associações, referente a primeira fase, surgiram na sua maioria, por espontânea iniciativa da comunidade, tendo em vista objectivos como:

“Quando a associação foi criada, o nosso objectivo era arborizar a zona mais alta de Lombo Branco, fazer a construção de alguns arretes, banquetes, diques, fazer a correcção torrencial.” (ent. 5)

“Nessa altura estava a começar a surgir as associações, mas nós queríamos fazer alguma coisa por aquela zona onde nascemos, e porque nós, já temos uma vida mais ou menos organizado, e estávamos a ver que a nossa zona tinha muita carência e as

“pessoas não tem muita capacidade para resolver os seus problemas, então criamo-la com a ideia de dar o nosso contributo para o desenvolvimento de Costa Leste em geral, e ainda acho que o sentimento é o mesmo.” (ent. 17)

Ainda, no que diz respeito aos principais objectivos da criação das associações, deve-se sublinhar aspectos como lutar contra a pobreza, questões ambientais, a problemática de gestão da água, destinado a agricultura, o acesso a água potável, a saúde, a educação são, de entre outros.

“Então, ajudar a desenvolver a nossa comunidade é que nós levou a criar a nossa associação, com intenções de ajudar membros da comunidade, não só sócios mas todos os membros da comunidade, a encontrar um modo de subsistência, através de actividades geradoras de rendimentos, no acompanhamento na saúde, na educação, na agricultura, na criação de gado, ajudar as pessoas a encontrarem as suas vocações e da melhor forma de investir para sair da pobreza e deixar de ser dependente das FAIMO.” (ent. 6)

“Objectivo primeiro da nossa associação era o desenvolvimento integrado de João Afonso, procurávamos atingir área de abastecimento de água, agricultura, saneamento, educação, saúde, formação e também reanimar o espírito de inter-ajuda naquela comunidade e cultivar aquilo que era tradição na zona (...).” (ent. 4)

Esses mesmos objectivos vão prevalecer, no que optamos chamar, segunda fase do associativismo na ilha, altura em que, mesmo a nível nacional, emergia associações num contexto organizacional diferente. Nessa, referida fase, consta todas as associações com menos de oito anos, porém aqui, com um outro propósito: ter acesso aos fundos que diferentes instituições e organismos estavam a disponibilizar para as associações⁷⁹.

Neste caso, já não é só vontade da comunidade, iniciativa espontânea das pessoas, mas sim houve outros impulsionadores como o MADRRM, as câmaras municipais, o PNLN e ONG's. Como pode-se ver:

⁷⁹ Esse aspecto será tratado mais a frente no ponto referente a sustentabilidade das associações.

“Na altura, já tinha alguns anos que estávamos falando nele, mas as pessoas não acreditavam, entretanto o projecto PNLN para o meio rural, já algum tempo atrás, estava a intervir na zona de Chã das Furnas e nos tinham avisado que depois passariam para a zona de Monte Joana, porque estavam a atacar a zonas rurais com mais pobreza, que tinha dificuldade de via de acesso e outros, mas era preciso que houvesse uma associação, e na altura ainda não tínhamos conseguido organizar a associação, e assim ficamos sem financiamento desse programa. Depois viemos criar a associação.” (ent.7)

Na sequência desse exemplo, podemos acrescentar que o próprio PNLN, nas comunidades onde não existiam associações de desenvolvimento comunitário, desenvolveu todo um trabalho de sensibilização da comunidade, no sentido de mostrar a necessidade de um instrumento de congregação das vontades e energias colectivas capaz de, através de uma forte organização, revelar-se como um instrumento fundamental para o desenvolvimento da comunidade e interlocutor válido junto a instituições e organismos exógenos à comunidade.

É um trabalho que levou anos a construir, e ainda hoje estão constantemente com programas de sensibilização para o associativismo, mesmo que actualmente exige uma nova forma de olhar para essas organizações de carácter comunitário.

“Na altura pessoas sentiram que era necessário estar mais unidos para tentar resolver questões da comunidade, viram que individualmente não conseguiriam, só conseguiriam formando uma família, posso dizer, com a organização, e através também do pelouro da câmara ajudou no impulsionamento e formação das associações. (ent.38)

No excerto acima transcrito, pode ver que as pessoas pouco a pouco começaram a ver essa necessidade de organização que os impulsionadores queriam implementar nas comunidades. Muitas vezes não acreditam que por si só poderão fazer alguma coisa, é sempre necessário um suporte externo. E reconhecida por parte de muitos lideres, a importância dessas instituições nesse processo de criação e materialização das associações.

“Na moda porque era uma coisa que estava a surgir, e mesmo os actores sociais que vinham cá, as pessoas do MAA, da Câmara Municipal, sempre falava na criação de

associações, porque era com associações que poderíamos desenvolver a nossa comunidade, e isso foi um dos pilares de arranque.” (ent. 31)

De tudo isso resulta a constatação de que essa grande intervenção dessas instituições e depois de notada alguma dinâmica das primeiras comunidades organizadas, levou que esse movimento associativo torna-se ‘moda’ não só em Santo Antão como em todo Cabo Verde.

Não só os organismos públicos e estatais deram “empurrões” para o surgimento do associativismo, as mensagens de que havia benefícios e financiamento só para comunidades organizadas, chegava de diferentes sectores. Como nos mostra o seguinte excerto de uma entrevista:

“Associação foi criado numa altura que estavam a criar muitas associações a nível de Cabo Verde. Até quem surgiu com essa ideia aqui, foi um Padre, que durante a missa, disse que havia alguns projectos nacionais e só a comunidade, a sociedade civil tinha acesso a eles através de associações, daí que surgiu essa ideia de formar uma associação (...).” (ent. 9)

O associativismo é algo positivo, pelo que vários são os organismos que vêm impulsionando as comunidades para de se organizarem, no sentido de conseguirem melhorar as condições de vida das pessoas das suas comunidades. Porém, os impulsos externos, muitas vezes, tem suas consequências menos positivas.

“O nome mesmo já diz, associar para um objectivo comum, sendo assim, quer dizer que temos uma meta a atingir. Houve uma altura, não sei se foi só em Santo Antão ou se foi em todo Cabo Verde, associativismo estava em moda, e creio que o surgimento de quase maioria das associações veio nesse sentido, determinada comunidade esta associada porque não associarmos também, sem antes fazer uma análise de fundo para que as pessoas interiorizassem o que é isso de associativismo para que cada um pudesse cumprir a sua parte em todo esse processo, é exactamente o que tem vindo a acontecer. No nosso caso, na minha zona, já vi que pessoas não meteram na cabeça o que é isso de associativismo. Por isso que digo que é preciso pensar essa coisa a fundo mesmo. Embora a questão de associar não foi de iniciativa local, teve impulsos, associação estava na moda, na altura a própria Câmara Municipal tinha um gabinete

de associativismo, então estimulavam as pessoas a associar, mas foi coisa feita sem pensar. O próprio estatuto é feito e levado já pronto, não deu as pessoas tempo de interiorizar as coisas. Primeiro devia dar as pessoas noções do que é uma associação, quais as suas finalidades, as suas vantagens, qual é o papel que cada um deve executar. Há pessoas que estão na associação mas em termos de objectivos se perguntares não sabem, há muitas coisas do estatuto que não sabem, esse não foi discutido a fundo para que esses pudessem assimilar e pudessem contribuir de forma interessada, porque é necessário.” (ent. 14)

Além de ter esse efeito, nem todos vivem o espírito associativo na íntegra, muitos não sabem os seus preceitos, pode-se ainda correr o risco de não conseguirem andar sozinhos, sem apoio dessa ajuda extrínseca, como nos disse um dos entrevistados:

“O grupo de pessoas que o criou, estavam a ver outros lugares a desenvolverem, então criaram a associação para tentar tirara a localidade do marasmo que encontrava. Mas teve um empurrãozinho de outras pessoas, e quando essas pessoas os deixaram não conseguiram dar nem um passo, teve de 2000 até 2003 sem conseguirem se quer legalizar a associação. (...) eram pessoas de baixa escolaridade que ficavam sempre a espera de terceiros, não conseguiram dar passos. Foram pessoas que veio de fora que tentaram empurra-los para criar a associação.” (ent. 25)

As passagens transcritas avança com possíveis efeitos de um incentivo externo que encontra as populações, muitas vezes, sem preparação para o receber e interiorizar, nesses casos carece de mais trabalho de sensibilização e informação sobre as questões de associativismo, no sentido de todos saberem o que fazer, que funções terão de desempenhar, ou seja, quais são os seus verdadeiro papéis no processo.

4.3 - ACD's e desenvolvimento local

- Importância das associações

Quando se reconhece a importância do trabalho colectivo, os benefícios de ter um comunidade organizada, é uma das condições essenciais para que deles emanem resultados positivos e claros benéficos para a comunidade envolvente, principalmente quando se conta com o envolvimento de todos.

No caso de Santo Antão, no que diz respeito a importância das associações, alguns entrevistados defende a ideia que só quem está na comunidade conhece bem os problemas das comunidades, juntos têm uma visão mais ampla das dificuldades vividas, e para os resolver é preciso organizar. Deste modo:

“Quando uma comunidade tem associação, as pessoas conseguem identificar as suas necessidades, identificar as suas prioridades, sabem o que é que os deixa mais falta. Comunidade tem vantagem sim com a associação, quando estas a elaborar o plano de actividade tens de ver as coisas que são necessárias, qual é mais urgente para resolver.” (ent.12)

Este facto pressupõe o envolvimento, não apenas das associações e das pessoas da comunidade, mas de todos os agentes interessados no processo de desenvolvimento da comunidade ou da localidade. Assim em termos de envolvimento, que achamos, dever ser intenso e dinâmico, foi-nos afirmado o seguinte:

“Um das funções da associação é conhecer a comunidade, os problemas da comunidade e tentar elaborar projectos e procurar financiadores, e actuar na área onde está com falta de intervenção. (...) O nosso objectivo é ver na comunidade o que tem problema e tentar solucionar juntamente com a comunidade, juntamente com a Câmara Municipal, e com outros. Mas o nosso papel é ver os problemas e procurar parceiros para ajudar a resolver esses problemas.” (ent. 11)

Depois de vista a importância para a localidade, questionados sobre a importância das associações na ilha, todos são unânimes que são de uma importância intransferível, e que essa

mesma já é reconhecida por vários parceiros de desenvolvimento do país, conforme se pode depreender do conteúdo dos dois excertos, que seguidamente apresentamos:

“É intransferível. Porque para desenvolver Santo Antão tem de ser uma intervenção em rede, e o que a gente pensa com essa rede, quer dizer, todas as instituições trabalhando em Santo Antão devem cooperar, integrar, em que os objectivos de uma já são focados numa outra, quer seja privado, quer seja público, quer seja da sociedade civil. E uma ACD não pode substituir a Câmara Municipal, uma instituição do estado não pode substituir a ACD, tem que haver uma completa integração entre elas. É algo de análise sistémica, a integração e complementaridade. Cabo Verde está a dar um passo para o desenvolvimento médio, tem de ser um passo inclusivo, um salto em que a mulher não fica de fora, os jovens não ficam de fora, um analfabeto não fica de fora. E se esta rede trabalhar em termos sistémicos há integração. Também aquele que tem algum handicap físico não fica de fora porque um fundo social do sistema tem que cobrir os encargos com os doentes, com os velhos, com aqueles que já deram os seus contributos.” (ent. 30)

“Praticamente hoje desenvolvimento de Santo Antão esta na base do associativismo se não, podemos ver que, anos atrás, tínhamos grandes dificuldades, hoje com associativismo as pessoas unem-se e resolvem os seus problemas, fazem com que os seus problemas sejam visto por autoridades públicas, porque as suas preocupações vão de baixo para cima, e antes era o contrário, chegavam e construía sem saber se era importante para nós, por isso que digo que tem um papel extremamente importante no desenvolvimento da ilha. Associação tem servido como um elo de ligação da comunidade e instituições públicas. Recentemente fizemos a preparação para elaborar o plano de actividade para 2009, onde foi chamado a comunidade para dar a sua participação eles é que definem o que querem e nós procuramos fazer que cheguem até a câmara, a CRP, a FADEP, a OADISA as suas preocupações, e nós somos elo de ligação.” (ent. 29)

Segundo os nossos entrevistados, as associações são os impulsionadores do desenvolvimento das suas comunidades, é onde todos têm oportunidade de dar opiniões e contributos para melhorias das condições das localidades. Os mesmos estão convictos de que todos juntos podem conseguir esse intento, uma luta que não pode ser feita de forma individual e isolada.

- **O Desenvolvimento segundo as ACD's**

No capítulo I, analisou-se o conceito de desenvolvimento, como ela é vista por diferentes autores e instituições, e definimos o conceito de desenvolvimento que nos serve de referência nesse estudo. Nesse ponto pretende-se ver como é que as associações pensam e definem o desenvolvimento.

O facto de Santo Antão ser, uma ilha muito pobre, contribui para construir a visão que as pessoas têm do que é desenvolvimento. Fazendo uma análise de conteúdo das entrevistas, é nos seguro dizer que todos olham o desenvolvimento como um processo para ultrapassar a situação de pobreza.

“Para nós desenvolvimento é as pessoas melhorarem as suas condições de vida, principalmente a nível de saneamento e habitacional, para nós aquilo é fundamental, também a nível de emprego, para teres o teu auto-emprego, por isso, que estamos a lutar muito para a formação, para que as pessoas tenham os seus auto-emprego. (...) Temos resolvido um problema de iluminação pública, também é desenvolvimento, quando tens iluminação pública tens segurança, aquilo é desenvolvimento, em termos de água esta muito avançada, já temos um projecto a espera de financiamento de CRP para ligação domiciliária. Tendo uma comunidade com água, luz, saneamento, com escola, jardim, com arruamentos, já se vê mesmo o índice de desenvolvimento. Desenvolvimento é melhoria de condições de vida, então é esse o nosso objectivo. Já temos a nível de pesca um bom número de peixeiras e pescadores com as suas vidas bastante organizada, exactamente pelo projecto, já têm uma arca compram peixe e colocam na arca e vendem, então as suas vidas vão melhorando, o nosso sonho é ter mais arcas. Já fizemos um projecto e enviamos a CRP para mais arcas para mais peixeiras e para tentar ajudar a comunidade a desenvolver. Para nós desenvolvimento queremos vê-lo assim.” (ent. 11)

E sem dúvida, para conseguir melhores condições de vida, como se pode ver no extracto anterior, deve abranger todos os sectores da vida pessoal e comunitária.

“Para mim, desenvolvimento é o estado de satisfação de pelo menos a maioria de pessoas, tem de sentir bem no só economicamente mas sim cultural ou socialmente, para mim é o nível de satisfação de pessoas.” (ent. 25)

O desenvolvimento só se atinge quando as pessoas já não são dependentes de ajuda externa, não são dependente de terceiros mas sim se conseguem auto-sustentar. E os líderes associativos estão certos que esse desenvolvimento passa essencialmente pelo sector do emprego.

“Por exemplo, para mim o programa de luta contra a pobreza, não é só fazer uma família uma casa ou uma casa de banho não quer dizer que a família esta a sair da pobreza, porque se tem uma casa depois necessita de emprego para ter uma vida estável. Para mim uma única forma de lutar com a pobreza é criar condições para desenvolver algumas actividades que permite render para o desenvolvimento.” (ent. 8)

Já foi referido que, o conceito de desenvolvimento é um conceito controverso. Fomos buscar contributos de autores como: Roque Amaro (2006: 28), que analisa diversos conceitos de desenvolvimento, e no fim questionou se o conceito de Desenvolvimento Integrado⁸⁰ não seria o conceito integrador dos outros cinco, uma vez que ela é referida transversalmente por todos os outros. Essa diversidade é também encontrada nas associações, basta vermos as denominações das mesmas.⁸¹ São na maioria Associações Comunitário de Desenvolvimento, Associações Comunitárias de Desenvolvimento ou Associações de Desenvolvimento Integrado. Tendo em conta as denominações de cada associação, questionamos o que é para eles cada um desses conceitos. Assim sendo, tivemos os seguintes esclarecimentos:

“Para nos é desenvolvimento integrado porque abrange todas as áreas, todas as áreas consideradas vitais para vivência diária daquela comunidade.” (ent. 4)

“Desenvolvimento integrado para nós é o desenvolvimento sustentado. Sem desenvolvimento sustentado não há desenvolvimento, e integrado porque podes

⁸⁰ O autor concebe o Desenvolvimento Integrado como “o processo que conjuga as diferentes dimensões da vida e dos seus precursores de mudança e de melhoria”. (Amaro: 2006: 29)

⁸¹ Ver a lista de nomes das associações estudadas.

integrar uma actividade na outra, por exemplo, apostamos na agricultura, porque da agricultura, culturalmente vem a pecuária, mas também da pecuária vem a indústria, porque temos a transformação, então temos de criar todo um mecanismo para que numa família que inicia coma agricultura vai conseguir tudo isso, e conseguindo isso, consegue emprego para a família, é um sistema integrado que nos dá um desenvolvimento integrado, mesmo integrando o ambiente, o ambiente com o desenvolvimento. Para nós, se não associarmos o ambiente com o desenvolvimento, porque podes desenvolver e depois ter um ambiente poluído sem condições de viver” (ent. 29)

Esse último extracto mostra-nos que, de certa forma, estão conscientes de que, o desenvolvimento integrado, é um processo que se tem em conta a articulação de diferentes dimensões da vida. Outras associações, que se denominam de Associações de Desenvolvimento Comunitário, definem como:

“Desenvolvimento comunitário passa por duas vertentes, vertente económica e vertente social. Quanto a vertente social, nós desejávamos que tivéssemos uma comunidade mais ou menos com um desenvolvimento. Um desenvolvimento humano de forma elevado, consciencializado, porque só se consegue um desenvolvimento através da consciencialização, e uma pessoa pouco escolarizada é difícil de consciencializar. Gostaríamos de ver a nível de desenvolvimento, famílias com um nível de vida equilibrado, (...), depois gostaríamos de ver a nossa comunidade com um nível económico mais elevado, com melhor produção na agricultura, melhor produção na pecuária e que tivéssemos condições para conservar o produto quando temos excedentes e que não conseguimos colocar no mercado.” (ent. 9)

O que se pode ver pelas entrevista, que essas designações são uma questão de nome, que na prática quer dizer a mesma coisa, ou seja uma implica a outra, o facto de duas associações terem nomes diferentes, não se nota diferenciação nas suas actuações. Não existe uma clarificação de conceitos. Vejamos o seguinte:

“Nós vemos desenvolvimento comunitário de forma integrado, não de uma forma só por exemplo, de construção de obras, ligado a todas as áreas e a todos os níveis, desde educação, saúde, a nível profissional, a nível de habitação e saneamento do

meio e também criar as famílias condições próprias para sobreviver. É tudo isso junto que se vê desenvolvimento comunitário, não podemos vê-lo só na educação desgarrado da saúde, desgarrado de habitação, desgarrado de saneamento, nem tão pouco desgarrado de AGR, sabemos que se conseguirmos implementar mais actividades geradoras de rendimento as pessoas libertam mais do Estado, e o Estado também liberta das pessoas, começam a criar o auto-sustento. É preciso todas as áreas e todos os actores ligados para haver desenvolvimento.” (ent. 38)

Já vimos que o desenvolvimento se consegue com um conjunto de pequenas actuações destinadas ao Desenvolvimento Local. Um dos nossos entrevistados diz-nos que o desenvolvimento local se consegue com todas as actividades económicas e sociais.

“Desenvolvimento local é muito abrangente, desenvolvimento local tem de ser desde desenvolvimento de agricultura, desenvolvimento de habitação, saneamento, abastecimento de água, educação, mas principalmente educação de pessoas e mudança de mentalidade, desenvolvimento é muito global. Desenvolvimento local é quando conseguires que todas as pessoas da comunidade possa ser auto-suficiente, independente, sabemos que é difícil de atingir mas é o sonho, pouco a pouco vão-se eliminando os males que atinge uma sociedade ou a tua comunidade onde estas inserida.” (ent. 31)

Não existe, por parte, das associações uma clarificação ou seja, uma distinção desses diferentes conceitos: desenvolvimento comunitário, desenvolvimento local, desenvolvimento integrado, desenvolvimento sustentado. As áreas de intervenção são idênticas, os estatutos são semelhantes e a forma de actuar também igual.

Clarificado o que é o desenvolvimento, para esses actores sociais, a questão agora se coloca é, como promover esse desenvolvimento? A maioria das respostas a essa pergunta nos mostra que os líderes comunitários, estão sensibilizados de que a comunidade é o principal agente do seu desenvolvimento, isto é, o desenvolvimento, e as actividades para promover o mesmo, tem de ser pensado e executado com a participação da comunidade. Em jeito de resposta a questão acima colocada, parece pertinente registar as seguintes opiniões:

“Para nós é através de assembleias comunitárias, encontros com as populações, levar as pessoas a participarem, levar pessoas para animar palestras, pessoas para dar testemunho de sucesso e também nesse investimento diário no sector humano, e na procura de financiamento para projectos de desenvolvimento desde construção de infra-estruturas de conservação de solo e água, desde agricultura à financiamento de um jardim infantil.” (ent. 6)

“Promover o desenvolvimento é através de projectos. Primeiro tens de arranjar parceiros para financiar projectos, depois tens de passar para sensibilização da homem do campo ou do agricultor normalmente que é dono da terra por forma a ele produzir melhor, porque a produção ali não é tanto, porque são pessoas que não usam novas tecnologias de rega, as suas tecnologias é tudo rudimentar, existe uma certa produção porque o terreno as vezes favorece, é um terreno pozolánico, para produzir batata é óptimo. (...) Tem de passar também pela área de transformação de produtos, temos pessoas com muita capacidade, também na área de artesanato, há pessoas muito bons nessa área, mesmo na produção de brinquedos. No domínio social gostaríamos de ver cada família com uma vida equilibrada, com memos problema de doença, com um alto nível de rendimento escolar, que os pais tivessem oportunidade de ter os seus filhos a fazer uma formação superior ou mesmo uma formação profissional. Também temos uma ideia na área de pecuária, há ali um centro pecuário que poderia ser muito mais aproveitado. Também o projecto de construção da nossa sede é um elemento importante para o desenvolvimento económico. (ent. 9)

Também para atingirem esse desenvolvimento, estão conscientes de quais são as áreas prioritárias, de acordo com as condições da ilha, áreas onde orientar as actividades das associações, do público e do privado. No ponto a seguir analisamos as principais áreas de intervenção das ACD's, onde têm direccionado as suas actividades com vista ao desenvolvimento.

4.3.1 - Principais áreas de intervenção

- **Agricultura**

Apesar da precariedade climática e a degradação ambiental porque tem passado o país, a agricultura é, ainda hoje, uma importante actividade económica em Cabo Verde. Ela mobiliza 20% da mão-de-obra activa. Santo Antão, como vimos no ponto anterior é essencialmente agrícola e sendo que, as associações têm por objectivo aproveitar as potencialidades endógenas para promover o desenvolvimento, não poderiam deixar de dar uma atenção especial a agricultura.

A conservação de solo, com a arborização, construção de dique, arretes, muros, socalcos e outras formas de protecção, a construção de reservatórios de água para rega, a modernização da agricultura, principalmente com a introdução do sistema de rega localizada, a correcção torrencial, entre outras medidas infra-estruturais, introdução de novas espécies, são aspectos onde as associações têm centrado as suas actividades.

“É quase tudo, mas trabalhos que mais temos feito são construções de arretes para melhoramento de terrenos para proteger de erosão na altura das chuvas, são financiado pelo MAA, é construção de socalcos fortes de modo a reter água e terra. É enquadrado no projecto de bacia hidrográfica de Ribeira da Torre.” (ent. 7)

Construções de diques, construções de canais de rega argamassada e através de tubagem, construção de reservatórios, instalação de rega gota a gota, modernização da agricultura, reabilitação de estradas. (ent. 24)

As intervenções na área da agricultura tem normalmente carácter comunitário, onde todos são beneficiários de forma directa, mas há porem intervenções mais destinados as famílias, o que podemos dizer ser mais direccionadas a um beneficiário.

“Temos feito coisas mais virado para as famílias, já fizemos casas de banho, com a FADEP, com OADISA fizemos depósitos familiares ou cisternas familiares para melhoramento de agricultura, para famílias fazerem pequenos hortos, para melhorar a sua alimentação.” (ent. 29)

“Falando de agricultura, conseguimos instalar rega localizada para algumas famílias, conseguimos instalar varias parcelas junto com o MAA e com o Bornefondem.” (ent.6)

Tem sido uma das áreas privilegiado pelo Ministério de Agricultura, logo são as que mais financiamentos são disponibilizados e como tal, onde as intervenções das ACD também são maiores.

Vimos nesses extractos uma outra preocupação das associações, a segurança alimentar. A agricultura cabo-verdiana destina-se essencialmente a produção alimentar, embora o país esteja longe de produzir o suficiente para satisfazer as populações. Mesmo com pequenas intervenções, as associações, como a criação de pequenos hortos familiares, pensam conseguir minimizar os efeitos dessa insegurança alimentar junto das famílias.

Nota-se por parte dessas, uma grande preocupação em aumentar a capacidade produtiva, mas não se nota uma preocupação no sentido de valorização dos produtos, de preparação dos mesmos para a comercialização. Em conversa com os entrevistados, nota-se que os investimentos, as actividades caem sobretudo na infra-estruturação, descuidando de aspectos como, reforço das capacidades técnicas humanas e sociais.

- **Pecuária**

A semelhança da agricultura, aliás duas actividades que na ilha andam sempre associados, tem merecido muitas intervenções de carácter colectivo, mas também é vista com AGR para ajudar as famílias mais carenciadas a saírem da situação de pobreza.

“Sim, tendo em conta que candidatamos para alguns projectos na CRP, habitação social não éramos prioridade, saneamento também não éramos prioridade, então enveredamos para AGR, precisamente na área de pecuária, esse ano estamos a construir pocilgas, tentaremos introduzir raças melhorado e as próprias famílias que vão receber as pocilgas vamos ver se conseguiremos dar-lhes já os animais. E estamos pensando ainda em 2008 no nosso programa de luta contra a pobreza

pensamos introduzir bovinos, vamos construir dois currais e adquirir dois bois.” (ent. 4)

“Já fizemos duas pocilgas familiares, mas temos projecto para mais, neste momento temos o viveiro que fornecemos plantas para pessoas de toda a ilha e temos um projecto lá para criação de animais, para reprodução e também uma pequena fábrica de transformação de pastagens para rações de animais.” (ent. 23)

Também ao lado das melhorias na agricultura que se pretende com a modernização da mesma, a pecuária tem merecido essa mesma atenção, sobretudo na introdução de raças melhoradas e de outras espécies de animais capaz de garantir algum rendimento, aos pequenos criadores, com o aumento da criação.

- **Água**

Apesar da agricultura ser uma das principais actividades da ilha, a água disponível para essa actividade é reduzida. Pelo que, a par da agricultura, a problemática da falta de água tem merecido uma atenção grande por parte das associações. Mesmo sendo um bem raro, e apesar da carência, em muitos casos verifica-se que uma quantidade significativa de água é desperdiçada. A gestão da água, furos e outros sistemas de captação, a sensibilização para a sua maximização através de novas formas de rega e armazenamento, têm sido algumas das actividades desenvolvidas pelas ACD's.

“Havia um furo aqui em Figueiral, foi equipado e deixado ali, então fomos um grupo de onze pessoas que fizemos um pedido para a câmara com o objectivo de explorar aquela água, e quando começamos a explorar vimos que era necessário fazer mais alguma coisa para Figueiral, então criamos a associação, (...).” (ent .23)

Mas a água não é um bem que faz falta só a agricultura, muitas são as localidades que ainda enfrentam dificuldade e termos de acesso a água potável para consumo doméstico, ainda muito gente gasta boa parte do seu tempo e esforço na busca desse bem. O aumento da produção e melhoria da qualidade de água, bem como o alargamento das redes de distribuição domiciliar são outros aspectos que preocupam as ACD's nesse sector.

“Uma outra área é o abastecimento de água, hoje já temos bom número de famílias com água domiciliária, foi um trabalho que fizemos juntamente com a Câmara, no sentido de melhorar a qualidade ambiental.” (ent. 4)

- **Pesca**

Sendo Cabo Verde um país arquipelágico, o sector das pescas é tido como estratégico para o desenvolvimento das ilhas, inclusive para a redução da pobreza, já que muitos são os agregados familiares que vivem dessa actividade.

É um outro sector em que se nota alguma intervenção por parte das ACD's, mas já em menor proporção, comparada com as anteriores, também porque as comunidades piscatórias são em menor número, só seis associações possui actividade na área das pescas, o que representa 15% do total das associações analisadas.

“Por acaso, já da para ver porque, ao menos o barco que já a muitos anos andávamos a procurar de financiamento só agora foi possível, ainda com recurso a empréstimo no banco, sobretudo para comprar as redes.” (ent. 2)

“Habitação social, pesca, essa zona é uma zona que tem muitos pescadores e peixeiras, a zona que tem mais pescadores e peixeiras de Porto Novo, já executamos um projecto na área de pesca, financiado pela Cooperação Francesa. Foi financiado 4 motores, um bote e 10 arcas frigoríficas.” (ent. 11)

As intervenções nessa área têm sido sobretudo na construção de botes e financiamento de matérias de conservação e comercialização do pescado, sobretudo para as peixeiras. Todavia é um sector que carece ainda de muita intervenção, como por exemplo, construção de novas infra-estruturas, os informantes ainda queixam de não existir uma adequada modalidade de financiamento do desenvolvimento do sector das pescas, como crédito bancário ou micro-crédito.

- **A habitação social/ Saneamento**

A habitação social é um sector que encontramos sempre associado ao saneamento. A luta por uma habitação condigna e uma comunidade com boas condições de higiene tem sido uma constante junto as associações. Actividades como construção e reabilitação da habitação sociais, construção casas de banho, fazem parte dos planos de actividades de quase todas as associações. Também encontramos aspectos como instalação de redes de esgotos, construção de fossas comunitárias.

“Só habitação social. Já fizemos uma casa de raiz, que foi feito com recursos de CRP, três casas de banho de raiz, também com recursos de CRP e cobrimos algumas casas com recursos da associação e de Operação Esperança.” (ent. 1)

“Também assinamos com o Governo através do programa PLPR, assinamos contratos com a CRP, onde fizemos construções de casas de banhos e habitação social. A Câmara financiou-nos também uma habitação social e tem co-financiado a reabilitação de estradas.” (ent. 24)

É uma área que muitas associações intervêm, porque, também é um aspecto que o Governo, principalmente através do Programa Operação Esperança, e do PNLP, e as ONG's, elegeram como prioritária porque a nível de Cabo Verde, a falta de habitação condigna é uma dos principais indicadores de pobreza. Encontramos 12 associações que ainda não fizeram nenhuma intervenção nessa área, isso porque ainda não tiveram financiamento para tal, mas todos os nossos entrevistados tencionam intervir no sentido de melhorar as condições de habitabilidade das pessoas mais carenciadas das suas comunidades.

- **Ambiente**

A problemática de preservação do ambiente como forma de garantir a melhoria e a qualidade de vida as suas populações, é uma questão que toca as associações, mas poucas têm feito alguma coisa nesse ângulo. Boa parte delas tem feito, sobretudo, construções de casas de banho e alguma arborização de áreas degradadas, que são sobretudo actividades financiadas por terceiros.

“Nós preocupamos muito com essa questão de saneamento porque é uma zona que tinha uma bolsa de pobreza bastante acentuado, maior parte das pessoas, cerca de 95% das pessoas defecavam ao ar livre e de forma desorganizada, então tivemos de investir muito na área de saneamento, neste momento já temos bom número de famílias com as suas casinhas de banho para tentar minimizar esse problema. (...) Na questão também de arborização e florestação, introduzimos um bom número de plantas desde fruteiras e florestal no sentido de melhorar o aspecto ambiental.” (ent. 4)

Esse tipo de intervenção visa, sobretudo, mudar o cenário existente, a nível nacional, em que muitas famílias não possuem casas de banho, segundo o QUIBB 2006⁸², nível dos três concelhos constata-se a mesma tendência, correspondendo essa proporção a mais de ¾ dos agregados não possuem casa de banho com retrete, 76% no concelho do Porto Novo, a 85% no concelho do Paul e a 80% no concelho de Ribeira.

A questão do ambiente está sempre associado ao saneamento, onde se destaca actividades de sensibilização, como palestras, campanhas de limpeza entre outros. É de realçar o trabalho já feito, no sentido de sensibilização das pessoas, é um grande ganho não ver as pessoas a lançarem excrementos ao ar livre.

“E ambiente, para além de plantação de árvores participamos nas limpezas, por exemplo arredores de escola e mesmo na comunidade participamos sempre nas campanhas de limpeza.” (ent. 6)

“No ambiente o que temos vindo a fazer são essencialmente campanhas de limpeza, mais no período do fim de ano, e pelas festas de São João, altura que temos mais concentração de pessoas, então fazemos limpeza de vias públicas. E construção de casas de banho, para reduzir os efeitos negativos que tem para a sociedade a defecação ao ar livre.” (ent. 29)

Encontramos também, intervenções específicas em algumas áreas de protecção ambiental. Como o caso de uma associação de uma comunidade piscatória que tem vindo a fazer um

⁸² www.ine.cv

trabalho meritório na protecção espécies em via de extinção, mas concretamente na guarda das tartarugas durante o período de desova e nascimento das novas tartarugas, uma espécie protegida em Cabo Verde.

“Temos vindo a trabalhar na protecção das tartarugas, é um excelente trabalho, que até ao momento, a nível da ilha somos a única comunidade que tem feito um trabalho do tipo.” (ent. 2)

- **Educação**

Outro sector social que tem recebido grande atenção das ACD's é a educação. Constitui uma importante via para assegurar o desenvolvimento humano e é sem dúvida uma via para romper o círculo da pobreza. Varias são as actividades apoiadas nesse ramo, desde construção e reabilitação de edifícios escolares, apoio nas propinas, nos materiais escolares, nas cantinas escolares, no transporte, na deslocação de alunos para estudarem fora da ilha, e fora do país, até no pagamento de honorários de monitoras de educação de infância, pois a rede do pré-escolar ainda não é coberto pelo Ministério de Educação de Cabo Verde, até agora tem estado a cargo das Câmaras Municipais, das ONG's, ACD's, organizações religiosas e outros instituições privadas. Os dois excertos de entrevistas que se segue mostram claramente esses aspectos supra mencionados.

“Dentro da educação é muito vasto, neste momento há um rapaz na Rússia que transferimos uma quantia mensal para os seus estudos, já ajudamos jovens a estudar em Cabo Verde, alguns já concluíram a licenciatura, já ajudamos uma jovem que já fez mestrado em Portugal, mas também fazemos algumas palestras sobre varias temas que no fundo é uma forma de educação para a saúde, que está incluído dentro da área da educação, também apoiamos as iniciativas da escola (...) apoiamos em actividade como finalista, Natal, 1 de Junho. Ainda apoiamos crianças que não conseguem pagar propina, no pagamento da contribuição para a cantina. Também crianças no jardim de Tanque que não conseguem pagar propina do jardim e nos ajudamos a pagar, para além de pagarmos as monitoras, ajudamos no lanche que se dá todos os dias.” (ent. 6)

“Ao jardim infantil damos 60 mil escudos anualmente. Transporte escolar mensalmente paga-se quase trinta contos. E escola, somos nós que o tem quase de pé, somos parceiros número um daquela escola, em tudo, desde pintura, remodelação total até pagamos para o transporte dos alimentos para a cantina. Ainda há cinco estudantes no estrangeiro que fomos nós que pagamos as passagens, também alguns que foram para a Praia. (ent.18)

- **Saúde**

A par da educação, a saúde é outra área social que as ACD's são sensíveis. Nesse sector, essas têm dado apoio na aquisição de medicamentos, despesas de consultas e tratamentos, evacuações e ainda nos funerais, isso mais em caso individuais, mas em caso colectivo, apoiam actividades como aquisição de equipamentos para postos sanitários, manutenção de estruturas locais de saúde, pagamento de salário de agentes sanitários, ente outros.

“Neste momento, estou aqui com um orçamento de equipamentos para o Posto Sanitário. Evacuação, é outra coisa que sempre fizemos, ajudamos pessoas a deslocar a São Vicente e Praia para fazerem algumas consultas. Neste momento, estamos com um pedido de uma criança que vai para Portugal. (...) Intervimos também na ajuda a funerais, já fizemos alguns funerais em tudo, desde caixão até transporte.” (ent. 18)

“Antes, quando tinha o posto sanitário, pagávamos uma pessoa para fazer limpeza, depois as famílias carenciadas que não conseguiam compra remédios apoiávamos na compra de remédios, as vezes também quando alguma pessoa vinha a consulta a associação pagava custo de transporte. Também pessoas que eram evacuadas para São Vicente apoiavam com 5 mil escudos para passagem de ida e volta. Mas neste momento não intervimos nessa área tendo em conta com a nossa contabilidade tem vindo a diminuir.” (ent. 5)

Esse tem sido um trabalho meritório mas como se pode ver no último extracto, esse apoio vem diminuindo e segundo eles com perspectivas para mais redução. Pois são apoios que tem de aparecer na hora e muitas vezes, dada a sua natureza, não podem esperar pela morosidade das câmaras municipais ou pela burocracia dos serviços sociais do Estado, é a associação que está mais próxima, que sente-se no dever de resolver esses problemas.

Ainda em termos de saúde, além dos apoios já referidos, as associações participam na parte de sensibilização para questões de saúde, e palestras e campanhas de sensibilização com organização, principalmente de saúde pública, em diversas áreas que afecta a ilha, como por exemplo o alcoolismo, a droga e a SIDA e outras DST. Os parágrafos mostram-nos essa preocupação com a questão de saúde pública.

“Fizemos uma palestra sobre Sida com o Dr Manuel Faustino, temos feito palestras sobre alcoolismo, toxicoddependência, dependência de vários níveis. Participamos junto com a delegacia de saúde de Ribeira Grande quando pretendem fazer alguma campanha na zona, ajudamos na mobilização e sensibilização de pessoas.” (ent. 6)

“Procuramos na zona alguma necessidade, como falta na saúde pública, fazemos algum documento, vamos ter com a Câmara, com o Posto Sanitário de Chã d'Igreja e já fomos também ao Hospital de Ribeira Grande, fazer algum denúncia, por exemplo alguma necessidade principalmente na escola. Agora dizer que já patrocinamos alguma coisa, isso ainda não fizemos.” (ent.1)

A habitação social, saneamento, educação e saúde tem merecido investimento por parte da própria associação, muitas vezes, sem ser através de assinatura de contratos com financiador, em muitos casos esses apoios saem dos fundos das associações.

- **Formação Profissional**

É uma área que pouca atenção tem merecido por parte das associações. Algumas já promoveram, junto de parceiros, formações em áreas como rendas e bordados, corte e costura, informática, tecelagem e cestaria, transformação de produtos. As que têm dedicado e essa actividade, dizem que, deve ser uma aposta formar as pessoas em actividades que podem ser desenvolvidas nas próprias comunidades, actividades capazes de garantir sustento as pessoas que as dedicam bem como a família, como por exemplo, fazer artesanato destinado ao turismo. Os dois parágrafos seguintes são exemplificativos dessas áreas de formação.

“ Já fizemos formação de informática a nível de utilizador, demos um curso de inglês turístico, no ano passado e devemos dar outro no próximo mês de Fevereiro, também

estamos a procura de financiamento para um projecto de corte e costura, rendas e bordados, tendo em conta passagem nessa comunidade de grande número de turistas, já temos garantia da CRP.” (ent 29)

“Sim, conjuntamente com a CIAJ e CRP, fizemos algumas acções de formação. E atribuímos bolsa a jovens que foram fazer formação profissional. Também já fizemos formação na área de informática. Isso tudo são ganhos, mas que ficam muitas vezes sem ser conhecido, não há uma divulgação.” (ent. 19)

- **Comércio**

As AGR's são actividades que agora vêm ganhando espaço no seio das associações. A título de exemplo, são os pequenos comércios que as associações vêm ajudando os sócios a criarem, além de que já as próprias ACD's estão a fazer essa actividade, como forma de garantirem a sua sustentabilidade.

O comércio é uma área de pouca intervenção das associações, mas já vem surgindo iniciativas para actividades nessa área como forma de conseguir alguma sustentabilidade para as associações. Algumas associações já começam a dar os primeiros passos nessa área, outros manifestam esse interesse para o futuro.

- **Transformação agro-industrial**

Um outro ramo de actividade que ultimamente as ACD's vêm dando uma atenção é a pequena indústria, mas concretamente a transformação de produtos locais. Uma actividade impulsionada em certa forma pela União Europeia, e neste momento muito incentivado pelo PLPR, como forma de ultrapassar a pobreza. Consiste em formar um grupo de pessoas, essencialmente mulheres, nessa área e depois dá-las equipamentos para iniciarem as suas próprias actividades, embora ainda a produção seja só para o consume interno.

“Nesse momento estamos com um projecto com a União Europeia, temos um grupo de senhoras que vão fazer transformação. Os equipamentos já cá estão, falta é arrancar.” (ent. 4)

- **Turismo**

As intervenções das ACD's no sector do turismo são ainda incipientes, apesar do governo e muitos autores dizerem que é um dos principais sectores de desenvolvimento do país, um motor de crescimento e desenvolvimento.

As acções nessa área por parte das associações, é fraco. Por exemplo, a nível do Concelho do Porto Novo, um caso de referência no turismo são as actividades desenvolvidas pela ONG Atelier Mar, sobretudo na formação de pessoas para o turismo rural e turismo de habitação. Trabalham em algumas comunidades mas não através da associação.

“Temos em mira, mas ainda não fizemos nada nessa área. Temos elaborado alguns projectos no sentido de ver o que fazer nessa área. Existe uma zona que é frequentado por turista quase diariamente, uns subindo, outros descendo, é permanentemente e tens de tirar proveito disso, estamos a incentivar as pessoas que tem algum jeito para artesanato, para ver se conseguem produzir algumas peças, estamos a tentar reactivar essas iniciativas, para poder aproveitar. Agora a nossa maior dificuldade é fazer esse turismo rural. Estamos a incentivar as pessoas a pensarem no turismo familiar, não são grandes investimentos mas são pequenas coisas. (ent. 4)

Temos um projecto e esse ano está para iniciar uma actividade. Pensamos numa estalagem, o projecto já esta pronto, vamos agora a procura de parceria, mas não capital público, parceiro interessado em turismo. (ent. 40)

Muitos são os turistas que procuram pequenas casas tradicionais ou que vão as zonas encravas e não encontram locais para hospedagem pode ser um dos desafios da associação, junto da população das comunidades, incentiva-las a prática de turismo de habitação. As actividades podem ainda ser nas áreas de pequena indústria de transformação e comercialização de produtos locais, e actividades desportivas e culturais.

Embora hoje já se nota um certa aposta nesse sector, como por exemplo formações de guias turísticas locais, guias de montanha, ainda esses são a níveis mais macro, isto é, executado por ONG's e Instituições do Estado, não são actividades que as associações têm nos seus planos

de actividade. Mas prevê-se vir a ganhar mais forma, uma vez que a própria CRP está a direccionar as ajudas para as AGR's, e com isso as pessoas possam pensar em actividades viradas para o turismo.

- **Mutualismo**

O esquema de micro-crédito ou micro-finanças, dirigido aos grupos vulneráveis é de importância relevante para a luta contra a pobreza. Trata-se de uma estratégia válida de reconversão de uma assistência que tende a se perpetuar e a cristalizar a mentalidade do assistido, ao oferecer, em alternativa, aos elementos economicamente activos desse grupo oportunidades de inserção na economia e, logo, saídas da situação de pobreza.

Micro-finanças, segundo a lei de 15/VII/2007, é toda a “actividade exercida pelas entidades autorizadas, sem o estatuto de instituições de crédito ou para-bancárias, e que praticam habitualmente operações de crédito e/ou de recolha de poupança dos seus membros e oferece serviços financeiros específicos a favor das populações que operam essencialmente à margem do circuito bancário tradicional.”

É uma outra área que as associações comunitárias de Santo Antão, já se encontram a intervir. Embora, como já foi referido, a ilha possui uma única associação mutualista a AMUSA, o mutualismo é um instrumento de promoção do desenvolvimento, que está disponível para as pessoas individuais ou em grupo poderem arrancar e desenvolver actividades geradoras de rendimento.

A experiência do micro-crédito em Cabo Verde é, pois, recente e assenta sobretudo no crédito não institucional, operando fora do sistema financeiro. E a AMUSA neste momento funciona como uma agência de crédito, pessoas individuais e colectivas têm recebido crédito para AGR's. Fundada em 2004, tem como objectivo gerar poupança e continuar a ceder crédito.

Segundo um dos nossos entrevistados, líder de uma associação sócia da AMUSA, “*Algumas associações decidiram criar uma caixa de poupança e crédito, porque as associações não têm vocação para ceder crédito, então algumas associações juntaram uma parte dos seus excedentes e reuniram em assembleia-geral e decidiram criar uma associação de micro-finanças, com o objectivo de arrecadar receitas e depois ceder crédito para pessoas.*” (ent. 6)

Um outro sócio acrescenta que um outro objectivo da criação da caixa de poupança e crédito era a erradicação da pobreza. Viram essa possibilidade das pessoas recorrerem ao crédito como uma forma de conseguirem alguma actividade e saírem da situação de pobreza.

“Pensamos ao criar AMUSA era para vir erradicar um bocado da pobreza, e eu acho que AMUSA tem contribuído um pouco, porque tem cedido alguns créditos, principalmente para as mulheres, o nosso lema de bandeira é o desenvolvimento da camada feminina, e já houve pessoas que beneficiaram de crédito e acho que melhoraram as suas condições de vida. (ent. 40)

Apesar de ser uma iniciativa de algumas associações, a AMUSA não possui capital exclusivamente das ACD's, há participação de outras instituições como a ACDI. Assim sendo,

“Ate 2007, fundo de AMUSA era só das associações mas foi-nos lançado um desafio em 2007, se conseguisse-mos 1000 contos dentro dos sócios, ACDI dava-nos 1500 contos, então procuramos associações e não conseguimos encontrar esse montante, então Vale Verde deu os 1000 contos para conseguir os 1500 da ACDI, neste momento além do que tínhamos das associações temos mais 1500 da ACDI.” (ent. 6)

Essa associação ainda não é capaz de dar cobertura a ilha, o seu trabalho está restringido a Ribeira Grande e Paul. A relação que as ACD's têm com a AMUSA não é só ser sócia, em muitos casos, quando uma pessoa ou grupo de pessoa da comunidade quer recorrer a um crédito da AMUSA a associação comunitária pode ficar avalista do crédito.

Apesar de nos terem dito, que não é vocação das ACD's conceder crédito, um bom número de associações, tem cedido crédito a seus sócios, como forma de os ajudar a enveredarem para actividades geradoras de rendimento, onde podem tirar os seus próprios sustentos, ou para resolver um problema de carácter pontual, como nos mostra os seguintes extractos:

“Sim, já fizemos empréstimo a sócios, para corte e costura, para construção de blocos para construção habitação e para educação. (...), mas terminamos porque não foi uma boa pratica.” (ent. 29)

“No ano passado demos a nove sócios que queriam arrancar conjuntamente uma AGR, a associação deu dos seus fundos 300 contos, e estão com muita dificuldade em pagar. (...) não é fácil trabalhar essas coisas, uma camada rural, pouco escolarizada, é difícil.” (ent. 9)

Muitos deram testemunho, de não ser uma boa prática por parte das associações, têm alguma dificuldade em tomarem de volta o valor emprestado, o processo de retorno é muitas vezes complicado. Segundo um dos nossos entrevistados deve surgir mais instituições mutualistas, porque o crédito é um bom sistema capaz de acompanhar essa necessidade de enveredarem para AGR com forma de garantirem auto-emprego.

“Mas nesse momento o crédito é que resolveria essa situação, temos muita gente aberta, agricultores que tem terra, tem um pouco de água, temos gente com vocação para fazer pecuária, não tem acesso a crédito então boicota muito.” (ent. 29)

Mas aqui o que se pede, são caixas de poupança e crédito onde é possível os mais carenciados terem acesso ao crédito, pois o que se verifica é que o acesso dos pobres ao crédito em Cabo Verde é muito limitado porque, eles estão praticamente afastados do sistema formal do crédito. Logo, a modalidade de micro-crédito, de fácil acesso aos grupos mais vulneráveis pode ser vista como forma de melhorarem o nível de vida e sobretudo vencerem a barreira da dependência.

Como já vimos, as associações tem um leque variado de actividades, em diferentes áreas de intervenção, e em modo de conclusão, desse ponto, apresentamos esses dois extractos, que de forma resumida, espelham bem as actividades das associações:

“Abastecimento de água, agricultura, saneamento, habitação social, educação, mas prioritariamente na gestão do Jardim, nós é que fazemos a gestão do jardim de (João Afonso), desde que Bornefondem saiu, nos assumimos. Assumimos a gestão financeira do jardim, então criamos uma comissão de gestão do jardim. Em termos e educação, outro sector que tínhamos vindo a apoiar também, no transporte escolar, quando não tínhamos o liceu, também apoiamos as famílias mais carenciadas na aquisição de uniformes e no pagamento de alguma propina. (ent.4)

Já fizemos alguma coisa a nível de pecuária, já construímos pocilgas, financiado pelo MAA, já construímos casas de banho, financiado pela CRP, já reabilitamos moradias através da Operação Esperança. Já construímos também um armazém na escola de Branquinho, remodelamos casas de banho na escola do Alto Peixinho financiado pelo Ministério de Educação. Já executamos também projectos do Programa de Emergência do MAA, limpeza de estrada, forma de dar as pessoas trabalho. (ent. 12)

4.4 - As ACD's e Luta Contra A Pobreza

Lutar contra a pobreza é um dos objectivos centrais evidenciados por todos os entrevistados, isso justifica-se, por se tratar, segundo as estatísticas, da ilha mais pobre do país, onde quase todas as comunidades são consideradas bolsas de pobreza. Como vimos anteriormente, esse é um dos objectivos de criação de muitas associações. A grande questão que se coloca é como é que essas associações estão fazendo para lutar contra a pobreza. Mas antes disso, do que é que estamos a falar, o que é pobreza para essas pessoas:

“O pobre é aquele que as vezes só conseguem fazer uma refeição num dia, as casas são muitas vezes sem terminar de construir, não tem um frigorífico, nem sempre tem um televisor, não tem uma família emigrada para a subsidia-la. (...) Casas que são autênticos cúbicos onde se encontra só camas, depois podes ver a qualidade das camas. Uma família com 10 pessoas onde só uma trabalha, não sei se terão duas refeições por dia.” (ent. 10)

“Para nós são as pessoas que tem não limite mínimo de resolução dos seus problemas, a nível de alimentação, de habitação, a nível de saúde, a nível de educação. Encontras um lar não apropriado para condição humana (...). São pessoas que também as vezes têm uma certa dificuldade em organizar os seus filhos para irem a escola, para dar acompanhamentos aos filhos. São pessoas que muitas vezes encontrando doente não tem condições para compra um medicamento para tentar superar o problema de saúde que tem, isso que nós consideramos pobreza, pessoas com dificuldade de satisfazer as suas condições básicas de sobrevivência.” (ent. 9)

Compreendemos aqui pobreza como sendo um estado de privação de acesso aos recursos capazes de responder às necessidades básicas, entendendo-se estas como o acesso à alimentação, à água potável, à uma moradia condigna e a recursos mínimos capazes de assegurar o acesso aos serviços públicos essenciais, como saúde e educação.

Mais do que a análise de indicadores estatísticos ou da simples observação, os trabalhos de terreno deixam claro que é preciso se aproximar das populações pobres para se aperceber da dura realidade na qual vivem.

Em muitas das comunidades as condições naturais explicam a pobreza na medida em que sendo comunidades rurais, as condições ecológicas, muito áridas, não permitem o desenvolvimento da agricultura e da pecuária de uma forma previsível. Aliado a isto está o facto de se tratar de ecossistemas relativamente frágeis, como já foi referido anteriormente.

Embora a pobreza esteja praticamente repartida entre os homens e as mulheres, a camada feminina é, todavia, o segmento populacional que mais sofre os efeitos decorrentes do subdesenvolvimento. Tal como nos mostra as estatísticas referidas no capítulo II, a pobreza é maioritariamente feminina, e os entrevistados mostram que as associações têm noção disso.

“Pobreza é ter famílias numerosas, onde o chefe da família é uma mulher onde só ela trabalha, ganhando o máximo 400 ou 450 escudos por dia, com três ou quatro filhos em que o pai dos filhos não ajuda, é um bocado difícil, as vezes sem condições (...)”
(ent.5)

“Para mim, pessoas que não trabalham, principalmente as mulheres chefes de família, com crianças para enviar a escola, para dar de comer, o que faz com que se comerem uma vez por dia não é mais, mesmo trabalhando muitas vezes aquela coisa que queres não consegues ter. Então imaginas uma pessoa que não trabalha como é que sustenta a casa, quando não tens trabalho estás numa pobreza profunda em que sair de lá não é fácil.” (ent. 22)

As relações de género desequilibradas colocam as mulheres em posição de desigualdade para uma participação activa na vida económica. As mulheres apresentam as mais elevadas taxas

de analfabetismo, taxa de desemprego mais acentuado e estão sobrecarregadas com os trabalhos domésticos e com a educação das crianças, sofrem com os preconceitos mais diversos.

Há mais probabilidade de se ser pobre quando é mulher rural e muito mais ainda quando se é mulher chefe de família. Esta última situação assume contornos inquietantes quando se sabe da elevada percentagem das famílias cabo-verdianas chefiadas por mulheres, e Santo Antão não foge a regra.

Nota-se na ilha que grande parte das mulheres chefes de família, são mães solteiras, e sobretudo mães de muitos filhos de pais diferentes, sem companheiro fixo, e que não podem contar com a ajuda do(s) pai(s) de filho(s). Esta situação decorre fundamentalmente da não assunção responsável da paternidade. Mas estará também ligada à falta de educação das mulheres pobres quando estas consideram ser esse o “destino” das mulheres e aceitam a situação como sendo normal. São essas famílias onde a pobreza se apresenta com gravidade.

Tendo em conta isso, as mulheres têm sido um dos públicos-alvo das principais acções de muitas associações. O próprio PNLP estabelece como um dos grupos alvo prioritário, mulheres pobres, sobretudo mulheres chefes de famílias desempregadas. Questionados sobre quem são os seus público-alvo, percebemos que:

“É a camada mais pobre, as famílias mais carenciadas, mais propriamente mulheres chefes de famílias, as famílias numerosas. Neste momento estamos a elaborar um projecto juntamente com a Câmara e CRP para habitação social, alguns melhoramentos e mesmo algumas habitações de raiz. Existe ali algumas famílias numerosas, já fizemos nomeação de algumas, temos famílias onde quatro a cinco pessoas dormem no mesmo quarto. É uma das preocupações actuais da associação.”
(ent. 5)

“E Berlim, é uma zona onde temos muitas mulheres chefes de família, o nosso objectivo é que essas tenham auto-emprego e que possam desenvolver as suas AGR, para não ficarem dependentes de FAIMO.” (ent. 11)

Apesar de ser a mais pobre, ela não deixa de ser vista como a mais capaz de ajudar a família, e a comunidade em geral, a combater a pobreza. Como nos mostra o seguinte excerto, mesmo não sendo o público-alvo directo, através delas, melhor se pode chegar a comunidade.

“A principal beneficiária dos nossos projectos é a comunidade, agora só que apoiamos aquela mulher chefe de família, que é uma mulher que é mãe de cinco filhos, de seis filhos, de dez filhos e sozinha, no fundo estas a atingir aquela família através daquela, então, não é bom dizer que o nosso público-alvo é a mulher, ela utilizamos para poder lá chegar, no fundo é uma forma de utilizar aquela mulher de uma forma positiva para atingir aquele futuro que muitas vezes para que aquela criança estudar melhor, para ter melhor educação, agarras aquela mulher ali, mas o teu objectivo não é satisfazer aquela mulher é satisfazer aquela comunidade, ou seja é satisfazer o futuro dessa terra.” (ent. 6)

Se o grupo alvo dos principais financiadores,⁸³ são as mulheres, principalmente mulheres chefes de família, não era de esperar o diferente das ACD's, pois essas trabalham, essencialmente com fundo dos financiadores.

Os principais critérios que maiorias dos líderes utilizam para definir pobreza são: não possuir habitação condigna, dificuldade na área de saneamento e falta de emprego, saúde e educação/formação, famílias numerosas e principalmente chefiadas por mulheres.

A acrescentar a essa causa e a falta de oportunidades, na nossa sociedade, e em todo o Cabo Verde, existem factores de ordem comportamental que interferem grandemente na formação da pobreza. São o que já se convencionou de chamar a “pobreza de espírito”. É o espírito de resignação e de fatalismo, e de dependência, nomeadamente do Estado, e a crença que numerosos filhos constituem uma pensão social para a velhice. São os comportamentos que levam o crescimento das famílias monoparentais chefiadas por mulheres. Enfim, são comportamentos e atitudes do tipo que tendem a reproduzir situações de pobreza e a diminuir a iniciativa própria do pobre em sair da situação de pobreza. E em muitos desses casos, a pobreza é vista como um castigo divino e em relação à qual pouco se poderá fazer a não ser resignar.

⁸³ Por exemplo o PNLP apresenta como grupo - alvo mulheres, sobretudo chefes de família, desempregados, nomeadamente os jovens e trabalhadores das FAIMO.

Durante o nosso estudo, verificamos que, nas suas acções, as associações enfrenta muito essa questão de pobreza de mentalidade, e que grande parte dos seus trabalhos passa pela sensibilização no sentido de conseguir mudar essa forma de pensar.

“Para nós são as famílias que vivem no limite de rendimento, o que abarca a maioria daquela gente. Mas também existe uma grande pobreza de mentalidade, muitos andam a utilizar esse termo para arranjar recursos. De facto há ali muita gente que vive realmente em situação de pobreza.” (ent. 9)

*“ (...) Temos uma rádio que informa, temos uma revista, que agora não está sendo publicada mas informava e quando informa também procura formar, (...) há tabus, há estereótipos que nessa cidadania plena a gente tem de saber informar, há uma estereótipo que identificamos por **LQC**, (**síndrome de lamurisse, queixumisse, coitadeza**)⁸⁴ isso não deixa a pessoa ser cidadã, porque ela esta sempre a queixar-se que os outros é que são responsáveis pela situação dela, uma lamuria constante, uma mentalidade de que ‘eu nasci pobre vou morrer pobre, Deus é que quis’, uma mentalidade medíocre, provocado por esse síndrome.” (técnico de CRP)*

Essa mentalidade assistencialista vem sendo criada a muitos anos atrás. No período após a independência surgiu os programas de emergência do Governo, como é o caso das FAIMO, que desempenharam um papel social de relevo no domínio da subsistência da população, eram programas de assistência aos grupos vulneráveis. Sendo uma das principais fontes de emprego nas zonas rurais, as FAIMO transformaram-se na mais importante rede de segurança para as camadas populacionais mais pobres. Embora de grande importância esses programas criaram nos pobres uma mentalidade assistencialista, uma dependência perversa e conseqüente perda de iniciativas autónomas geradoras de rendimento e emprego.

Nas palavras de Monteiro existe em Cabo Verde uma cultura de pobreza caracterizada por uma não participação e integração efectiva do pobre nas maiores instituições da sociedade; uma frágil estrutura do eu; um forte sentido de marginalidade, de impotência ou de dependência e inferioridade; uma escassa capacidade de planificar o futuro e um sentido de

⁸⁴ Expressão em crioulo que quer dizer “lamuriar, queixar-se e sentir-se coitado”. Expressão criada pela própria pessoa da entrevista.

resignação e fatalismo. O mesmo acrescenta ainda que “A pobreza gera determinados comportamentos individuais e sociais que acabam por enformar uma cultura própria, conformistas e propícia à resignação e inibidora do espírito de iniciativa e autonomia. Uma cultura de que a mentalidade, profundamente arraigada de fatalismo, o assistencialismo, o apoio, a dependência em relação ao Estado e ao exterior e a chamada pobreza de espírito constituem os principais ingredientes” (Monteiro, 2001: 423).

Essa mentalidade assistencialista e a forte dependência das pessoas em relação ao Governo, as Autarquias e, até mesmo das ONG's são confirmadas pelos entrevistados:

“ Portanto, se de um lado nós criamos o conforto das populações mas paralelamente a esse conforto que nos criamos, criamos uma certa dependência, isso é preciso cortar. Neste momento, o grande desafio das Câmaras Municipais, das ONG's das Associações é quebrar essa mentalidade assistencial que existe nas pessoas e levar as pessoas a pensar que não, através da pesca eu posso organizar uma empresa e posso sobreviver, através da agricultura eu posso fazer a mesma coisa (...)” (ent. 24)

Actualmente outros programas e projectos vem contribuindo para essa dependência, para o aumento da denominada cultura de pobreza, como é o caso do PNLP que numa fase inicial, pouco responsabilizava ou exigia algo dos beneficiários, por exemplo, se estavam a construir uma habitação social, era dada a família sem que essa desse algo em troca. Os projectos, como a Bornefonden também cultivaram essa forma de trabalhar, não inculcaram nas pessoas o espírito de trabalharem também para conseguir esse bem, que o seu contributo pode ser quantificado. Porém hoje alguns desses programas, como o PNLP, mudou a metodologia de trabalho, e está-se, paulatinamente, conseguindo outros resultados.

Lutar para mudar essa mentalidade passa essencialmente pela informação e formação das pessoas, como realça o seguinte entrevistado:

“ (...) é uma questão da mentalidade, há uma pobreza de espírito das pessoas, é uma questão mais psicológico, esse é um elemento caracterizador, por isso, combater isto, sair desse estado de coisas é preciso justamente formação, informação, sensibilização das pessoas em primeiro lugar e, depois criar condições materiais para que de facto ele consiga sair.” (ent. 10)

No entanto, sentimos que essa 'pobreza de espírito' não se toca a todos, nota-se que para muitos, a pobreza resulta das condicionantes impostas pela sua própria história de vida, não sendo por conseguinte uma fatalidade histórica e natural. Por esta razão, ultrapassadas estas condicionantes a possibilidade de sair da condição de pobreza parece garantida. Não sendo algo incontornável, o que é que as ACD's tem feito nesse sentido, ou ainda como é que perspectivam esse combate.

“Para nos lutar contra a pobreza, não é mão estendida a pedir, não é chorar a lamuriar, e acusar outras pessoas. Para nós é uma construção de riqueza, fazer com que um individuo, um grupo, a comunidade, a localidade, a ilha de Santo Antão tenham uma capacidade de intervir para se auto sustentar. Por isso que nós fazemos apelo a riqueza, ao potencial de Santo Antão. (...) Participar com geração de empregos e rendimentos. Muita gente é pobre porque não tem oportunidade. Outro objectivo é capacitar as pessoas com aposta no ensino a distância. Informar e formar.” (técnico do CRP)

“Pobreza... passa pela própria consciencialização do indivíduo. O indivíduo tem ser consciencializado que através da sua acção é capaz de combater a pobreza, se não o incutirmos no espírito, se continuar a fazer tudo para ele, não é possível. Agora, há que bater na forma de consciencializa-los, uma das formas, é leva-los a entender que ninguém vai conseguir fazer nada por eles se não tiverem vontade. Se não tiveres vontade por tudo o que os outros fazem, não é possível. Se aquele pessoal tivesse vontade, não teria problema, pelo menos em AGR, porque sempre que executamos projectos, fica sempre alguma coisa estávamos dispostos a ajudar, não teriam necessidade de recorrer a nenhuma instituição. Agora muitas vezes é preguiça, há preguiça de todas as formas e principalmente preguiça mental. (ent. 9)

Um dos principais factores de pobreza é o emprego, então essa luta passa por criar condições para que as pessoas tenham emprego, e uma saída identificada pelas associações e criação de actividades geradoras de rendimento. Essa deve ser uma das apostas das ACD's, evitará de certa forma a dependência e faz com que as pessoas possam lutar para conseguir as próprias coisas.

“Como forma de luta contra a pobreza tinhas de ajudar as pessoas a resolver as suas necessidades básicas, também que houvesse uma politica de ajudar as pessoas a criar as suas AGR, uma forma de ajudar as pessoas a melhorar as suas condições de vida.”
(ent. 3)

4.5. – Sustentabilidade das ACD's

Visto quais são as políticas de intervenção das ACD's, a questão da sustentabilidade é um outros aspecto que esse trabalho visa concentrar.

Ocupa-nos primeiro esclarecer o que é isso de sustentabilidade das associações. Várias leituras teóricas levam-nos a dizer que por muito tempo, a sustentabilidade de organizações sociais esteve associada à eficiência económica. Mesmo no universo das nossas associações, há uma forte tendência para tratar a questão da sustentabilidade centrado no elemento económico-financeiro em detrimento de outras dimensões que podem, também, implicar sustentabilidade.

A concepção de sustentabilidade é mais ampla, do que a referida, e abarca, além do elemento financeiro, a dimensão técnica e política. Pelo que as organizações espera-se uma sustentabilidade técnica, que diz respeito às metodologias de trabalho, qualificação dos recursos humanos, qualidade do trabalho feito e capacidade de organização da instituição, isto é, o seu desenvolvimento institucional. Uma sustentabilidade política, que é a inserção das ACD's em espaços políticos que aumentem a capacidade da sociedade civil se relacionar com o Estado, e de alguma forma influenciar políticas públicas e as acções do Estado. E uma sustentabilidade financeira, que significa ter os recursos financeiros necessários para continuar desenvolvendo sua missão. Assim sendo, importante estar atentos para a inter-relação necessária entre o técnico, o político e o financeiro para garantia da real sustentabilidade organizacional, já que entendemos estas dimensões ocorrendo simultaneamente na dinâmica organizacional.

4.5.1 - Sustentabilidade Financeira

As nossas ACD's vem desempenhando as suas actividades com base em recursos conseguido pelas quotas dos sócios e, sobretudo, recursos oriundos dos sectores públicos e privado, nacional e internacional, bem como através de alguma actividades própria da associação. A busca de recursos financeiro tem sido uma das maiores preocupações delas.

a) As jóias e quotas

O associado, enquanto pessoa física, tem um conjunto de direito e deveres dentro da associação, é uma delas e a obrigatoriedade de pagar a jóia⁸⁵ a quando da sua admissão e de pagar mensalmente uma quota⁸⁶.

Questionados sobre a regularidade do pagamento das quotas, a resposta mais frequente, que tivemos foi: “*Só alguns pagam*”. Isso tem sido um dos grandes constrangimentos das associações, como se pode ver pelos trechos seguintes:

“O pagamento não é tão normal, sempre enfrentamos algumas deficiências, estamos num meio extremamente difícil, embora os sócios pagam, mas só por volta dos 50 a 60% que pagam regularmente, os outros tem sempre dificuldade.” (ent. 29)

“(…), nem sempre os nossos sócios pagam quotas, dos 65 membros não sei se 20 pagam quotas, contamos é com os funcionários que fazem o desconto logo no banco, os outros, sendo chefes de famílias, principalmente mulheres, se tiverem cem escudos é para dar cobertura a um problema, não é fácil e a nossa quota mínimo é de cem escudos, não ajuda.” (ent. 10)

Esses dois exemplos mostram a proporção dos sócios que pagam quota. As causas para o não pagamento das cotas são diversas, desde não possuírem o dinheiro para esse fim, até ao facto de não encontrarem em quem pagar no momento que tem a quantia, pois muitas das associações não possuem sede, ou se têm não tem uma pessoa permanente, o que faz com que os associados tenham de deslocar, muitas vezes, a casa do tesoureiro da associação para fazer

⁸⁵ Contribuição exigida a um sócio quando ingressa numa associação (pode ser paga em prestações).

⁸⁶ Contribuição pecuniária mensal em que cada sócio deve pagar para garantir o funcionamento da associação.

o pagamento e muitos têm a tendência de deixar isso para fazer depois, levando a uma acumulação de meses sem pagar a quota. Essa situação seria em parte ultrapassada, como se disse no extracto anterior, com o pagamento via banco, mas só possível para os funcionários do Estado ou por contra doutrem que recebe o salário via banco, o que é um número reduzido do mundo do associativismo comunitário.

“Não sei se sabes mas associações praticamente não funciona com quotas, tem alguma pessoa que paga, mas regularidade de quota não existe. Se as associações estivessem a viver de quota, nem iniciariam funções. Algumas pessoas pagam quota, também um problema que nós temos é que temos sede mas não temos um funcionário, e isso dificulta porque as vezes pessoas vem pagar mas não encontram a porta aberta, tem de ir a casa de uma outra pessoa, então isso dificulta mesmo a recolha do dinheiro. Temos uma quota mínima de 50\$00, e sócios novos que pagam quota com mais regularidade que sócios fundadores. Associação não vive de quota porque não dá.” (ent. 44)

Ao que se pode ver, as quotas são quantias irrisórias que não garante nem o funcionamento das associações. Os dois valores mínimos estabelecidos pelas associações são 50\$00 e 100\$00. Isso tem sido uma das grande dificuldade das ACD's, sensibilizar os membros para pagarem as quotas, pois ao que conseguimos constatar é que em quase todas as associações não encontramos 50% dos sócios a pagarem as quotas regularmente, e em alguns casos ninguém paga, isto é, o valor das quotas é nulo.

Uma outra causa advém, em alguns casos, de uma má gestão das associações. Conhecemos casos de, pelo menos, duas associações, que hoje nenhum associado paga as quotas devido a desvio de dinheiro de dirigentes anteriores. Neste caso as pessoas recusam pagar, alegando que não sabem o destino das suas contribuições, segundo um dirigente, nesse caso, é preciso fazer antes um bom trabalho para que as pessoas possam de novo acreditar na associação e só depois pedir que paguem quota, isto é, retribuir o crédito a associação e merecer a confiança das pessoas.

Uma das consequências disso, é que as associações, no início do ano, ao elaborarem o plano de actividade e o orçamento, contam com o valor das quotas, mas não pode prever se esse valor entra ou não na sua contabilidade, é algo que não podem controlar. Além disso não ter

sócios que cumprem com os seus deveres é uma má imagem da associação. Como nos disse um técnico do MADRRM, que trabalha com as associações:

“Quota é uma questão complicada para as associações, tem associações que sócios nem sequer pagam quotas, muitos queixam de não ter o dinheiro, um limite de cem escudos, não pagam e isso cria muitos constrangimentos numa associação, por exemplo se quiseres apresentar um projecto num financiador, as vezes querem saber qual é a situação de sócios em termos de pagamento de quota.” (ent. técnico de MADRRM)

Os estatutos das associações dizem que o sócio que não tem a situação de quotas em dias perde o direito de sócio, ou seja, não pode participar nas assembleias, não pode votar nem concorrer a algum cargo nos órgãos sociais. Contudo, muitas associações não tem seguido com rigorosidade essas cláusulas do estatuto, porque assim sendo algumas ficariam sem sócios. Senão vejamos uma resposta que obtivemos, quando questionamos se no estatuto não há forma de fazer as pessoas pagarem.

“Tem, mas qualquer associação se for atrás das normas dos estatutos acabaremos por ficar sem sócios. Contamos com 76 sócios mas é só formalidade, na prática não, porque não pagam a cota e não pagando depois de uns meses tinham de correr com eles de acordo com o que diz o estatuto, mas não temos vindo a fazer isso, até muitos sócios já pensaram em tomar as suas jóias que tem na associação, é um direito que tem, quando saem toma as jóias, mas não temos feito isso.” (ent. 3)

Perante essas dificuldades, algumas associações vêm procurando diferentes mecanismos de cobrança. E têm conseguido, pois não são todas as associações que enfrentam essa problemática, mas também é um numero muitíssimo reduzido que não queixa disso. Uns preferem apostar numa forte sensibilização das pessoas, mostrando os benefícios de um sócio cumpridor dos deveres.

“Uns vão dando, as vezes pressionamos as pessoas, dizendo que se não paga a quota não tem palavra, não tem direitos, então porque as vezes querem estar em cima vão pagando. É um aspecto que eu acho positivo na nossa organização é a questão de pagar as quotas.” (ent. 24)

“Geralmente nós solicitamos, chamamos atenção e lembramos que tem quota em atraso. Já sabem que se não pagarem perdem os seus direitos, se as pessoas não cumprirem os seus deveres na associação perdem os seus direitos.” (ent. 6)

Um outro mecanismo de cobrança é descontar nos salários, embora só funcionem com as associações que estão executando alguma obra, neste caso tenham uma frente de trabalho aberto onde emprega os seus sócios. Quando não estão com actividades do tipo não conseguem cobrar.

“Quota, por acaso na nossa associação só cerca de 50 à 60% é que paga a cota, o resto das 40% é muito difícil. Temos utilizado um outro sistema que quando temos trabalho, damos trabalho a essas pessoas e logo nos salários descontamos a quota.” (ent. 27)

“Quotas, quase todas as associações tem dificuldade em receber quotas, dada a dificuldades que as pessoas têm, falta de trabalho. Mas quando a associação tem trabalho a quota tiramos do salário, é uma forma de conseguirmos até os atrasados.” (ent. 28)

Esse mesmo mecanismo de cobrança não é defendido por todas as associações, achando que o pagamento deve ser um acto espontâneo do sócio e nunca obrigado a fazer, é um dever que está no estatuto e sendo assim devem paga-lo, independentemente de empregado ou não. É o que defende os seguintes líderes:

“Quota neste momento é praticamente nulo, são pouco as pessoas que pagam. Temos muitos sócios até inconscientes, porque aqueles que estão no trabalho, se fossemos autoritários tiraríamos logo na folha de pagamento. Não pagam a quota, pouco ou nada paga.” (ent. 18)

“Temos sócios que trabalham na frente e eles mesmos aderem, nós não podemos forçar as pessoas a pagarem as quotas, tem de pagar de livre e espontânea vontade. Mas sempre que fazemos pagamento, temos cerca de 190 pessoas no trabalho e sempre pagam.” (ent. 25)

A nosso ver, não é a forma mais apropriada de fazer a cobrança. Isso intensifica a ideia de que a associação existe para dar trabalho ou para executar obras, será como pagar uma cota para uma agência de emprego, ainda assim só quando estou a beneficiar. Essa ideia de pagar só quando estão a beneficiar, confirma o que já foi dito anteriormente, existe uma falta de formação das pessoas sobre o que é o associativismo, quais os seus papéis nesse movimento associativo e quais as reais contribuições de uma associação comunitária.

Ao que se pode concluir desse ponto é que as associações não podem sobreviver com o que entra das quotas, isto é, quando entra. Sendo assim tem de recorrer a parcerias no sentido de poderem por em prática as suas actividades programadas.

b) Financiamentos e financiadores

No capítulo III, referimos os principais parceiros das associações. Pretendemos agora ver na prática como é estabelecida essa relação. É com boa parte, das actividades que desenvolvem com financiamento desses parceiros, que as associações conseguem ter algum fundo para o seu auto-sustento.

- **Relação ACD's e OADISA/ FADEP – MADRRM e MIT**

Podemos dizer que a OADISA e a FADEP são os representantes dos Ministérios de Agricultura e do Ministério das Infra-estruturas junto das associações, quando essas assinam contrato com a OADISA e a FADEP os fundos vem de um desses ministérios. Ao que acabamos de ver, os fundos das associações não são só das quotas e jórias, esses tem uma outra origem.

“Nós não temos por onde sair algum fundo, as vezes é mais dos trabalhos com o MAA, de acordo com o nosso desempenho, nossa gestão, tem tido um pequeno excedente.” (ent. 36)

“É só nas obras de engenharia rural, construção de diques, naqueles sempre tinhas excedentes, se tinhas um dique de mil e tal contos podias faze-lo por novecentos e tal, dependendo da zona também. Mas podias motivar os trabalhadores para poderem

produzir mais no sentido de poderes auxilia-los na compra de um medicamento, transporte escolar, isso no sentido de poupare alguma coisa. Por exemplo de acordo com a zona que vais construir, eles atribuem uma percentagem de transporte, uma compensação de transporte, mas nesses outros programas não fazem isso. Nesses davam 20 % a 30% acima do montante para compensar no transporte, mas nesses mais recentes não há.” (ent. 4)

“Neste momento estamos num trabalho, que é do MIT, estamos a fazer um pedaço de estrada.” (ent. 31)

As associações, têm conseguido algum fundo com execução de obras de construção civil, mas concretamente dos contratos-programa assinados com o Ministério da Agricultura. Porém num período anterior, época em que estava em Santo Antão o projecto PL480, foi o período em que associações tiveram maior fonte de rendimento, fundo esse que muitos, ainda hoje preservam.

“O que dava algum fundo as associações, era os trabalhos financiados pela ACDI, por exemplo, os diques que construimos nos deram algum fundo, ao construíres um dique já orçamentado consegues ter algum excedente.” (ent. 17)

“(…)por exemplo, ACDI financiava um projecto com um orçamento com uma margem alargado e ai sempre previam um excedente, só por exemplo, no primeiro ano conseguimos um excedente de mil e tal contos, embora foi num lugar difícil, esse foi empregue na construção de uma estrada.” (ent. 24)

O Ministério da Agricultura, apesar de ser um dos principais financiadores das associações, esses enfrentam grandes constrangimentos com esse financiador, que é o atraso no desbloqueamento das verbas dos contratos assinados.

“A nossa associação neste momento não tem fundo a vista, tendo em conta que executamos algumas obras com o nosso próprio fundo, agora estamos a espera que nos reembolsam, Ministério da Agricultura é um dos parceiros que estamos a espera.” (ent. 5)

“Estávamos fazendo uma estrada de acesso para um reservatório, mas esta parada. Agora vamos trabalhar terreno para rega gota a gota, com o Ministério da Agricultura. A estrada de acesso também era com o Ministério da Agricultura, mas não estão desbloqueando verba, está parada.” (ent. 32)

Os embaraços que esses atrasos causam as associações, que tem contratos assinados, são reconhecidos pelos próprios técnicos do Ministério.

“Há atrasos sim, principalmente de 2005/2006, que ainda não conseguimos resolver, com algumas associações, principalmente no Porto Novo. É mesmo programa do governo. Na altura foi criado o Programa Adicional de Emprego Público, é uma verba que não saiu do tesouro.” (ent. técnico do MADRRM)

Além de serem através deles que as ACD's estabelecem relação com os Ministérios, esses dois organismos, OADISA e FADEP, apoiam as associações em áreas como elaboração de projectos, que depois são encaminhados para os financiadores, e em contabilidade, áreas importantes para a sobrevivência das mesmas, e que muitas vezes, por falta de capacitação dos seus membros, têm de recorrer a esses organismos ou a pessoas particulares para os prestar esses serviços. Esses organismos dos quais as associações são sócios, em alguns casos fazem formações no sentido de capacitarem mais as associações, principalmente nessas duas áreas e em outras capaz de garantir capacidade organizacional.

“Continuamos sim (na OADISA), eles pelo menos dão apoio técnico, na elaboração de projectos, já tem mais experiência. Na contabilidade era mais pontual do que agora, FADEP não tem um contabilista.” (ent. 33)

“OADISA acompanha em termos de contabilidade, e seguimento, se pedirmos na OADISA sempre temos, agora CRP é diferente, está virado somente para o financiamento de PLPR, agora beneficiamos das actividades, por exemplo, quando dão formação.” (ent. 24)

Essas referidas instituições, apesar de serem financiadores indirectos das associações, pois são financiamento que vem do Governo, ajudam as associações a procurarem outros financiadores

para as suas actividades⁸⁷ e em casos pontuais apoiam em áreas diversas, como por exemplo, ficar de fiador de uma associação que pretende contrair um empréstimo numa instituição financeira.

- **Relação ACD's e CRP/PNLP**

Como já foi referido anteriormente, a Comissão Regional de Parceiro - CRP é o responsável para a implementação do PNLP a nível da ilha. A CRP tem como principal parceiro as associações, tanto é que uma comunidade, mesmo sendo ela muito pobre, só beneficiará do programa e dos financiamentos para diferentes intervenções, se esta estiver organizada. O sub-programa PLPR, assente numa política de desenvolvimento rural, reflecte um cenário de grande protagonismo destas organizações associativas tendo em conta o nível da dinamização e envolvimento das comunidades locais.

Segundo o relatório de actividades de 2008, nesse mesmo ano, fazia parte das estruturas da CRP 71 associações. Financiaram micro projectos de 23 associações dos três concelhos, no total de 10.569.251\$00. Sendo 7 do Paul em áreas como construção e reabilitação de habitação social e casa de banho, transporte escolar, aquisição de gado de raça melhorada e construção de reservatórios no valor de 5.246.208\$00. Com 10 associações de Ribeira Grande, a CRP financiou o montante de 3.355.713\$00 destinado exclusivamente ao transporte escolar e subsídio escolar para estudantes do ensino secundário que frequentam o Internato, por pertencerem a comunidades encravadas do concelho. Com ACD's de Porto Novo também só financiaram transporte escolar, no total de 1.967.330 à seis associações. Mas para esse relatório o montante de financiamento ficou a quem das expectativas uma vez que houve grandes atrasos no desbloqueamento das verbas, pelo que, só conseguiram realizar as suas actividades programadas a partir de Novembro de 2008.

A título de comparação, apresentamos no quadro seguinte que mostra os valores dos contratos assinados com as associações em cada concelhos de 2006 à 2008.

⁸⁷ Mais a frente poderemos ver um exemplo, o caso da relação entre as ACD's e a União Europeia.

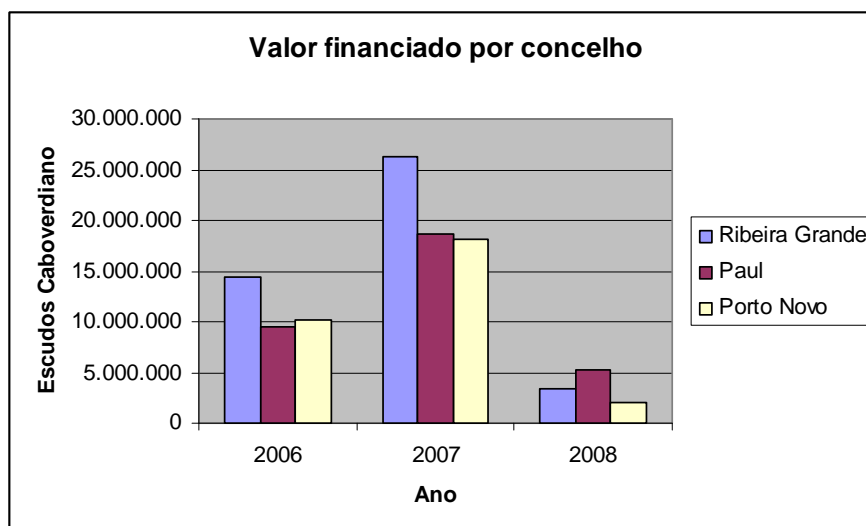
Quadro 14 – Montantes financiados as associações de 2006 à 2008

	2006		2007		2008	
	Associações	Valor	Associações	Valor	Associações	Valor
Ribeira Grande	14	14.474.486	17	26.265.475	10	3.355.713
Paul	10	9.464.319	10	18.631.470	7	5.246.208
Porto Novo	12	10.165.667	11	18.105.443	6	1.967.330
Total	36	34.104.472	38	63.002.388	23	10.569.251

Fonte: Relatórios de actividades da CRP

O quadro mostra um aumento do montante financiado em todos os concelhos, de 2006 à 2007, para no ano seguinte verificar uma acentuada quebra, quer do montante quer do número das associações que vinha assinando contrato, de 38 passou a 23 associações que assinaram contrato em 2008.

Gráfico 7



Fonte: Dados de pesquisa de terreno

O gráfico 8 mostra-nos, de forma mais perceptível essa quebra verificado em 2008. O aumento de 2006 para 2007 foi de 28.897.9164\$00 e a baixa de 2007 à 2008 foi de 52.433.137 escudos.

O programa, a nível local, procura fazer uma mobilização social das populações à volta de si mesmo. Assim sendo uma das medidas identificado no Documento Quadro do PNLN é reforçar, a capacidade da comunidade para que as populações participem em todas as etapas,

desde à identificação à execução e gestão das actividades, mas também, que assegurem a sua perenidade e uma forma de conseguir isso é através de organização comunitária.

Dai que, como já vimos, o PNLP vem estimulando e apoiando o associativismo comunitário, e consta dos seus programas, prestar assistência técnica e financeira às estruturas comunitárias existentes no sentido de poderem assumir o processo de desenvolvimento a nível local e a luta contra a pobreza e, também ajudar a capacitar os recursos humanos da comunidade em áreas importantes para o desenvolvimento local e comunitário.

“Do CRP temos tido apoio na área de formação e também na área de financiamento de projectos. No ano 2004/05 trabalhamos com PNLP na área de habitação social e saneamento, construção de casas de banho, depois fomos suspenso mas agora estamos de novo a trabalhar com CRP, somos beneficiários.” (ent. 4)

O PLPR define os seus grandes eixos de intervenção, e com base nisso, as ACD's elaboram projectos e candidatam a financiamento junto da CRP.

“Tem sido mais a área social. Tem financiado muito, já tivemos, junto com a PSGD, construímos um jardim no Segundo Povoado, reabilitamos um jardim no Terceiro Povoado. Junto com a CRP, já entregamos duas habitações de base, também recuperamos outras duas habitações. Ainda com PSGD fizemos sete casas de banho. (ent. 31)

Esse excerto aborda um aspecto que, a nosso ver, é pertinente esclarecer. O que já foi dito, da relação ACD's e CRP, são sobretudo forma de actuação e modalidade de financiamento mais frequentes a partir de 2005, período esse que só ficou em Santo Antão o PLPR, os outros dois programa dos PNLP, nomeadamente o PSGD e o PDSS findaram as suas actividades.

De 2001 a 2005 muitas outras áreas mereceram intervenção, de distinguir a infra-estruturação, com grande destaque para reservatórios para distribuição de água, tanto para agricultura como para consume domiciliário, construção de estruturas de ensino e de saúde, e construção de Centros Sócio-Comunitários em várias localidades.

A construção deste tipo de equipamentos visava directamente cobrir lacunas em diversas aéreas, de entre os quais se deve destacar:

- O funcionamento de serviços indispensáveis para garantir serviços e cuidados básicos a população (a nível de educação, saúde, entre outros);
- O estímulo ao convívio e a participação comunitária em espaços comuns, locais de formação/informação, como é o caso dos Centros Sócio-Comunitarios.

Em 2008 a CRP identificou como área de intervenção prioritária as AGR's, como forma de garantir auto-emprego e sustento do beneficiário e da família. Privilegiar em 2009 actividades nesse sector. E uma aposta forte tem sido no sector de formação e capacitação para o empreendedorismo.

Constata-se que, o Governo tem sido o maior financiador das actividades das ACD's, quer através dos fundos da Ajuda Norte Americana geridos pela ACIDI, projecto PL480, quer pelos contratos programas assinados com o MADRRM e com o MIT, através de programas de emergências, projectos de investimentos ou programas de emprego publico, ou ainda pelos financiamentos cedidos pelo PNLP.

- **Relação ACD's e Operação Esperança**

Um outro programa do Governo executado directamente pelas as associações é a **Operação Esperança**. Como já foi dito na primeira abordagem a esse programa, ela está direccionada para a área de recuperação de habitações degradadas, com o objectivo de proporcionar habitação condigna aos mais carenciados.

“Remodelação de habitações. Neste momento já fizemos uma primeira fase, de 166.000\$00 e estamos a espera da segunda tranche.” (ent. 18)

“Foi só reabilitação de pequenas coisas, da primeira vez foi 300 e tal contos, da segunda vez foi cento e noventa contos, conseguimos alarga-lo a mais famílias, construímos três pequenas habitações, contou bastante com a participação das famílias.” (ent. 23)

O estrato seguinte espelha a modalidade de trabalho desse mesmo programa junto das associações.

“Igualmente no programa operação esperança, fazes a identificação do beneficiário, fazes intervenções, apresentas justificativos fazem um primeiro desbloqueio de verbas, apareçam para fazer visitas e acompanham através de fotografias.” (ent. 4)

- **Relação ACD's e Câmara Municipais**

Para além das relações assumidas pelo Estado junto das associações locais, há que, seguidamente, apontar também o envolvimento das Câmaras Municipais. As Câmaras da ilha também têm sido parceiros e financiadores das actividades das associações em quase todas as áreas de intervenção das mesmas.

“Tem sido uma boa relação. Câmara tem sido uma parceira, porque temos assinados uns contratos com a Câmara, na altura de limpeza de estrada, é a traves de concurso mas já ganhamos concursos duas vezes para limpeza dessa estrada de Boca de Curral até Chã de Pedras. Já fizemos a Câmara também três habitações, mas nesses programas quase que não ganhas nada, porque nos executamos mas são eles mesmo que vêm fazer os pagamentos.” (ent. 4)

Em muitos casos as ajudas das autarquias são mais pontuais, através de serviços como cedência de viaturas para transporte de matérias para uma determinada construção, apoio na elaboração e seguimento de projectos arquitectónicos e de construção civil, transferência de terrenos para construção de edifícios para funcionamento de associações, de entre outros.

Ao que se mostrou até aqui, pode-se afirmar, que muitas das associações não tem como sustentar, e a dificuldade maior é conseguir uma sede própria, pelo que em algumas comunidades, parte dos Centros Socio-comunitários são cedidos pelas Câmaras para o funcionamento das associações. Nesse sentido, as associações aparecem aqui também como parceiras das Câmaras na gestão de equipamento social, como é o caso do Centro Socio-Comunitário de Sinagoga que é gerida pela associação comunitária, que matem ali a funcionar uma tele-centro.

Além do Governo, e das câmaras municipais, através desses referidos programas, as ACD's têm conseguido financiamento para certas actividades de outros parceiros, como as Embaixadas, ONG's Internacionais, União Europeia, entre outras instituições.

- **Relação ACD's e outros financiadores**

- **ICASE**

O Instituto Cabo-verdiano de Apoio Social e Escolar foi pensado para apoiar as crianças mais carenciadas para o acesso a educação. Apoiam em termos de fornecimento de materiais escolares, nas cantinas escolares, no pagamento das propinas e nos transportes escolares, áreas essas que também as associações são sensíveis.

O ICASE através de parcerias vem pondo em pratica essa sua missão, sendo um desses parceiros as associações comunitárias:

“Não podemos fazer sozinhos, procuramos parceiros, nesse momento contamos com parceria de ICASE, Câmara e CRP.” (ent. 39)

- **Plataforma das ONG's**

A Plataforma das ONG's uma organização da carácter nacional, tem como missão a promoção, acessória, assistência técnica, formação, mobilização de parceiros e financiamento das ONG's, ou seja, dotar as suas associadas de condições para consolidação da sua autonomia e sustentabilidade.

A participação da Plataforma das ONG's, junto das associações comunitária, tem sido mais na área de reforço institucional das ACD's, um dos principais objectivos é capacita-las para que possam andar com os seus próprios pés, isso através de acções de formação, assistência técnica, fornecimento de equipamentos para as suas sedes, nomeadamente equipamentos informáticos. Sobre esse aspecto vejamos os seguintes extratos:

“Na área de formação. Já fomos participar em algumas acções de formação na Praia e em São Vicente. Também já metemos algumas fichas de projectos para ver se é possível algum financiamento.” (ent. 4)

“Sim, a nossa associação nesse momento é a antena da plataforma no Paul, fomos escolhidos, já tivemos algumas actividades com a Plataforma. Construámos uns mobiliares para o jardim, financiado pela Plataforma, e enviamos outros projectos, mas não há nada de concreto ainda.” (ent. 25)

o **Embaixadas e outros Organismos Internacionais**

As políticas dos governos tem sido quase todos financiados pela cooperação internacional, porém, os financiamentos externos não chega ao país somente através dos acordos bilaterais mas sim através de ONG's internacionais, consulados e embaixadas presentes no país.

Como já foi referido a **Bornefondem** é um exemplo de um organismo internacional a actuar em Cabo Verde. Também um dos importantes financiadores das actividades das ACD's, é identificada pelos informantes como uma das principais parceiras em áreas como habitação social, saneamento, educação e formação e AGR, para as famílias.

“Com apoio da Bornefondem construámos 50 pocilgas (...). Tem sido um parceiro imprescindível desde o seu início, principalmente no melhoramento de condições de vida, de condições habitacionais e saneamento. Também no apoio escolar. Ainda estamos a construir duas habitações sociais.” (ent. 40)

Também já construámos junto com a Bornefondem uma sala de aula, um refeitório, uma sala de professores e melhoramos uma casa de banho na escola de Tanque. (ent. 6)

A União Europeia, é outro organismo que trabalha com as associações, mas nesse caso, de forma um pouco diferente, chegam as mesmas através da OADISA e da AmiPaul. O apoio da União Europeia é sobretudo para actividades geradoras de rendimento, e nos últimos anos a aposta é nos centros de transformação de produtos agrícolas, mais direccionadas para as mulheres mais carenciadas das comunidades.

“União Europeia financiou uns currais comunitários que é para cabras, objectivo é incentivar as pessoas a fazerem o que fazíamos antigamente, todos tinham, uma cabra que ajudava a comprar os materiais escolares dos filhos, e não só.” (ent. 17)

*“Conseguimos com **União Europeia**, um bom material, todo o equipamento para transformação e também a formação daquelas mulheres. Neste momento já temos um espaço e com apoio da Bornefundem com um material para panificação, isso quer dizer que vamos produzir doces e licores e também vamos produzir pão.” (ent. 23)*

As **embaixadas** são outras instituições que através das associações aparecem apoiando o processo de desenvolvimento local e luta contra a pobreza. Ao longo dos anos têm estabelecidos acordos directos com as associações comunitárias, financiando actividades diversas, como nos mostra os parágrafos seguintes.

“Temos intervindo a nível ambiental, onde fazemos campanha de limpeza, conseguimos colocar contentores, junto com a Embaixada dos EUA, o projecto incluía rede de esgoto e fossa comunitária, toda a comunidade tem cobertura de rede de esgoto, foi aqui que ganhamos um premio, a máquina de gelo foi um premio que ganhamos na embaixada. Ganhamos o premio e endereçamos para a pesca pensando que assim poderíamos ajudar as famílias, (...).” (ent. 38)

“Com a cooperação francesa nós fomos ter com eles, temos um protocolo assinado a vários anos, já uns anos marcamos uma audiência e falamos com o embaixador, três meses depois ele veio a Ribeirão e a parti daquilo criamos laços de amizade. Também hoje temos protocolo com a embaixada da América, com o mesmo sistema, procuramos, convidamos a embaixadora para vir cá. Ami-Ribeirão sai a procura de parceiros.” (ent. 40)

Como se pode ver as relações são estabelecidas muitas vezes de forma informal, através de conhecimentos pessoais ou então as mesmas associações saem a procura de financiadores para as suas actividades e batem a porta das embaixadas. Questionados sobre como conseguiram estabelecer os acordos, ou como conseguiram os financiamentos, escutamos o seguinte:

“Tínhamos um sócio que tinha conhecimento com o embaixador, ele trouxe o embaixador para Lombo Branco para fazer uma visita. Mostramos um projecto que tínhamos, achou que era viável e financiou-o, que era um depósito de captação de água das chuvas. Isso foi financiado numa primeira fase, na segunda fase entrou outro embaixador que achou que não era viável e nem financiou a segunda fase, fizemos outros projectos e enviamos mas... com a mudança de embaixador o nosso relacionamento não teve continuidade.” (ent.5)

“O meu colega enviou o projecto directamente, depois uma das senhoras deslocou cá para ter um encontro connosco, corrigimos o que estava em falta no projecto. Financiaram, vieram visitar e já assinamos fim de contrato, junto com o cônsul. E agora nos sugeriram outro projecto, só que o outro projecto que sugeriram tem mais dificuldade em faze-lo devido o facto de ser de fumagem de peixe e é preciso um espaço e isso, não temos, e eles dizerem que não financiam edifício.” (ent. 11)

o **Comunidade emigrada**

Junto a comunidade imigrada, tem sido um outro lugar onde as ACD's vão a procura de recursos para as suas actividades. Os seus contributos são encaminhados para áreas como educação, saúde, habitação e saneamento. Sobre isso, um dos nosso entrevistados afirma que:

“(...) Temos feito possíveis também juntos dos emigrantes que já enviaram coisas para o hospital, alguns medicamentos. (...) Também na educação, no final do ano, distribuímos muitos materiais escolares que enviaram.” (ent. 31)

Os emigrantes conseguem isso de forma isolada ou organizada. Existe organização de emigrantes que além de financiarem directamente, também procuraram financiadores nos países de acolhimento.

“Neste momento temos um projecto interessante de 30 computadores que esta quase a chegar, financiado por um banco na Itália, onde pensamos equipar uma sala de informática para começar a dar aulas de informática e o resto será distribuído as outras escolas. (...) Foi através que uma emigrante cá da comunidade, uma senhora

cujo marido trabalha nesse banco, numa conversa, ele nos disse que o banco financiava projectos desse tipo mas tinha de ser com alguma envergadura. Não tinha de ser dez computadores, tinha de ser um projecto grande. Chegamos a um entendimento onde são 30 computadores com 30 impressoras. Depois de implementado virão ver o resultado do projecto e depois daí tentaremos novas parcerias.” (ent. 25)

“Financiamento para habitação social é através de uma organização não governamental Holandesa, que os financiou, mas através de uma outra organização que é Amigos de Lagoa em Roterdão, eles é que arranjam financiadores lá, depois vem e conjuntamente com Câmara executamos. Câmara faz a fiscalização das obras, nós executamos mas o dinheiro vem directamente para a nossa conta.” (ent. 13)

A forma de conseguir esse tipo de financiamento, como se vê nos dois parágrafos é mais informal, sobretudo baseia nos conhecimentos pessoais dos emigrantes.

Com base no atrás exposto, podemos afirmar que, os fundos das associações, são do pouco das quotas arrecadadas, e dos excedentes que conseguem através de assinaturas de projectos com o Governo ou outros organismos, para execução de obra.

“Não podemos falar da cota dos sócios, porque cem escudos por mês é insignificante tendo em conta os nossos projectos, nosso financiamento tem vindo do governo de Cabo Verde, (...) então nosso fundo é de obras que executamos e excedentes que conseguimos das obras.” (ent. 6)

Constata-se que, o que as associações têm conseguido fazer até então, e com recurso que vem de fora, uma vez que internamente, pouco ou quase nada podem gerar. Assim sendo, esse excedente conseguido, destina-se sobretudo, para garantir o funcionamento da associação e para as actividades de caris social, presentes nos seus planos de actividade. Os custos de funcionamento, para as associações que já possuem uma sede, são com renda, luz, água, telefone, gastos de secretaria e representação da associação.

Ainda ao que toca a essa relação com esses financiadores, há dois aspectos que gostaríamos de destacar, a atribuição de subsídios introduzido pela ACDI e a dependência das obras adjudicadas, como meio de obter recursos.

Um outro elemento que vem pesando muito no custo de funcionamento de algumas associações é a atribuição de subsídios aos dirigentes. Uma pratica adoptada por algumas associações, sobretudo as que inicialmente trabalharam com financiamento da ACDI⁸⁸.

“Isso é uma contrariedade. Temos vindo a fazer de seguinte forma, a medida que vamos assinando projecto vamos atribuindo gratificação. É para presidente e contabilista. É uma coisa que temos vindo a tentar eliminar. Intenção é eliminar, porque é muita despesa e não temos nenhuma fonte de rendimento.” (ent. 33)

O trabalho das ACD's tem base no voluntariado, contudo a ACDI, veio introduzir a modalidade de gratificações para o presidente da associação e para o tesoureiro ou contabilista. Essa era uma exigência da ACDI, para as associações que assinavam contratos, isto é, quando a associação estivesse a trabalhar com financiamento da mesma. Segundo conseguimos constatar era que esses pudessem prestar um trabalho de qualidade, para que não tivesse nenhuma irregularidade.

“ACDI na altura publicou um manual operacional, que servia de guia de orientação para associações, onde colocavam essa questão. Para evitar que cada associação ditasse a sua gratificação então estabeleceram uma regra de quem teria gratificação, presidente, secretário, contabilista e tesoureiro, isso porque, o presidente tem necessidade de fazer algumas deslocações, muitas vezes usando os meios próprios, o contabilista, por ser um trabalho que exigem uma certa responsabilidade e tesoureiro

⁸⁸ Relembramos que a ACDI iniciou as actividades em Santo Antão numa altura que existia um número reduzido de associações, onde foi possível executar grandes projectos e conseguiram arrecadar bons fundos. Se não, vejamos: *“Somos membros da direcção da OADISA e membro da mesa de CRP, e sempre temos vindo a debater nessa tecla, há muitas associações que vão fechar as portas, principalmente com a saída da ACDI, porque ACDI dava grande ajuda para associações e mesmo o sue modelo favorecia e os seus projecto dava margem para tornares num instituição sustentável, o que aconteceu é que muitos pensava que continuaria assim, e não fizeram uso dos recursos que conseguira da ACDI, alguns fizeram ma gestão dele e essas associações estão a passar serias dificuldades. As muitas associações que desde a saída da ACDI já trabalharam com 200 contos do Programa de Investimento num ano, o que lhes cria mais problemas porque esses programas passam muito tempo sem pagar. Há muitos que já existem só no nome, já não fazem assembleia como diz o estatuto e se não for tomado alguma medida muitas irão fechar as portas.”* (ent. 24)

por ter responsabilidade de dinheiro e secretario porque tem de tratar de toda a documentação da associação. Acontece é que cada um tem vindo a fazer a sua gestão da sua maneira. Mas também depende da sensibilidade das associações, se uma associação não esta fazendo nenhuma actividade, nenhuma obra, não é de bom-tom ter gratificação, porque são para contactos. Há casos de pessoas a receber gratificação sem estarem a fazer nada na associação, o que não é normal, tem de ter capacidade de procurar meios.” (técnico do MADRRM)

Em alguns casos vem funcionando de forma regular, mesmo após o término dos programas com ACIDI, o que vem criando um grande peso as associações, que por meio próprios, não podem garantir esses subsídios. Essa forma de actuação cria uma grande dependência, pode levar que as pessoas possam concorrer aos cargos dos órgãos sociais só por causa dos subsídios, e quando a mesmas não tiver como sustentar isso, correm o risco de abandonar essas actividades.

“É algo que ficou estipulado, e quando tiver condições. Por exemplo desde Março ainda não trabalhamos. Por exemplo eu recebo a gratificação mas quando tenho de deslocar o que eu gastar não é repostado pela associação, tudo o que gasto é do meu bolso.” (ent.15)

Há que realçar todo o trabalho até então realizado na base do voluntariado, que em muitos casos, mesmo sendo gratuito, apresenta resultados positivos. O que se pode notar é que muitas associações, concentraram-se as suas atenções nesses excedentes, conseguido através das obras, tornando-se meras executoras de obras do Estado, das Câmaras ou de outros organismos. O excerto seguinte traduz isso:

“Em princípio, associações estão a entrar noutra contexto, porque associação arrancou num contexto e agora atingiu outro. Um deles é o seguinte, agora temos de concorrer para obras, publicas ou privadas, em principio as associações terão de ter um certificado para concorrer, em cada programa vai o máximo seis mil contos, isso não te impede de concorrer a vários programas, mas tens de estar preparado para concorrer, ai sim, podes ganhar nas obras a começar a ter sustentabilidade.” (ent. 24)

Com base nessa viragem para execução de obras, algumas associações transformaram em meros empreiteiros. Questionados sobre esse aspecto, as respostas ronda a volta disso:

“Foi um defeito que todos nós adquirimos, nós quando criamos Ami-Ribeirão não pensamos que viríamos ser empreiteiros, criamos com ideia de ser um parceiro activo de desenvolvimento, (...), nunca com ideia que iríamos assinar contratos para construir um dique, nos estamos cá para mobilizar recursos, agora, tivemos essa grande oportunidade de executar obras, isso incutiu na cabeça de muitos e alguns políticos que associações são executores, não é nada disso. Se fores ver, nenhuma associação nos seus objectivos não tinha uma letra que diz «e executar», era algo que estava fora das nossas cabeças, agora já é necessário ter essa alínea. Eu também não acho que uma associação deve ser avaliada pelas obras executadas, muitas executam obras e pouco ou nada fazem para a comunidade.” (ent. 40)

Tivemos oportunidade de participar em encontros, assembleias, onde essa problemática vinha de cima. Em certos encontros as associações falam só de obras, em algumas assembleias onde assistimos apresentação de relatório de actividades que constava somente execução de obras financiados por terceiros.

Porém, nem sempre executam as obras de olhos posto nos lucros, fazem-na porque é a comunidade a ganhar com a obra, mesmo que as associações não tenham excedente. O parágrafo seguinte é exemplificativo disso.

“Também há obras que tem de ser feita por associações, há obras que nenhuma empresa irá concorrer, por exemplo, se tens um dique no interior de Caibros, empresa nenhum vai concorrer, porque não terá lucro, enquanto associação, por uma questão, quere-lo feito e sabendo que vai produzir salários, fá-lo independentemente se vai tirar lucro ou não. Por isso, que para mim é um agente fundamental para o desenvolvimento dessa ilha, e como eu disse, temos de ter muita cautela para gerir com transparência.” (ent. 24)

Um cenário diferente vem-se desenhando onde que, para qualquer obra, mesmo os do Estado, que antes era adjudicada a uma associação sem muitas exigências, e onde se podia conseguir algum lucro, hoje é exigida concurso público, onde se associação quiser concorrer vai ter de

faze-lo em pé de igualdade com as empresas do ramo. Exigindo nesse caso alvará de construção civil o que muitos não conseguirão adquirir.

Perante mais essa dificuldade, não havendo autonomia financeira, muito pelo contrário, regista-se uma forte dependência do Estado, com a saída de Cabo Verde de alguns financiadores, com o término de alguns programas, como por exemplo o PNL, a sustentabilidade financeira das associações, sem os referidos financiadores, está posta em causa. E muitos dos intervenientes afirmam mesmo que sem financiamento as associações não terão pés para andar.

“As associações são criadas por essas instituições, MAA, CRP e Câmara, foram criadas com essa ideia, de trazer alguma coisa para a comunidade. Mas se essas instituições deixarem essas parcerias, que não é o caso, eu acho que o sistema acabaria, mas há associações que são acabados por si, praticamente não fazem nada, quando aparece um projecto assinam o contrato e quando termina não fazem nada, não fazem projectos, não procuram parceiros.” (ent. 31)

“Terminando esses programas será um bocadinho difícil para vida das associações e particularmente para a minha também, porque neste momento há muitas associações, com muitos projectos, o bolo tem de ser partido e logo ele será pouco. Antes éramos poucas associações, por exemplo se éramos 4 o bolo era dividido por 4 agora suponhamos que agora somos 40, um bolo dividido por 40 sairá pouco.” (ent. 5)

Todavia, encontramos opiniões mais positivas, pessoas que vêem a continuidade dependente da vontade dos associados, das lideranças, da dinâmica de cada associação, na capacitação das associações, do trabalho desenvolvido e de viverem mesmo o espírito do associativismo.

“Depende da direcção e dos sócios, se os sócios quiserem, mesmo com pouco recursos a associação avançar ela avança, por exemplo, se tens um espaço próprio, não tens renda para pagar, tendo uma sede comunitária, a nossa ideia e fazer uma base com salas de reuniões, conferência, e fazer apartamentos nos pisos de cima, para aluguer, se conseguirmos fazer esse projecto, associação não acaba nunca, terá um fundo constante. Nosso objectivo é ter um fundo da associação.” (ent. 11)

Acreditam que financiadores não faltarão, podem sim sair alguns, mas de certeza que novos surgirão. Têm sim de ir a procura de parceiros, não esperando apenas pela boa vontade política do Governo.

“É difícil, agora o que temos de fazer é procurar outras fontes de financiamento, possíveis fontes de financiamento, temos organizações internacionais, ONG's, há organismos lá fora, que preferem financiar associações e não câmara e governo, aí é uma oportunidade que temos para beneficiar de projectos, e também criar, não sei se pequenas empresas comunitárias, mas aí ficamos com um pé atrás, tivemos as cooperativas de consume, que era um tipo de associação económica, que produzia riqueza que com o tempo acabaram por desaparecer por causa de má gestão.” (ent. 24)

“Associações conseguem algum fundo a partir de obras executadas, e se uma associação não se executa obras está a correr risco de falir, mas nós estamos com esperança que aparecerá mais projectos, por exemplo, neste momento junto com os parceiros, CRP, Plataforma das ONG's, FADEP, eles procuram parceiros nacionais e internacionais, onde aparece financiamento sempre de projectos que dá sustentabilidade que dá garantia a associações, porque associação só poderá avançar com os parceiros, porque só de quota é impossível.” (ent. 11)

Essa forte dependência dos financiadores trás um outro problema as associações. Os grupos da sociedade civil que dependem da bondade do Estado ou de outras instituições, para a obtenção recursos, normalmente, têm que se submeter a regras por ele determinadas, regras estas que, obviamente, restringem a actuação destes grupos apenas às áreas de operação que o Estado se sente confortável em delegar-lhes ou que os outros organismos identificam que devem ser as suas áreas de actuação.

O ponto de partida das acções de desenvolvimento, isto é, a vontade de auto desenvolvimento deve caber aos destinatários dessas mesmas acções de desenvolvimento. Contudo acontece algumas vezes definirem actividades sem contar com as comunidades, o MADRRM é um caso, que muitas vezes decide a actividade, a localidade e só depois procura a associação para executar, actividades que não fazem parte dos planos de actividades das mesmas.

Associados aos problemas de gestão dessas organizações, a diversificação de fontes de recursos, mesmo sendo uma necessidade, trás também uma série de desvantagens, como aceitar doações que não são necessárias quando precisam de bens prioritários; terem que adaptar sua actuação às exigências do parceiro, que nem sempre conhece as necessidades da população-alvo e o modo mais eficaz de atendê-las; empregar formas de atender as expectativas dos parceiros, entre outros problemas.

O extracto seguinte, fala-nos de como essa dependência, em alguns casos tem contribuído para construção de infra-estruturas que são autênticos “elefantes brancos” nas comunidades, embora hoje com menos frequência que no passado.

“Em 1998, a UNICEF financiou três chafarizes, discutimos com UNICEF, na altura, que não queríamos chafarizes, então disseram que se não quiséssemos o financiamento então tirariam de Ribeirão, na altura, não tínhamos poder de executar, executaram eles mesmo, no dia da inauguração eu lhes disse que dentro de 45 dias fecharíamos todos esses chafarizes, disse isso porque tínhamos algum dinheiro e logo compramos materiais para fazer ligação de água na rede domiciliária e nos 45 dias convidei o presidente da Câmara para vir abrir as torneiras, inauguramos água nos domicílios. Os chafarizes ficaram abandonados, foi um dinheiro mal utilizado porque não nos ouviram, para isso que as associações foram criadas, para negociar com instituições o que é o melhor que servira a comunidade, é esse o papel.” (ent. 40)

E um risco que isso pode trazer é o facto de poder transformar essas associações em meros executores das agendas dos doadores, sobretudo as estrangeiras. E nesses casos, uma das lacunas e deficiências que assolam a vida associativa são promovidas pela existência de uma obrigação de concordância com as condicionalidades dos doadores que conduzem a ajuda internacional e os fundos governamentais. E as que não seguirem essa concordância são meramente ignoradas ou excluídas por não estarem harmonizadas com as exigências formais dos doadores, que passam a considerá-las como não essenciais para os seus objectivos de desenvolvimento.

c) Auto – sustentabilidade

O ponto anterior danos a ideia de como é que as associações vêm conseguindo realizar as suas actividades, isto é, de onde sai financiamento para por em prática os seus objectivos. Um outro aspecto abordado foi a auto-sustentabilidade das mesmas. Entendida aqui como a capacidade de uma organização gerar, por meio de suas próprias actividades, os recursos necessárias para garantir o financiamento de todos os seus programas e projectos, isso significaria uma não dependência de terceiros.

Existe algumas associações que pensando na própria auto-sustentabilidade, já fizeram alguns investimentos possíveis de dar algum lucro, muitas são aqueles que vejam os seus futuros passar por AGR's. Exemplos disso são casos de associações que já possuem alguma actividade, como um comércio, um transporte de aluguer, tele-centros, exploração de património, etc.

“Estamos a preparar uma proposta para adquirir uma viatura Dina, não só para transporte do nosso material, estamos a pensar em apostar agora em AGR, porque só assim conseguiremos continuar estável como estamos.” (ent. 25)

“Pode ser difícil mas não impossível, nós, por exemplo, temos cá a loja, o nosso objectivo é melhora-la as condições e faze-la aumentar mais, como no caso de transformação de produtos, mesmo que esteja directamente ligado ao grupo de mulheres, mas também esta ligado a associação, estamos a pensar em adquirir uma maquina universal para formar um grupo de jovens em carpintaria, vai ser financiado pela CRP, de modo que podemos dar emprego para 4 ou 6 pessoas, há que ter luta continua para ter como sustentar associação, e se todos os sócios assumirem as suas responsabilidades de quotas vamos conseguindo lutar, mesmo que não haja financiamento, é uma luta contínua.” (ent. 23)

Estamos certos que a actividade fim dessas organizações não é, e não podem ser, de produção de bens para serem comercializados, o que não impede-as de desenvolverem esse tipo de actividade como meio, ou seja, como forma de gerar recursos para a execução de suas políticas sociais.

4.5.2. - Sustentabilidade Técnica

Esse cenário de carência de financiamento vem juntar a outras dificuldades que as associações hoje vêm enfrentando, que é a questão de organização interna. De modo geral, são marcadas por uma carência de recursos técnicos que repercute no sistema organizacional das mesmas, caracterizadas por uma organização interna débil.

“As vezes fico preocupado com essa situação, neste momento não está surgindo mais associações. O que se vê é alguns com algum recuo, muitas comunidades com boas associações hoje estão, passo o termo, em queda, primeiro há um crise de liderança, onde muitas pessoas nas comunidades não querem assumir e depois outros fogem de responsabilidade, outros vêm os cenários que estão sendo desenhado em termos de financiamentos, então pessoas não querem muito assumir. E a outra questão que as vezes têm levado muitas associações a estarem em queda, por causa de muito tempo com mesmo presidente no poder, não há uma renovação de órgãos, e um outro é a questão de própria capacidade da associação em envolver os seus membros na vida da associação. Se formos ver, há, determinadas associações que sempre vejas as mesmas pessoas nos encontros e há outros que se o presidente não tem tempo, ninguém mais aparece.” (Ent. ao técnico do MAA)

Esse extracto é bastante elucidativo, dessa problemática de organização, ao longo desse estudo, deparamos com caso de associações com dirigentes a mais de 10 anos a frente das mesmas, o mais grave é que alguns com mandatos expirados a vários anos e ainda sem data para renovação dos órgãos ou para realização de eleições. Duas razões explicam esse acto, a primeira porque alguns dirigentes querem permanecer na liderança, uma outra os mesmos são quase que obrigados a permanecer quando não aparece outras pessoas para assumir a liderança da associação. Isso irá trazer um conjunto de problemas, uma vez que a associação acaba por apresentar uma estrutura organizativa débil, onde muitas vezes, a associação funciona quase só com o presidente do conselho directivo.

“(…), mas na verdade, as associações estão com necessidade de organizarem, precisam de uma fiscalização mais cerrado, no que toca aos bens. Há muitas associações que resume ao presidente, não fazem assembleia, o pessoal não diz nada, não questionam, desde que apareça um dia de trabalho não importam com a vida da

associação, e quando acontece algo vai ao ponto de acabar com a associação, foi o que aconteceu com a nossa.” (ent. 31)

Vários são os problemas ligados a organização, por exemplo, muitas tem pessoas nos órgãos com muito poucas instruções⁸⁹, espelhando o que existe na comunidades, ou seja a comunidade não possuiu recursos humanos com alguma qualificação, para melhor servir a associação, muitas vezes, dada a pobreza da comunidade, principalmente as mais isoladas. Essas têm alguma carência em aspectos como elaboração de projectos, contabilidade, apresentação de contas e justificativos de despesas perante os financiadores, acesso a informação, procura de parceiros e possíveis financiadores, de um modo geral carência de gestão. E isso em alguns casos leva com que gastem um pouco dos seus recursos financeiro para custear esses serviços. Porém existe casos, em que há recursos na comunidade mas esses não querem assumir, como mostra os seguintes extracto:

“As vezes temos certas dificuldades de ter recursos humanos, pelos menos com um certo equilíbrio com um certo nível para desempenhar certas funções, por exemplo temos associações aqui na cidade que tem muitos quadros mas não estão interessados em liderar.” (ent. 9)

“Precisamos de uma associação capaz de elaborar um projecto e ir a procura de financiamento na União Europeia, capaz de ir negociar um projecto com outras instituições, também porque muitos de nós ainda não temos competência técnica para lá chegar e sem competência técnica ninguém avance. Agora enquanto não conseguirmos trazer licenciados, doutorados, técnicos para o associativismo não conseguiremos lá chegar. (ent. 6)

Não existe ainda nessas organizações nenhum tipo de profissionalização, não conseguem por si só garantir o salário de um funcionário, que faça o serviço administrativo, a tempo inteiro, como já vimos, alguns, atribuem subsídios aos dirigentes ou há algum outro colaborador, mas em regime de *part time*. Um caso de excepção, é a Associação Dragoeiro, que mantém, um grupo de funcionários, uma vez que tem a seu cargo um centro dia para idosos e um jardim-de-infância, essas actividades, bem como o salário dessas pessoas é garantido pela

⁸⁹ encontramos casos de lideres com 4ª classe, nem sequer o nível de escolaridade obrigatória,

Cooperação Portuguesa, através de um acordo Assinado entre o Ministério da Solidariedade Social de Portugal e o Ministério de Trabalho, Formação Profissional e Solidariedade Social de Cabo Verde.

Outro aspecto que dificulta as actividades das ACD's é a falta de espaço físico, muitos não possuem uma sede, onde possa funcionar os seus serviços administrativos. Não ter um espaço físico para funcionamento cria grandes constrangimentos, como, por exemplo, os documentos das associações estão nas residências dos dirigentes, segundo um dos nossos entrevistados, o facto de não terem uma sede dificulta até no pagamento das quotas, pois muitas vezes têm de deslocar a casa do tesoureiro para fazer o pagamento.

A organização administrativa resulta, na maioria dos casos, na existência de um serviço mínimo de registo e arquivo, feita pelos dirigentes e guardados nas residências dos mesmos. A organização técnica é concebida em função de programas e projectos, por isso não tem um carácter orgânico e permanente. A organização administrativa continua sendo uma das partes mais frágeis do funcionamento das ACD.

4.5.3 - Sustentabilidade Política

Apesar de susterem a ideia de que a associação é o elo entre o Governo, outras instituições e a comunidade, pode-se dizer que existe uma fraca capacidade de influenciar as políticas públicas que, em muitos casos, são desenhados e só depois procuram as associações para os executar. Embora já se verifica uma tenra participação em encontros para discutir políticas sociais, sobretudo a partir das organizações chapéus, como ODISA e FADEP, e ainda através do CRP que é maioritariamente constituída por ACD's, e já com alguma capacidade de estar junto de parceiro como o Estado.

A fraca capacidade institucional, a carência de recursos técnicos, influencia e muito a sustentabilidade política, uma aposta forte nos recursos humanos poderá fortalecer a sustentabilidade política, pois assim, estarão dotados de capacidade de negociar com Governo, de dialogar com parceiros nacionais e internacionais, ao ponto de poderem influenciar na definição de políticas sociais.

Pelo exposto, a garantia da sustentabilidade será consequência de um processo de fortalecimento institucional. Os mesmos estão conscientes da problemática de sustentabilidade. Ela deve ser pensada por todos os actores intervenientes no processo de desenvolvimento local e luta contra a pobreza, como nos mostra esses entrevistado:

“Sustentabilidade das associações é um problema que deve ter análise de todos os actores, público, privado e da sociedade civil. Se nós pensarmos que cada localidade deve posicionar diante dos desafios do milénio, então haverá muitas associações como já existem, por exemplo a CRP já tem mais de 80 associações. O grande desafio é de capacitação dessas instituições locais, e deve ser vista de uma forma objectiva e de uma forma positiva, mas não esquecer que para ela se manter no tempo, ela deverá rejuvenescer-se, deverá reestruturar-se, deverá investir neste sentido, portanto tem de ter investimentos bem calculados. Não é só vontade de participar é que vai conseguir trabalho útil, tem que ter também sistemas e meios, e tem de ter formas próprias para orientar essa participação. Eu acho que as associações não devem ser meras executoras dessas ou daquelas agências. As associações devem promover a cultura, devem promover a cidadania, devem promover o desenvolvimento. Estar como uma simples empresa de execução não é só isto a finalidade das associações.” (ent. Técnico CRP)

Em suma, este capítulo teve como objectivo mostrar o contributo das ACD's, as suas dinâmicas, as formas como pensam o desenvolvimento e de onde tirar recursos para atingir esse almejado desenvolvimento. Permite ainda ver até que ponto se pode falar numa sustentabilidade das associações comunitárias na ilha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A situação como esta agora, me parece que futuramente nem todos vão continuar, porque é preciso recursos, e lideranças fortes. (ent.8)

Este último ponto de considerações gerais consiste na síntese da informação analisada, e da linha de argumentação que conduziu esta dissertação.

O desenvolvimento de Cabo Verde tem sido marcado, nas últimas décadas, por avanços e recuos resultantes da vulnerabilidade económica do país, da sua pobreza em termos de recursos naturais, de uma fraca base produtiva e de uma forte dependência em relação aos fluxos financeiros externos. A sua população, normalmente considerada como sendo o principal recurso, apresenta ainda um baixo nível de qualificação técnica e profissional. Não obstante tais condicionalismos, Cabo Verde tem conhecido, em alguns domínios, avanços significativos designadamente nos sectores da educação, saúde, infra-estruturação, democratização e participação política dos cidadãos, e o associativismo tem tido um papel importante nesses resultados.

Com esta investigação, pretendeu-se abordar, por um lado, a dinâmica do associativismo em Santo Antão e o seu contributo no processo de desenvolvimento local, por outro lado, ver até que ponto as Associações Comunitárias de Desenvolvimento estão dependentes de financiamento de outras instituições para por em pratica os seus objectivos.

Iniciou por ver as contribuições teóricas que servem de base a esse trabalho, e como tal podemos dizer que o conceito de desenvolvimento sofreu inúmeras alterações e adquiriu diferentes significados, formas e utilidades, que resultaram da influência de um vasto conjunto de factores, entre os quais as mudanças no sistema económico a nível mundial, o aumento do fosso entre países do norte e do sul, a problemática da pobreza mundial, as desigualdades sociais a escala mundial. E como tal, diversos autores vem escrevem sobre esse assunto, e o conceito vem ganhando definições específicos, segundo interesse teóricos e políticos, como os de: desenvolvimento sustentável, desenvolvimento local, desenvolvimento

participativo, desenvolvimento humano, desenvolvimento social, desenvolvimento integrado, desenvolvimento comunitário, entre outros.

Centrado nos conceitos de Desenvolvimento local e Associativismo, constatamos que o desenvolvimento local se faz com um envolvimento de todos, onde cada um tem um papel importante a desempenhar junto a sua comunidade, e para isso o associativismo comunitário é de grande valia. Uma vez que as associações são, pela sua natureza, organizações capazes de motivar os seus membros a realizar acções que podem criar riquezas, combater a degradação do meio ambiente, elevar o nível escolar, criar espaços de diálogo e de lazer, evitar a exclusão social, etc.

A promoção e desenvolvimento do tecido associativo são cruciais para que o Desenvolvimento Local seja uma realidade, pois é através da participação consciente e activa das populações na resolução dos seus problemas, que se pode chegar a situação de erradicação da pobreza. Pelos esclarecimentos feitos anteriormente podemos inferir, de que todos estão certos que, hoje, não se pode fazer coisas para as pessoas mas sim fazer coisas com as pessoas. Mas é crucial que os cidadãos intervenham, questionem e participem nos processos de mudança, de forma a responsabilizarem-se de igual medida nas acções e nas consequências destas acções, de forma que o desenvolvimento seja um processo que se constrói com as pessoas.

Com motivações de diversas ordens, podemos dizer que o associativismo evolui na ilha segundo fases, verificando uma expansão a partir de 2000, e actualmente encontramos num momento de queda, dada a uma mudança que vem verificando nos processos de financiamentos e dada a saída do país de alguns financiadores externos, mentores, até certa medida dessa explosão. cremos, pelos dados que temos, que após uma fase de crescimento, o movimento se estabilizou e passou-se a uma nova fase, mais de consolidação e quiçá de desaparecimento também de algumas iniciativas.

Com objectivos idênticos, é de realçar a importância que as mesmas assumem junto das comunidades. O seu contributo no processo de desenvolvimento é notório, e reconhecido pela Sociedade Civil, pelo Estado e mesmos pelas instituições internacionais. Esse contributo deve-se ao facto de estarem mais próximo dos problemas, com elas é mais eficaz o processo de identificação das necessidades, sua priorização e implementação, e segundo conseguimos

constatar que a execução de projectos, que eram autênticos “elefantes brancos” para as comunidades, reduziu com o surgimento das ACD's, pois actualmente as necessidades das populações são auscultadas, o que marca, corte com algumas perspectivas de intervenção do tipo *top-down*.

O papel das ACD's tem destacado em áreas importantes para o desenvolvimento comunitário, como por exemplo, a educação, a saúde, a formação profissional, ambiente, habitação e saneamento, bem como AGR com forma de libertar as pessoas da dependência de um emprego público. E podemos dizer que o seu contributo tem sido valioso, conseguindo resultados evidentes.

Ainda em relação a importância das ACD's, no processo de desenvolvimento da ilha, ela é bem vista junto dos programas de luta contra a pobreza, que contam com elas como os principais parceiros. No que toca aos seus desempenhos nessa área, impõe nos dizer que, de certo modo, as actividades escolhidas, embora algumas vezes não conduzem a uma saída sustentável da pobreza, respondem de facto às necessidades das comunidades e/ou dos grupos mais vulneráveis. Tal é o caso, por exemplo, da construção e/ou reabilitação da habitação que leva a uma melhoria das condições de habitabilidade e de vida mas que, *de per si*, não retira os beneficiados da situação de pobreza. As actividades geradoras de rendimento e as de capacitação das pessoas, através da formação profissional se mostram mais propícias à saída da situação de pobreza, uma vez que permitem o acesso a rendimentos permanentes ou ao mercado de trabalho e os programas de luta contra a pobreza, bem como os líderes associativos estão conscientes disso.

Nessa matéria, o trabalho das associações é a dobrar, ou seja, além de elaborarem projectos e procurar financiamento para os por em prática, com o objectivo de melhorar o nível de vida dos mais carenciados, tem de lutar contra a mentalidade de “desventurados” que encontra incutido em boa parte dos santantonenses. O estudo mostra que um problema ainda a resolver é mudar a mentalidade de dependência do Estado e a postura de passividade bem patente no espírito de “coitados”, o que impede muitas vezes o sucesso de algumas políticas direccionado para essa camada da população.

Convém, contudo, sublinhar que o trabalho desenvolvido pela associação permite que esta alcance uma forte simpatia e visibilidade junto à comunidade, tornando-a uma parceira

credível interna e externamente. De igual modo, ela aumenta as exigências, a cobrança e a pressão sobretudo por parte daqueles que ainda não tenham sido beneficiados. A gestão das expectativas constitui, por conseguinte, o grande desafio dos dirigentes associativos. As expectativas nelas depositadas são cada vez maiores, tanto de parte dos seus membros como dos seus parceiros e da própria sociedade civil, ultrapassando sua real capacidade quer em termos técnicos organizativos quer em termos de recursos, matérias e financeiros disponíveis.

A semelhança do país que temos, as ACD's enfrentam algumas dificuldades, nomeadamente as de ordem material e financeira com repercussões directas na sua organização e funcionamento. Elas estão dependentes quase em exclusivo dos financiamentos dos seus parceiros externos, nomeadamente organizações internacionais, instituições públicas nacionais e internacionais, e principalmente do Estado, para poderem levar a frente as suas actividades planificadas. Impõe-nos afirmar que a sustentabilidade, sobretudo a financeira, é uma sustentabilidade até agora baseada nas obras adjudicadas por organismos nacionais e internacionais, pelos donativos, pelos financiamentos de projectos sociais, como por exemplo, luta contra a pobreza.

Essa quase dependência exclusiva de financiamentos, uma vez que apenas são capazes de se auto-sustentar por muito pouco tempo sem a ajuda do Estado ou de doadores internacionais, como nos mostrou os nossos entrevistados, conduz a casos de:

- Forte influência do Estado enquanto fonte principal de financiamento, nomeadamente no processo de combate a pobreza e do desemprego;
- Falta de autonomia e independência das organizações;
- Organizações diante de difíceis opções de financiamento;
- Elaboração de planos de actividades que vai de encontro com os objectivos dos financiadores;

As associações estão a enfrentar um período bastante conturbado. O modelo que as sustentou até aqui está a ser posto em causa, nomeadamente através das obras que executavam. Não gostaríamos de dizer que as associações apareceram só para gerir os dinheiros dos programas, ou concretamente para executar obras, mas boa parte das associações ficaram restringidas a isso. Porém, houve uma movimentação e uma dinâmica muito maiores que ultrapassaram

claramente esse quadro, ainda que o tenham por referência. Ao mudarem-se estas condições, também vão ter que se alterar as condições de sobrevivência e de gestão destas associações. E como tal vimos, algumas associações estão a enveredarem por actividades geradoras de rendimento, que possam garantir auto-sustetabilidade a associação.

A sustentabilidade financeira, embora seja evidenciada como um dos maiores desafios na gestão das OSC, deve ser encarada como consequência de uma série de outros factores, principalmente a sustentabilidade técnica ou institucional, um outro aspecto que muitas vezes bloqueia o progresso das associações.

E de reconhecimento dos entrevistados que a sustentabilidade combina capacidade de obter “receitas próprias” com capacidade de procurar fontes de financiamento públicas, privadas e não-governamentais, nacionais e internacionais. Porém muitos não possui essa capacidade, uma vez que as mesmas são marcadas por um deficit de recursos técnicos, reproduz um deficiente sistema organizativo.

Reforço institucional é uma necessidade gritante junto das associações. O capítulo 4 mostra que as mesmas precisam primeiramente organizarem internamente para poderem sair a procura de parcerias para execução dos seus fins. Todavia, em algumas associações assistiu-se um esforço colossal para melhorar o impacto das suas acções, ao nível organizacional e a capacidade de coordenação e de articulação entre as várias organizações, e entre elas e o Estado, ou outras entidades.

O estudo mostra, contudo, que ainda falta um reforço do processo de capacitação seja das associações de desenvolvimento comunitário seja das populações e beneficiários. Uma vez que, apesar de se verificar, numa dada altura, um explosão no surgimento de novas associações, essa não constitui na pratica uma significativa participação das comunidades e dos sócios. Os baixos níveis de envolvimento das populações na vida associativa dificultam bastante a acção do associativismo. De igual modo, a participação precisa ser reforçada visando uma actuação no quotidiano nas actividades e não apenas em momentos mais importantes, como as reuniões das assembleias-gerais, ou então só quando o sócio vê na sua participação um beneficio directo.

Por outro lado, as associações comunitárias necessitam reforçar a participação quotidiana dos membros, nomeadamente em termos de cumprimentos dos deveres estatutários, como os exemplos que nos vimos, com o caso das quotas.

O baixo nível de participação dos associados nas dinâmicas organizativas deve-se, do nosso ponto de vista, a três ordens de razões:

- A visão generalizada, por parte dos associados, de que as organizações existem para lhes resolver problemas, parecendo haver uma certa demissão de um papel mais activo na procura de soluções colectivas, sendo a associação a detentora deste papel:
- As lacunas em termos de actividades de dinamização da participação e de construção de formas de comunicação colectiva. Este facto, associado a uma certa distância identitária por parte dos sócios face às organizações, implica que a participação seja pontual, restrita e, na maior parte das vezes, sem grande motivação.
- Os escassos recursos humanos e financeiros das organizações, o que dificulta a realização de uma acção mais enérgica e continuada. Sem dinheiro que apoie as iniciativas da comunidade, faz com que deixem de participar.

Um outro aspecto que influencia muito a organização das ACD's, é facto de muitas apresentarem comportamentos não democráticos por parte da liderança, necessidade de renovação dos órgãos sociais, falta de debate das questões e problemas que dizem respeito às operações, estruturas organizacionais hierarquizadas, autoridade e responsabilidade centralizado numa ou duas pessoas e falta de transparência em alguns actos. Nota-se que as nossas associações, são marcadas por um deficit de cultura democrática, como casos de dirigentes com mais de dez anos e muitos outros sem fazer eleições internas, e achamos que a resposta também passa pela comunicação, informação e formação: como trabalhar colectivamente, como agir em grupo, como agir, gerindo distintas sensibilidades e formas de olhar para a realidade e perceber quais são as soluções para essa realidade. Importa adquirir novas competências técnicas e do foro relacional que possibilitem um efectivo investimento em parceria na participação.

A renovação dos órgãos de direcção e uma maior equidade em termos de relações de género em algumas comunidades é um outro aspecto a ter em conta. Apesar da mulher ser um alvo prioritário em muitas das actividades, sobretudo na questão de luta contra a pobreza, viu-se que a presença de mulheres nos órgãos sociais é muito baixa. Neste caso, um trabalho ainda

de sensibilização no sentido de uma maior e melhor equidade nas relações de género impõe-se. Pois os mesmos reconhecem a importância da mulher como agente de mudança e garantia de um desenvolvimento comunitário.

A sustentabilidade técnica e o nível organizacional influenciam directamente a sustentabilidade política. A esse respeito, consideramos que apesar de serem hoje muito escutados e reconhecidos, podemos dizer que a participação em definição de políticas públicas ou políticas sociais é bastante fraca, e como já relatamos existe ainda casos de actividades que são definidas por ministérios ou outras instituições e só depois chamam as associações para execução do que já foi desenhado para as suas comunidades.

Nesse aspecto algum avanço que se tem conhecido é graças as intervenções das organizações chapéus, mais concretamente a OADISA e a FADEP, que representando as associações da ilha conseguem chegar, junto dos decisores, algo que de forma individual as mesmas dificilmente conseguiriam fazer. É patente que a dinâmica associativa na ilha ganhou uma outra cara com o surgimento dessas organizações.

Colocando em frente a questão de fundo desse estudo “estarão as ACD's a contribuir para o desenvolvimento da ilha, melhorado desse modo as condições de vida das populações?”, atribui-nos dizer que, mesmo com algumas dificuldades, as associações têm conseguindo, paulatinamente, melhorar as condições de vida de muitas famílias santantonenses. E certo que, dada a idade e a dinâmica de cada associação, nem todos tem alcançado os seus propósitos, mas lá onde estão, alguma coisa é notório. Digamos que, de modo geral, as mesmas tem agido como verdadeiros agentes de desenvolvimento local, quer elaborando projectos de desenvolvimento, quer executando actividades que visa o desenvolvimento, que procurando parceiros e recursos para essas idênticas actividades.

Quanto a questão de dependência financeira, rematamos dizendo que as mesmas estão totalmente dependentes de terceiros, chegando ao ponto de referir que muitos desaparecerão se não houver financiamento externo as mesmas. E o cenário é que ainda as ACD's estão longe de garantir as suas auto-sustentabilidade. E até então, para isso é de destacar o financiamento do Estado e o contributo de instituições e ONG's internacionais, de embaixadas estrangeiras sediada em Cabo Verde, e mesmo da comunidade emigrada.

E em jeito de conclusão deixamos a seguinte excerto de um entrevista:

“Porque para desenvolver Santo Antão tem de ser uma intervenção em rede, e o que a gente pensa com essa rede, quer dizer, todas as instituições trabalhando em Santo Antão devem cooperar, integrar, em que os objectivos de uma já são focados numa outra, quer seja privado, quer seja público, quer seja da sociedade civil. E uma ACD não pode substituir a Câmara Municipal, uma instituição do estado não pode substituir a ACD, tem que haver uma completa integração entre elas. É algo de análise sistémica, a integração e complementaridade.”

BIBLIOGRAFIA

AMARO, Rogério Roque (2006), *Desenvolvimento - um conceito ultrapassado ou em renovação – da teoria à prática e da prática à teoria*. In *Ensaio de Homenagem a António Simões Lopes*. Lisboa: ISEG.

Associação dos Municípios de Santo Antão – GTI (1999), *II Plano de Desenvolvimento de Santo Antão 1998-2001*. Tomo I e II. Praia: Tipografia Santos.

AZEVEDO, Ramiro (2002), “O futuro das ONG's em Cabo Verde” in *Democracia, Sistemas Eleitorais & Economia Social*. Praia: Assembleia Nacional de Cabo Verde.

BORNEfonden (2003), *Relatório Anual do Programa 2002*. Praia – Cabo Verde (sem paginação)

Cabo Verde (2002), *interm Poverty Reduction Strategy Paper – iPRSP*. Relatório (sem paginação).

CARVALHO, Lino Gomes (2003), *Autarquias e Desenvolvimento Local em Cabo Verde: Estudo de caso*. Porto: [Tese de Mestrado em Estudos Africanos]. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Chefia do Governo (2002), *As Grandes Opções do Plano. Uma Agenda Estratégica*. Praia: Tipografia Santos.

COELHO, Sandra Lima (2008), “Participação social e associativismo em Portugal: breves apontamentos de um estudo de caso de uma associação de promoção do Comércio Justo.” In *Fórum Associativismo*. Santa Maria da Feira: (working paper) (pdf)

Conselho Económico e Social (1995), “*Iniciativas de desenvolvimento local*” Lisboa: Reunião de Presidentes e Secretários-Gerais dos Conselhos Económicos e Sociais da União Europeia (Série Documentos e Estudos Internos)

Constituição da República de Cabo Verde, 1999.

CRISTÓVÃO, Artur e MIRANDA, Raquel (2006), “Animação e Desenvolvimento Rural: reflexão a partir do território do Douro-Duero”, In *Animação, Cidadania e Participação*. Chaves: Associação Portuguesa de Animação e Pedagogia.

EAPN (1996), *Luta Contra a Pobreza e a Exclusão na Europa: Guia de Acção e Descrição das Políticas Sociais*. Lisboa: Instituto Piaget.

ECO, Umberto (2002), *Como se Faz uma Tese em Ciências Humanas*. 13ª Edição. Lisboa: Editorial Presença.

FERNANDES, Ana Paula e AFONSO, Maria Manuela (2005), “*abCD Introdução à Cooperação para o Desenvolvimento*”. Revista Fórum. Disponível em www.forumdc.net

FIGUEIREDO, António M. e COSTA, Carlos S. (1982), *Do Subdesenvolvimento. Vulgatas, Rupturas e Reconsiderações em Torno de um Conceito. Antologia e Roteiro Crítico*. Porto: Afrontamento.

GRASSI, Marzia (2003), *Rabidantes. Comércio Espontâneo Transnacional em Cabo Verde*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

GTI. 1999. *II Plano de Desenvolvimento de Santo Antão 1998- 2001*, Tomo I.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi (2003), “Associativismo civil e Estado: Um estudo sobre organizações não governamentais (ONGs) e sua dependência de recursos públicos” In *EmTese - Revista Electrónica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC* Vol. 1 nº 1 (em PDF) www.emtese.ufsc.br

INDP, 2003, Boletim Estatístico nº 12, Mindelo - São Vicente

INE, Cartografia da Pobreza IDRF 2001/02, em www.ine.cv

INE, Censo 2002, em www.ine.cv

INE, Perfil de pobreza (2004), em www.ine.cv

JACINTO, Rui (1994), “Território e Intervenção Municipal: Os Municípios e a Promoção Local do Interior” in *Manual de Eleito Local*. Volume I. Coimbra: Centro de Estudo e Formação Autárquica.

KERSTENETZKY, Celia Lessa (2003), Sobre associativismo, desigualdades e democracia, in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 053, São Paulo, Brasil.

LABRA, Maria Eliana, FIGUEIREDO Jorge St. Aubyn de (2002), Associativismo, participação e cultura cívica. O potencial dos conselhos de saúde. (artigo) Versão final apresentada em 2002 : *Ciência & Saúde Colectiva*.

MAA – DGASP (2000), Guia de Orientação Operacional para os Membros das Associações Comunitárias. Praia, Cabo Verde.

MENDONÇA, João Gomes (2002), “Qual o futuro da economia social em Cabo Verde? O futuro do movimento cooperativo em Cabo Verde” in *Democracia, Sistemas Eleitorais & Economia Social*. Praia: Assembleia Nacional de Cabo Verde.

MILANDO, João (2005), *Cooperação sem desenvolvimento*, Lisboa: ICS.

Ministério das Finanças e do Planeamento (2004), *Documento De Estratégia De Crescimento E De Redução Da Pobreza (DECRP)*, Edição revista. Cabo Verde

Ministério de Saúde – GEPC (2007), *Relatório estatístico do ano de 2006*. Praia.

Ministério do Ambiente e Agricultura (2004), *Recenseamento Geral da Agricultura*, Praia: Edição EME.

MONTEIRO, César Augusto (2001), *Recomposição do espaço social cabo-verdiano*. São Vicente: Gráfica do Mindelo.

NASCIMENTO, Beata, SERMANN, Helga (2001), “Economic importance of millipedes on Santo Antao (Cape Verde) using the example of *Spinotarsus caboverdus* PIERRARD”, in *Conference on International Agricultural Research for Development*. Berlin, Germany.

OLIVEIRA, José (2008), “Uma visão sobre o turismo na Ribeira Grande”, in *Mesa Redonda sobre o Desenvolvimento de Santo Antão*. Ribeira Grande. (policopiado)

PIMENTA, Carlos (2004), *Globalização: Produção, Capital Fictício e Redistribuição, Ideias - Economia*. Lisboa: Campo da Comunicação.

PIMENTA, Carlos (2007), *Globalização e Desenvolvimento: Realidade, Possibilidade ou Miragem? Working Papers / CEAUP* (1). Disponível em <http://www.africanos.eu>

Plataforma das ONG's, (2007), *Guia das ONG's*. Cabo Verde

PNUD, *Rapport Mondial sur le Développement Humain 2000, Droits de l'homme et développement humain*, Paris : Boeck & Larcier. (pdf)

PNUD, *Rapport Mondial sur le Développement Humain 2001, Mettre les nouvelles technologies au service du développement humain*, Paris : Boeck & Larcier. (pdf)

PNUD, *Rapport Mondial sur le Développement Humain 2002, Approfondir la démocratie dans un monde fragmenté*. Paris: Boeck & Larcier. (pdf)

PNUD, *Relatório Do Desenvolvimento Humano 2003, Objectivos de Desenvolvimento do Milénio: Um pacto entre nações para eliminar a pobreza humana*. Lisboa, Mensagem. (pdf)

PNUD, *Relatório Do Desenvolvimento Humano 2004, Liberdade Cultural num Mundo Diversificado*. Lisboa: Mensagem. (pdf)

PNUD, *Relatório Do Desenvolvimento Humano 2005, Cooperação Internacional numa Encruzilhada: Ajuda, Comercio e Segurança num Mundo Desigual*. Lisboa: Ana Paula Faria Editora. (pdf)

PNUD, Relatório Do Desenvolvimento Humano 2006, A água para lá da escassez: poder, pobreza e a crise mundial da água. Luxembourg: Euroscript. (pdf)

Programa do Governo para a VII legislatura, 2006-2011. Março de 2006. Praia.

PUHL, Mário José (2005), *A Cooperação e o Desenvolvimento Regional*. Rio Grande do Sul: UNIJUÍ.

QUIVY, Caymond e CAMPENHOUD, Luc Van (1998), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, 2ª edição, Lisboa: Gradiva Editora.

REIS, José (1996), “O Desenvolvimento Local: Condições e possibilidades” in Hoven, Rudy e Nunes, Maria Helena (orgs) *Desenvolvimento e Acção Local*, Lisboa: Fim do Século Edições.

REIS, Vítor Manuel Vaia (2000), *Principais Estratégias de Desenvolvimento em Confronto na Republica de Cabo Verde após a independência*, Tese de mestrado. Lisboa: ISCTE.

REPÚBLICA DE CABO VERDE – Conselho de Ministros (2001), *As Grandes Opções do Plano 2002-2005*. Praia.

REPÚBLICA DE CABO VERDE - Ministério das Finanças e do Planeamento (2004), *Documento De Estratégia De Crescimento E De Redução Da Pobreza (DECRP)*, Edição revista.

RUIVO, Fernando (2000), *Poder Local e Exclusão Social: dois estudos de caso de organização local da luta contra a pobreza*. Coimbra: Quarteto Editora.

SANGREMAN, Carlos (2005), *A Exclusão Social em Cabo Verde uma Abordagem Preliminar*. Lisboa e Praia: ACEP e Plataforma de ONGs de Cabo Verde.

SANTOS, B. de Sousa (1987), “O Estado, a Sociedade e as Políticas Sociais”. *Revista Critica de Ciências Sociais*, 23. Coimbra.

SANTOS, B. de Sousa (1991), “State, Wage Relations and Social Welfare in the Smiperiphery: The case of Portugal”. *Oficina do Centro de Ciências Sociais*, 23: Coimbra.

SILVA, Augusto S. e PINTO, José M. (1997), “Da Teoria à Investigação Empírica. Problemas Metodológicos Gerais”, in Silva, Augusto S. e Pinto, José M. (Org.), *Metodologia das Ciências Sociais*. Biblioteca das Ciências do Homem. Edições Afrontamento. Porto.

SILVA, Guilherme Felipe da (2004), A importância das formas associativas de organização e do desenvolvimento local integrado sustentável no resgate da cidadania: a Cooperativa 100 Dimensão, in *EmTese*, Revista Electrónica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC Vol. 2 nº 1 (em pdf) www.emtese.ufsc.br

TAVARES, Francisco (2006), Santo Antão, entre o presente e o futuro in *Revista Iniciativa* nº13.

TORRES, Adelino (1986), “A Crise Do Desenvolvimento Africano Nos Anos 80” in, *Revista Estudos de Economia*, vol. VI, n.º 3. Lisboa: Ed. do ISEG.

TORRES, Adelino (s/d) *HORIZONTES DO DESENVOLVIMENTO AFRICANO. No Limiar do Século XXI*. VEJA Universidades. (pdf)

TORRES, Adelino (2000), *Desenvolvimento económico, cultura e complexidade*. Lisboa (pdf)

VILAÇA, Helena (1994), *As associações de moradores enquanto aspecto particular do associativismo urbano e da participação social*. Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. (Working paper).

Jornais e Revistas

Caminhar, Boletim Informativo da Plataforma das ONG's, nº 15, 2005.

Dinâmica, folha informativa da Plataforma das ONG's, nº 16, serie II, 2005

Dinâmica, folha informativa da Plataforma das ONG's, nº 24, 2006

Dinâmica, folha informativa da Plataforma das ONG's, nº 14, serie II, 2005

Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER + "*Pessoas e Lugares*": nº34, II Série, 2005

Revista Iniciativa, nº13, 2006

Sites da Internet

www.imf.org

www.asemana.cv

www.emtese.ufsc.br

www.undp.org

www.leader.pt

www.ces.uc.pt/

www.africanos.eu

www.worldbank.org

www.in-loco.pt

www.scielo.oces.mctes.pt

www.governo.cv/

www.platongs.org.cv/

www.bornefonden.dk

www.usaid.gov

ANEXOS

Lista de ACD's da Ilha de Santo Antão

Nome	Sigla
Associação Comunitária de Desenvolvimento Integrado de Mocho*	ACDIM
Associação Comunitária Nova Esperança Marítima de Cruzinha*	ACNEMC
Associação Comunitária de Desenvolvimento Integrado de Chã d'Igreja*	ACDICI
Associação para o Desenvolvimento Integrado de João Afonso*	ADIJA
Associação para protecção do Ambiente e Desenvolvimento de Lombo Branco*	APAD –LB
Associação Vale Verde para o Desenvolvimento de Tanque *	Vale Verde
Associação de Desenvolvimento Integrado de Matinho e Monte Joana*	MADIM
Associação para o Desenvolvimento Integrado de Boca de Ambas Ribeiras*	ADIBA
Associação Desenvolvimento Comunitária de Lajedos*	ADCL
Associação de Moradores a Amigos de Ribeira de Corujinha*	AMARC
Associação Desenvolvimento Comunitária de Berlim*	ACOMAB
Associação de Desenvolvimento Integrado de Chã de Camoca, Branquinho e Alto S. Tomé*	ADICBAST
Associação de Desenvolvimento Integrado de Lagoa*	Luz Viva
Associação Desenvolvimento Comunitária de Pedra das Moças - Voz Amiga*	AVA - PM
Associação de Desenvolvimento Comunitária de Chã das Furnas*	ADCF
Associação para o Desenvolvimento Integrado de Sinagoga*	ADIS
Associação Desenvolvimento Comunitária de Costa Leste*	ADCL
Associação para o Desenvolvimento Integrado de Fajã Domingas Benta e Arredores*	Amafajã
Associação Recreativa Mãos Unidas de Companhia*	ARMUC
Associação de Desenvolvimento Integrado da Comunidades de Longueira a Chã d'Arroz *	Top de M'randa
Associação Desenvolvimento Comunitária de Pico da Cruz*	ADC-PC
Associação dos Filhos e Amigos para o Desenvolvimento Integrado de Figueiral*	AFADIF
Associação de Desenvolvimento Integrado de Coculi/Fajã de Mato*	ADICOFAM
Associação Boa Esperança de Caibros*	ABEC
Associação de Desenvolvimento Comunitária de Figueiral de Paul*	Ami-Figueiral
Associação de Desenvolvimento Comunitária da Ribeira de Penedo	ACDRP
Associação Desenvolvimento Comunitária de Eito*	Esperança de Eito
Associação de Desenvolvimento Comunitária de Praia de Gi e Ribeira das Pombas*	ADCPG/RP
Associação de Desenvolvimento Integrado de Ribeira das Patas*	ADIRP
Associação de Desenvolvimento Comunitária de Alto Mira*	Alvateiros
Associação de Desenvolvimento Comunitária Jorge Luis*	ADCJL

O Contributo das ACD's para o Desenvolvimento Local

Associação de Desenvolvimento Comunitária Ribeira da Cruz*	ADC-RC
Garça de Cima*	
Associação Desenvolvimento Integrado de Boca de Coruja*	ADIBOC
Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Pontinha de Janela*	ADC-PJ
Associação de Desenvolvimento Integrado de Chã de Pedras*	ADIC
Associação Amigos de Martiene	AAMART
Associação dos Amigos de Ribeirão Campo de Cão*	Ami- Ribeirão
Associação Ami- Montanha	Ami- Montanha
Associação para o Desenvolvimento Integrado de Corda	MOVA
Associação para o Desenvolvimento Integrado de Figueiras*	ADIF
Associação para o Desenvolvimento Integrado de Ribeira Alta	ADIRA
Associação dos Amigos do Ambiente de Lombo de Santa e Losnas*	AAALSL
Associação Desenvolvimento Comunitária de Ribeira de Janela	ADCRJ
Associação Desenvolvimento Comunitária de Fajã de Janela*	ADCFJ
Associação de Desenvolvimento Comunitária de Paço	Paul a vista
Associação de Desenvolvimento Comunitária de Santa Isabel*	
Associação Desenvolvimento Comunitária Beira Mar*	ADCBM
Associação Desenvolvimento Comunitária de Ribeira dos Bodes e João Bento	Solo e Água
Associação Desenvolvimento Comunitária de Tarrafal de Monte Trigo	ADC –TMT
Associação das Mulheres de Planalto Leste *	AMUPAL
Associação para o Desenvolvimento Integrado da Freguesia de Nossa Senhora do Livramento*	ADIFNSL
Associação de Desenvolvimento Comunitária de Cabo de Ribeira*	Dragoeiro
Associação de Desenvolvimento Comunitária Luz Verde do Norte*	ALVEN
Associação Comunitária “União da Paz” – Ribeira das Patas	UDP
Associação para o Desenvolvimento Comunitária de Penedo de Janela	ADP
Associação de Desenvolvimento Comunitária Ribeira Fria	Água Boa do Vale
Associação Comunitária Amigos Unidos Dominguinhas	
Associação Comunitária Amigos Unidos Curral das Vacas/Cirio	AUCVC

***Associações que se entrevistou os líderes.**